

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2022

NOSSOS desafios



nucleos



Relatório Anual 2022 do Nucleos Instituto de Seguridade Social

Coordenação de Produção:
Comunicação Interna do Nucleos

Projeto Gráfico e Editorial:

Plus Interativa
www.plusinterativa.com
plus@plusinterativa.com

Jornalista Responsável:

Ricardo Largman
Reg. MTB 18.288

26.417

SUMÁRIO

ABERTURA	04
Introdução	05
Mensagens Institucionais	06
Fatos Marcantes	10
INSTITUCIONAL	12
O Instituto	13
Governança Corporativa	14
Gestão de Benefícios	19
Gestão Administrativa	22
Comunicação	28
Relacionamento com o Participante	29
GESTÃO DE INVESTIMENTOS	31
Considerações Sobre a Rentabilidade no ano de 2022	32
Políticas de Investimentos	34
Alocação de Investimentos	35
Serviços de Suporte à Gestão dos Investimentos	41
Despesas com a Gestão dos Investimentos	42
Informações Gerais	43
Considerações Finais	51
RELATÓRIOS CONTÁBEIS	53
Demonstrações Contábeis	54
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	70
PARECERES	124
Relatório do Auditor Independente	125
Parecer Atuarial do PBB	128
Parecer Atuarial do Plano CD-INB	138
Parecer Atuarial do Plano CD-Eletronuclear	143
Parecer Atuarial do Plano CD-Nuclep	148
Parecer do Conselho Fiscal	153
Manifestação do Conselho Deliberativo	154

ABERTURA





1. Introdução

Prezado(a) Participante,

O Relatório Anual de Informações 2022 (RAI) é uma ferramenta de prestação de contas aos participantes, assistidos e patrocinadores do Nucleos – Instituto de Seguridade Social. O documento contempla os dados, informações, resultados e acontecimentos que ocorreram no exercício de 2022.

Apesar de uma melhoria de cenários, após a pandemia, o ano de 2022 foi marcado, sob o ponto de vista político-econômico, pelo início da guerra entre Rússia e Ucrânia, gerando consequências negativas para a economia e muitas incertezas para o mundo inteiro. Como resultado, a alta dos juros levou a uma reavaliação das expectativas do fim do aperto monetário. No Brasil, o clima incerto das eleições e suas consequências sobre a política fiscal dos próximos anos intensificou a aversão a riscos nos ativos financeiros.

Importante também destacar que o ano de 2022 marcou a volta do Nucleos ao trabalho presencial, após dois anos em regime híbrido.

Este relatório atende à Resolução CNPC nº 32, de 4 de dezembro de 2019, e está dividido em cinco grandes capítulos: Abertura, Institucional, Gestão de Investimentos, Relatórios Contábeis e Pareceres, além das mensagens da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo. Eles relatam as principais realizações do exercício de 2022.

O documento está disponível no site do Nucleos: www.nucleos.com.br. A sua versão impressa pode ser solicitada por meio dos canais de atendimento do Instituto – pelo e-mail atendimento@nucleos.com.br e pelos telefones 0800 024 1997 | 21 2173-1410 | 21 2173-1492 | 21 2173-1493 – para ser enviada via Correios.

Boa leitura!



2. Mensagens Institucionais

2.1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Novos Desafios

Os últimos três anos foram muito difíceis para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, extremamente penalizadas devido a pandemia do coronavírus, a guerra da Rússia com a Ucrânia, a alta da inflação, eleições, incertezas fiscais, desvalorização do mercado de ações e a recessão mundial.

Entretanto, no Nucleos, a Diretoria Executiva e todos os colaboradores têm dedicado seus melhores esforços para melhorar o resultado dos investimentos trabalhando com resiliência e dedicação objetivando corresponder às expectativas dos participantes ativos, assistidos e pensionistas.

Acompanhamos, diariamente, os cenários nacionais e internacionais que afetam o mercado de investimentos através de seus colaboradores especializados, bem como da consultoria

Aditus, buscando alternativas para a melhor performance da carteira de investimentos, tanto em renda fixa (títulos do tesouro) quanto em renda variável (ações).

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa, atuando com equidade, transparência e prestação de contas, tanto que o Nucleos é certificado pela ISO 9001 (Controles Internos) e por uma comissão formada pela ABRAPP, SINDAPP e ICSS em Governança de Investimentos e Governança Corporativa.

Como prática desses princípios publicamos, mensalmente, no nosso site o Nuclin Express com os Resultados dos Investimentos.

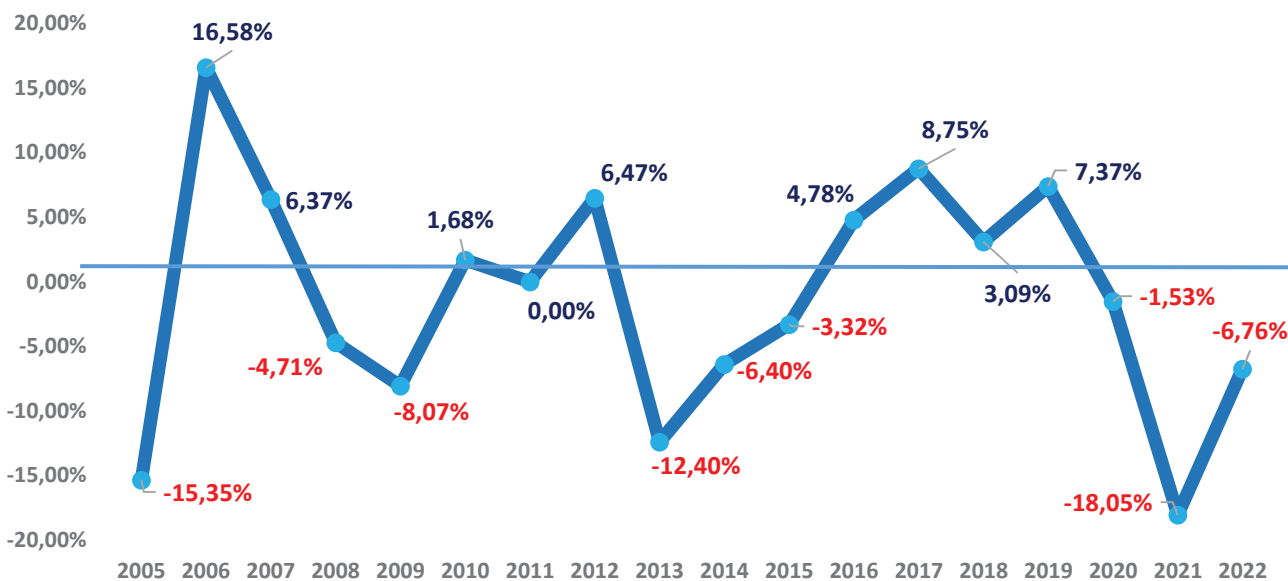
Nesse momento, reconhecemos que os investimentos do Nucleos não estão com a performance que planejamos, pois a situação é conjuntural

pelos fatos acima expostos e que fogem às nossas expectativas, decorrente da alta volatilidade do mercado financeiro, mas todos podem estar certos de que apesar da rentabilidade não ter sido a esperada, os recursos alocados em nossa carteira de investimentos, que monta mais de R\$ 4 bilhões de reais, são seguros e com alta liquidez.

Os fundos de pensão pela natureza de suas atividades administram suas obrigações e seus investimentos em um cenário de longo prazo, assim, não podem ser avaliados pelo seu resultado, quer superavitário ou deficitário, decorrente de uma boa ou má gestão, com uma visão de curto prazo, pois o aumento do passivo atuarial (contribuições) pode ocorrer pela alta da inflação, aumento real dos salários dos

participantes, aumento da longevidade, redução das taxas de descontos, entre tantos outros fatores, enquanto o desempenho dos ativos (investimentos de renda fixa e variável) podem ser afetados pela conjuntura de mercado desfavorável, acarretando um déficit contábil, apesar da boa gestão do patrimônio.

Como pode ser observado no quadro abaixo dos últimos anos, o Nucleos teve momentos que, por uma conjuntura econômica desfavorável, os investimentos (ativos) não tiveram rentabilidade suficiente para cobrir as obrigações (passivo) e, em outros momentos, diametralmente opostos, os resultados dos investimentos foram superiores às provisões matemáticas.



A volatilidade apresentada no quadro acima decorre das variações, por exemplo, da elevação dos juros, que afetam os ativos de longo prazo, quer de renda fixa ou renda variável, portanto, não se pode analisar a solvência de

um plano previdenciário cujos ativos e passivos são de curto prazo em comparação com os ativos e passivos de longo prazo, como é o caso do Nucleos.

Outro aspecto a se considerar é que não se pode comparar planos de benefícios entre fundos de pensão, pois uma grande diferença está relacionada ao horizonte de pagamento dos benefícios (duration), o qual é determinante para a definição da política de investimentos que considera a necessidade de liquidez e rentabilidade de cada plano.

Assim, é importante destacar que o déficit apresentado pelo Nucleos em 31/12/2022, foi notadamente conjuntural e que não significa prejuízo, pois não realizamos nada, e sim um desequilíbrio nas contas entre o ativo e o passivo, sendo que essa situação acontece normalmente entre fundos de pensão que tratam seus investimentos em um horizonte de longo prazo para o pagamento dos benefícios e cujo déficit pode ser revertido conforme a melhora do cenário econômico, e é esse o cenário que estamos esperando que passe a ocorrer a partir de janeiro de 2023, como demonstra o referido quadro.

Finalizando, registramos que o Nucleos atravessou o ano 2022 concentrando seu trabalho e fomentando entre seus colaboradores o elevado objetivo de desempenhar suas atividades com eficiência e eficácia e comprometidos com uma gestão ética, observância das normas legais, transparência, prestação de contas, princípios de boa conduta e tantos outros valores morais, visando aprimorar o relacionamento com as patrocinadoras, participantes e assistidos, sempre em consonância com o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e órgãos de fiscalização.

Agradecemos, como sempre, a confiança que é depositada na Diretoria Executiva pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Fiscal, pelo Comitê Consultivo de Investimentos, pela Auditoria das Patrocinadoras, que desempenham um importante trabalho visando a melhoria contínua dos nossos controles internos, bem como pelas patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep, e temos esperança de que no ano de 2023 o mercado volte à normalidade e o déficit apresentado em 2021 seja revertido indo ao encontro das expectativas de todos os participantes do Nucleos.

Uma boa leitura a todos!



Armindo D'Ascensão Silva
Presidente



Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro



Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios



2.2. MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O déficit de R\$ 289 milhões, apurado no resultado do PBB em 2022, ainda exige dos gestores um esforço para buscar o reequilíbrio do Plano. No entanto, é um resultado significativamente menor do que o apurado ao final de 2021, quando o déficit chegou à R\$ 849 milhões.

O Nucleos, assim como o setor de previdência complementar e o mercado financeiro como um todo, atravessaram um ano repleto de desafios no cenário econômico, tais como as fortes pressões inflacionárias no mundo, a guerra entre Rússia e Ucrânia e o risco de recessão global, além das incertezas inerentes ao processo eleitoral no Brasil. Esta combinação de eventos influenciou o desempenho dos investimentos do Nucleos e de muitas entidades. Segundo estudo da consultoria financeira Aditus, mais de 70% das entidades fechadas de previdência complementar não alcançaram suas metas atuariais em 2022, o que foi o caso do Nucleos. Como a totalidade dos nossos ativos de renda fixa estão marcados a mercado, sofreram integralmente, os reflexos da volatilidade dessa classe.

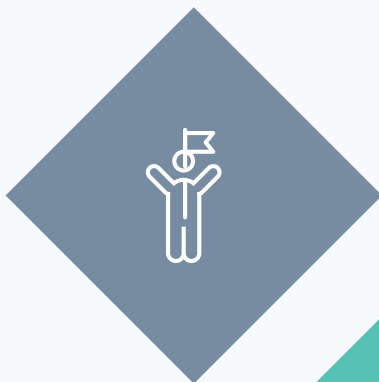
Os dados mais recentes mostram que o processo de desinflação da economia brasileira vem se consolidando nos últimos meses, embora tanto os índices de preços ao consumidor quanto as médias dos núcleos de inflação ainda se encontrem em patamares relativamente elevados e fora do centro da meta de inflação. O ano de 2023 ainda trará desafios relevantes, pois os bancos centrais vêm elevando as taxas de juros nos EUA, Zona do Euro, Inglaterra e Japão. No Brasil, que iniciou a elevação dos juros antes dos países desenvolvidos, já se espera para o segundo semestre o início da redução pelo Banco Central do Brasil. Com todas as incertezas no cenário econômico interno e externo, em 2022, o Nucleos adotou uma estratégia mais passiva, evitando movimentos bruscos. Em relação ao equilíbrio técnico, o aumento da Taxa Real de Juros do PBB, lastreado nas melhores perspectivas de rentabilidade dos ativos da carteira, demonstrado por estudo técnico, contribuiu, significativamente, para a redução do déficit que havia sido apurado em 2021.

3. Fatos Marcantes



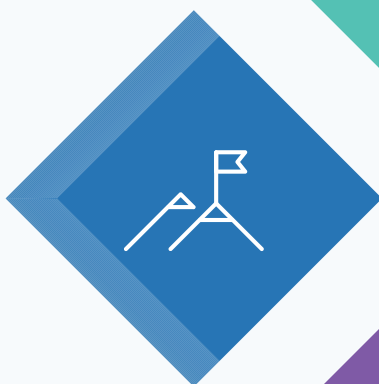
Abril

Divulgação do Relatório Anual de Informações 2021.



Julho

Aberto o período de inscrições para candidatos ao cargo de diretor de Benefícios do Nucleos.



Setembro

- 1) Nucleos completa 43 anos.
- 2) O diretor de Benefícios, Paulo Sérgio Poggian, é eleito para um novo mandato.



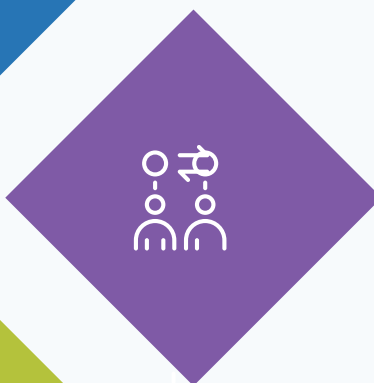
Junho

Nucleos obtém Selo de Autorregulação em Governança Corporativa.



Agosto

Colaboradores do Nucleos participam da Semana de Treinamento de Ética.



Outubro

100% dos participantes da pesquisa de satisfação mensal classificaram o Atendimento do Nucleos como “ótimo” ou “bom”.



INSTITUCIONAL





4. O Instituto

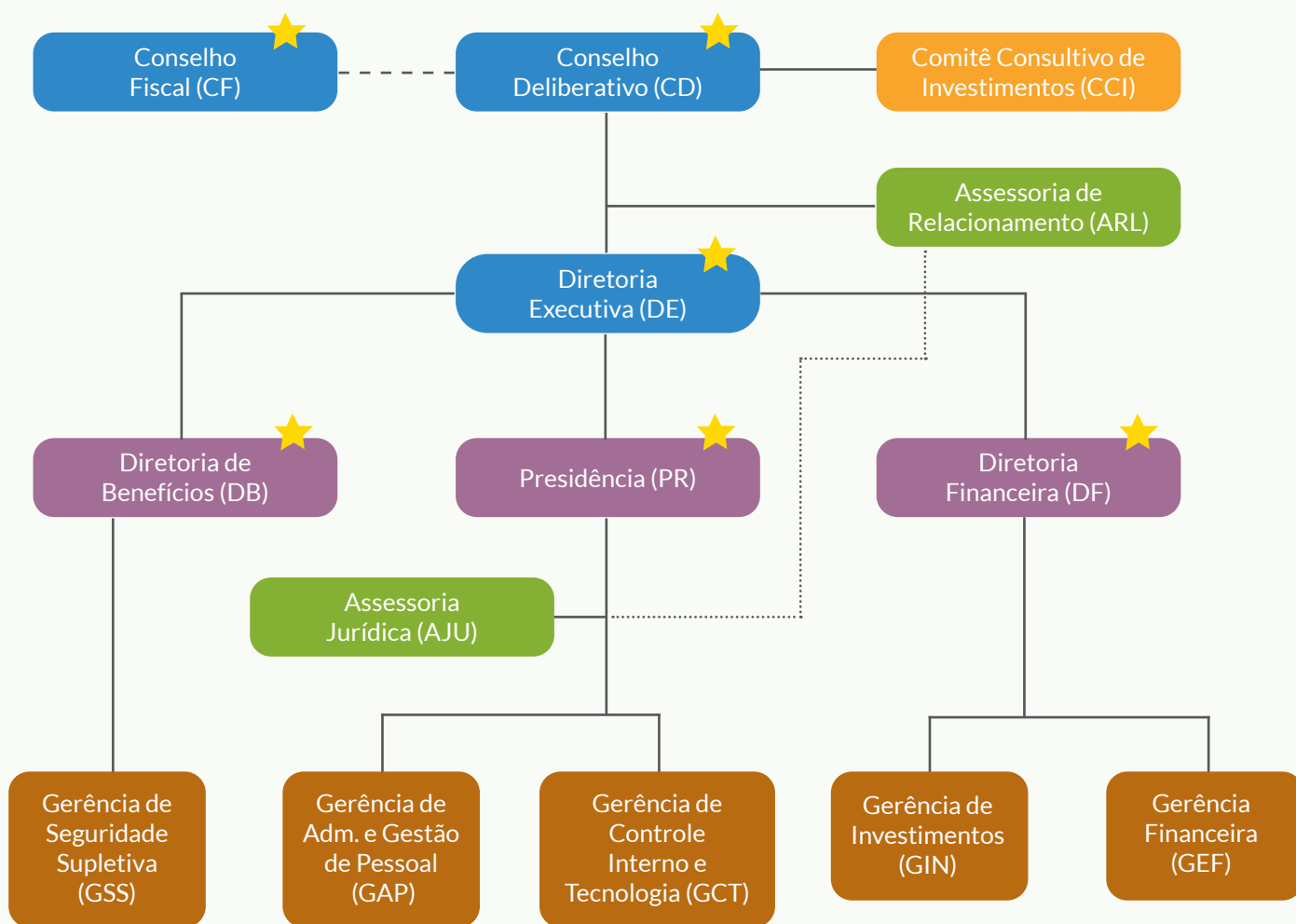
Fundado em 1979, o Nucleos – Instituto de Seguridade Social foi instituído para ser o fundo de pensão do setor nuclear do País, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e com um plano único de Benefício Definido e solidário entre os participantes e as patrocinadoras, Eletronuclear S.A., Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, além do próprio Nucleos. Desde a sua fundação, o Nucleos é mantido por contribuições mensais das empresas patrocinadoras e de seus empregados.

São três as esferas estatutárias responsáveis pela deliberação, administração e fiscalização do Instituto: o Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios; o Conselho Fiscal, órgão de controle interno da entidade, que zela pela sua gestão econômico-financeira; e a Diretoria Executiva, que é o órgão responsável pela administração do Nucleos, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

O Comitê Consultivo de Investimentos é também um órgão não estuário de grande importância para o Instituto; ele se constitui em uma instância consultiva do Conselho Deliberativo do Nucleos, tendo como objetivo recomendar diretrizes a serem observadas na Política de Investimentos, nas aplicações financeiras e no acompanhamento das atividades financeiras da entidade.

5. Governança Corporativa

5.1. ORGANOGRAMA



LEGENDA

- Órgãos Máximos de Controle e de Administração
- Diretoria Executiva
- Instância Consultiva
- Assessorias
- Gerências
- ★ Órgão Estatutário
- Sem Subordinação Hierárquica
- Subordinação Administrativa

CORPO FUNCIONAL

3 Diretores
7 Gestores
27 Analistas, Assistentes e Auxiliares
37 Total do Corpo Funcional

As empresas são criadas para oferecer produtos ou serviços. Ao longo de sua atuação, essas empresas podem se preocupar com questões relacionadas ao meio ambiente, a saúde e segurança dos seus colaboradores, a redução do consumo energético, a segurança da informação e outros. Mas, se ela não buscar a constante melhoria de seu produto ou serviço, não proporcionar canais para ouvir seus clientes e outras partes interessadas e se não conhecer, monitorar e controlar os riscos inerentes ao seu negócio e buscar sempre entender as necessidades e expectativas de todos os envolvidos em suas atividades, a empresa tem curta duração.

Ciente disso, o Nucleos adotou a Norma NBR ISO 9001, que foi desenvolvida a partir da necessidade do mercado. A mesma foi criada em 1987, baseada na norma britânica BS5750, e era uma norma de garantia da qualidade, em que cada empresa deveria definir seus próprios requisitos e criar procedimentos e instruções de trabalho que fossem capazes de sustentar o sistema de garantia da qualidade da empresa. A norma passou por sua primeira revisão em 1994, focada na garantia da qualidade como base de certificação. Com o amadurecimento das empresas, no que se refere à padronização de suas atividades, ou seja, na definição de requisitos de qualidade do produto e estabelecimento de procedimentos sobre como fazer as atividades, uma segunda revisão em 2000 se fez necessária para estimular as organizações na melhoria contínua de seu desempenho. Neste momento, no qual a norma deixa de ser uma garantia da qualidade e passa a ser uma norma de gestão da qualidade, em 2006, o Nucleos obtém sua primeira certificação com a empresa certificadora Bureau Veritas Certification (BVC).

Esta valorização proporcionou ao Nucleos uma

adequação aos requisitos, principalmente estimulando o comprometimento dos dirigentes na administração deste sistema da qualidade e envolvendo todos os colaboradores no alcance dos objetivos, trazendo ferramentas apropriadas para conhecer as necessidades e expectativas dos participantes e assistidos, além de estabelecer para cada processo envolvido no sistema de gestão, requisitos de desempenho a serem mantidos ou melhorados para aumentar a satisfação dos nossos participantes e assistidos.

Em seguida, a norma ISO 9001 foi atualizada em 2008 e 2015, sendo que a versão 2008 trouxe de alterações feitas para esclarecimento de alguns requisitos e também para uma interação melhor com a ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental, e a versão 2015 trouxe como foco não apenas os clientes, mas também outras partes interessadas das organizações, estabelecendo uma abordagem focada na mentalidade de risco do negócio, que está relacionado a um grau de incerteza que pode gerar oportunidades para melhoria do negócio.

Tais riscos podem ser vistos como a não capacidade de atender às necessidades e expectativas das partes interessadas, que a cada dia se tornam mais exigentes em relação às questões que envolvem a economia, meio ambiente e sociedade e que procuram adquirir produtos/serviços sustentáveis.

Assim como a norma evoluiu, o Nucleos também seguiu esse caminho, tendo se recertificado nos anos de 2009, 2012, 2015, 2018 na versão ISO 9001:2008, e em 2021 na versão ISO 9001:2015, preparando-se para os novos desafios de uma sociedade que, cada vez mais, tem buscado empresas responsáveis, íntegras, preocupadas com o meio ambiente, com seus colaboradores e com um mundo ético.

CONSELHO DELIBERATIVO

CONSELHO DELIBERATIVO – 6 MEMBROS	
TITULARES	SUPLENTES
André Ribeiro Mignani - Presidente Indicado pela patrocinadora Eletronuclear	Augusto Parente Martins dos Santos Indicado pela patrocinadora Eletronuclear
Maristela Aguiar de Souza Indicada pela patrocinadora Nuclep	-
Daniel Moraes da Costa Indicado pela patrocinadora INB	Diego Luis Portal Peres Indicado pela patrocinadora INB
Eduardo Zaroni Eleito pelos participantes - INB	Paulo Cesar Chrispim Eleito pelos participantes - INB
Rosângela Vieira Paes da Silva Eleita pelos participantes - Nuclep	Luiz Gustavo Guardio da Silva Eleito pelos participantes - Nuclep
Fernando Cesar Braz Teixeira Eleito pelos participantes - INB	Daniel Werderits Britz Eleito pelos participantes - INB

CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL – 4 MEMBROS	
TITULARES	SUPLENTES
Eduardo Henrique Poblete Vidal - Presidente Eleito pelos participantes - Nuclep	Ângelo Marcos do Nascimento Faria Eleito pelos participantes - INB
Wilmo Matola Erbiste Eleito pelos participantes - INB	Rafael Medeiros Braga Eleito pelos participantes - INB
Thiago Almeida Ferreira Indicado pela patrocinadora INB	Claudio Henrique de Souza Indicado pela patrocinadora INB
Luciano Destefane Salvador Indicado pela patrocinadora Eletronuclear	Carlos Augusto Soares Pantaleão Indicado pela patrocinadora Eletronuclear

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS – DE + 5 MEMBROS	
Gustavo Domingues Pereira (Coordenador/Nuclep)	Fenando Cesar Braz Teixeira (Conselho Deliberativo - Assistido)
Daniel Bueno Barciela Tojeiro (Eletronuclear)	Luiz Claudio Levy Cardoso
Nelson Ramos Nogueira Filho (INB)	Ruy Costa Ferreira Filho (Secretário)

5.2. CERTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

Administrar um fundo de pensão é uma tarefa que requer a especialização dos seus administradores: a Resolução CGPC nº 13 exige que os gestores tenham “competência técnica e gerencial compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades”.

Todos os gestores, diretores e conselheiros do Nucleos são devidamente certificados e sua equipe tem reconhecida qualificação técnica. A implantação de um programa de certificação dos dirigentes, além de alinhar-se

com as melhores práticas de gestão, criou um novo paradigma de excelência técnica e gerencial dos fundos de pensão brasileiros, ao qual o Instituto já aderiu.

A certificação, além de ser uma obrigação legal, é um importante instrumento de qualificação dos profissionais das entidades de Previdência Complementar. As regras a respeito de certificações estão reguladas pela Resolução CNPC nº 39, de 30 de março de 2021. A entidade investe no reconhecimento da qualificação técnica de seus profissionais e conselheiros.

O Instituto prima pela qualidade de seus serviços e participa das principais comissões da Abrapp – fontes mais relevantes de inovação e debates do setor. São elas:

EQUIPE NUCLEOS	COMISSÃO TÉCNICA - ABRAPP
Andreia Simões Lemos Alegre	Regional Sudeste – Assuntos Jurídicos
Fernando Martins Santos	Regional Sudeste – Contabilidade
Kenia Merheb Diniz	Regional Sudeste – Estratégias e Criação de Valor
Ítalo Jose da Silva	Regional Sudeste – Planos Previdenciários
Ruy Costa Ferreira Filho	Regional Sudeste – Investimentos

5.3. GESTÃO DA QUALIDADE

A NBR ISO 9001:2015 é uma norma de gestão da qualidade que busca a padronização dos serviços do Núcleos e tem como objetivo melhorar a gestão do Instituto. A norma incentiva a qualidade dos processos da entidade, através da aplicação de importantes requisitos como: planejamento das atividades, definição de metas, implementação de planos de ação e relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores.

O Núcleos obteve sua primeira certificação em 2006 com a empresa certificadora Bureau Veritas Certification (BVC) e se recertificou nos anos de 2009, 2012, 2015, 2018 e em 2021 na versão ISO 9001:2015. Assim como o Sistema de Gestão da Qualidade evoluiu nestes anos em que o Núcleos se certificou, passando da ISO 9001:2000 para a ISO 9001:2008 e, em 2018, para a ISO 9001:2015, com o esco-

po de “Gestão de planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar das patrocinadoras Eletronuclear, INB, Nuclep e Núcleos”, o Instituto também avançou. Passou da padronização inicial das atividades, da melhoria dos processos e da gestão dos resultados para o foco estratégico, garantindo, com isso, uma visão estratégica do negócio. Em todas as fases, a disseminação da cultura da qualidade no ambiente interno foi fundamental.

Todas essas etapas podem ser traduzidas em um melhor atendimento aos participantes e assistidos, na criação de um ambiente interno com envolvimento de todos os colaboradores, na redução do retrabalho e desperdício de tempo. Além disso, ao identificar, entender e gerenciar os processos inter-relacionados, pode-se contribuir com a eficácia e eficiência do Instituto, buscando sempre a melhoria contínua.

5.4. AUDITORIAS

5.4.1. Auditoria de gestão da qualidade

O Núcleos planeja, estabelece, implementa e mantém um programa de auditoria de gestão da qualidade que é realizado anualmente pela certificadora Bureau Veritas Certification – BVC e, semestralmente, por profissionais de auditoria da qualidade.

O Núcleos, que já adotava a abordagem dos riscos das suas atividades, ampliou a verificação desse requisito na versão 2015 da ISO 9001, que traz a “abordagem de riscos e oportunidades”, integrando em toda a norma o “pensamen-

to baseado em risco”. Dessa forma, além da sua Matriz de Risco, construída anualmente pelo Núcleos, a auditoria verifica os riscos e oportunidades associados às nossas atividades considerando as questões externas e internas, as necessidades e expectativas das partes interessadas, e se estamos tomando ações para reduzir os efeitos indesejáveis dos riscos e aumentar os efeitos desejáveis das oportunidades.

No ano de 2022, atendemos a todos os requisitos e obtivemos a recertificação da norma ISO 9001:2015 de gestão da qualidade, válida para o triênio 2021/2024.

6. Gestão de Benefícios

6.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB E OS PLANOS CD

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletronuclear S.A., a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

O Plano CD INB (CNPB nº 2021.0004-19) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de contribuição definida e tem como empresapatrocinadora a Indústrias Nucleares

do Brasil S.A. – INB.

O Plano CD Eletronuclear (CNPB nº 2021.0018-65) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de contribuição definida e tem como empresas patrocinadoras a Eletronuclear S.A. e o próprio Instituto.

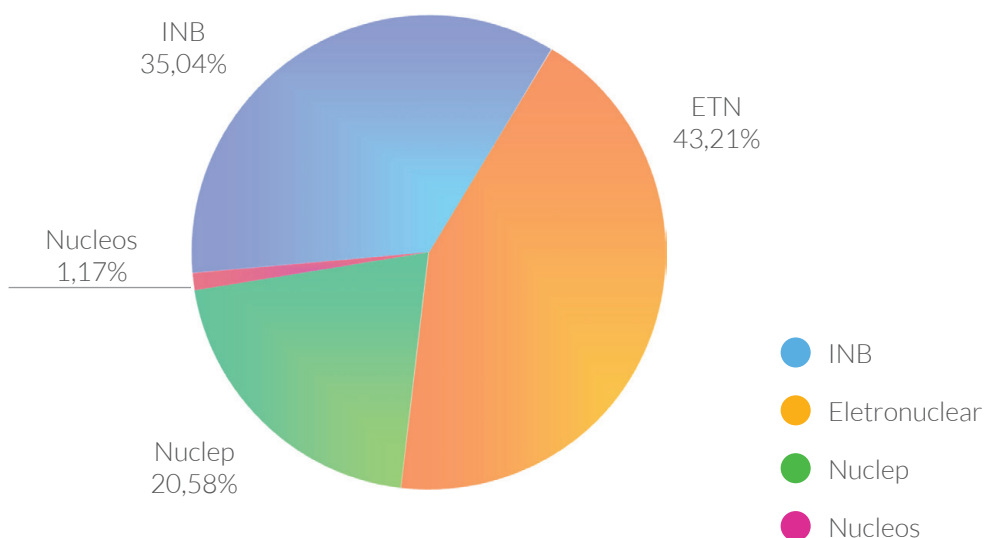
O Plano CD Nuclep (CNPB nº 2021.0003-38) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de contribuição definida e tem como empresa patrocinadora a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep.

6.1.1. Participantes Ativos

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB			
PATROCINADORA	2021	2022	VARIAÇÃO ANUAL
INB	991	957	-3,43%
Eletronuclear	1.193	1.180	-1,09%
Nuclep	591	562	-4,91%
Nucleos	37	32	-13,51%
Total	2.812	2.731	-2,88%

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD				
PLANO	PATROCINADORA	2021	2022	VARIAÇÃO ANUAL
CD - INB	INB	19	53	178,95%
CD - Eletronuclear	Eletronuclear	17	72	323,53%
	Nucleos	3	5	66,67%
CD - Nuclep	Nuclep	7	16	128,57%
Total		46	146	217,39%

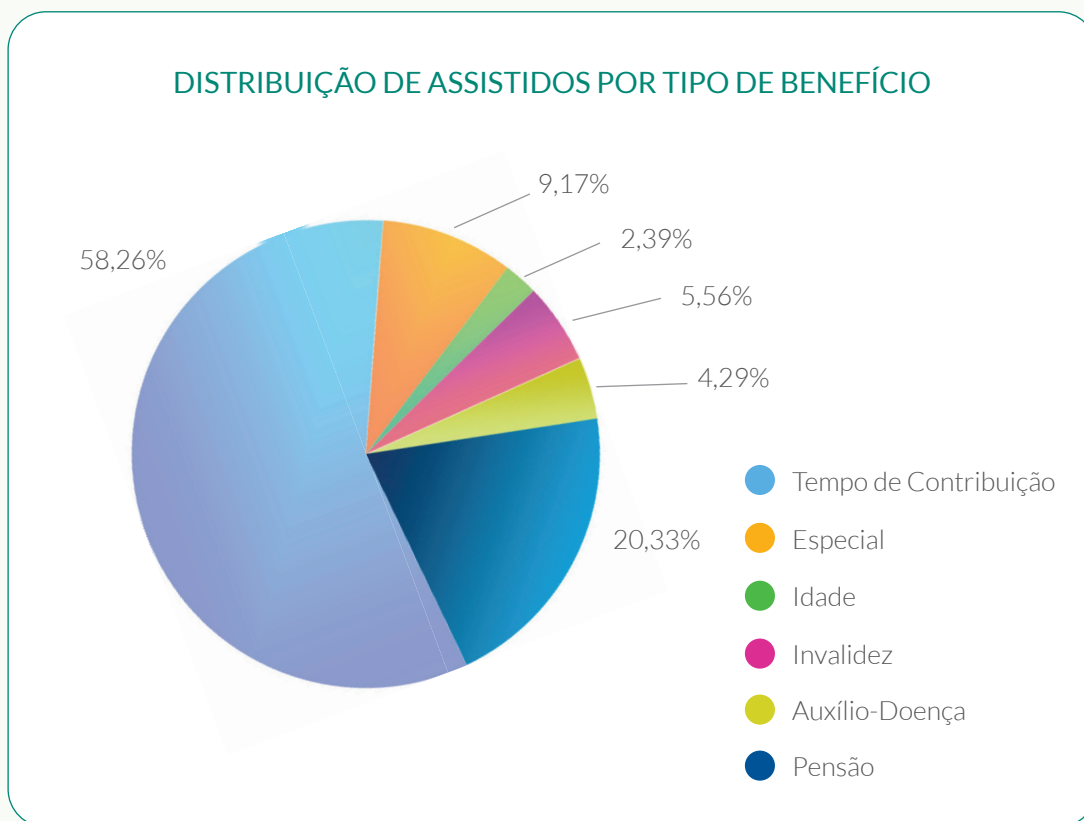
DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



6.1.2. Participantes Assistidos

Em 31 de dezembro de 2022, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 2.051, o que significa um aumento de 1,99% em relação ao ano anterior.

TIPO DE BENEFÍCIO	2021	2022	VARIAÇÃO ANUAL
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	1199	1195	-0,33%
ESPECIAL	180	188	4,44%
IDADE	51	49	-3,92%
INVALIDEZ	113	114	0,88%
AUXÍLIO-DOENÇA	80	88	10,00%
PENSÃO	388	417	7,47%
TOTAL	2.011	2.051	1,99%



6.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

Em síntese, a avaliação atuarial consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2022 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Mirador, de acordo com a metodologia de-

terminada em nota técnica atuarial e em consonância com as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos na data base de 30 de junho de 2022. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio para vigorar no período de 01/04/2023 a 31/03/2024.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Mirador encontra-se disponível neste Relatório Anual.

Mensalmente será verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários, de forma que a paridade contributiva seja observada.



7. Gestão Administrativa

7.1. POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

O Núcleo trabalha para promover uma administração competente, que tenha como pilares para a gestão e a prestação de contas os interesses de seus públicos de relacionamento e as regras impostas pela legislação. Hoje, a prioridade é a satisfação dos interesses dos participantes e assistidos.

A atual administração do Núcleo tem plena consciência de que sua atuação é de fundamental importância, sendo decisiva para minimizar, sensivelmente, os possíveis prejuízos decorrentes do risco inerente à gestão do patrimônio. O esforço, permanente, tem como foco a garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela entidade.

O objetivo principal da estrutura, políticas, práticas e instrumentos de governança corporativa da entidade é garantir a confiabilidade, manter a gestão sempre transparente aos participantes, patrocinadoras, colaboradores e demais públicos, direta e indiretamente impactados pela atuação de seus gestores.

Além de estrutura organizacional e ações com alto nível de aderência às melhores práticas, a página na internet do Instituto (www.nucleos.com.br) oferece acesso integral a um conjunto de documentos fundamentais para que participantes e demais públicos estratégicos conheçam em detalhes suas diretrizes de gestão:

- Estatuto do Nucleos
- Código de Ética
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo
- Política de Proteção de Dados Pessoais
- Regulamento do Plano Básico de Benefícios
- Regulamento dos Planos de Contribuição Definida
- Coletânea de Normas
- Manual de Governança Corporativa
- Demonstrações Atuariais
- Demonstrações Contábeis
- Comunicados
- Informativos
- Políticas de Investimento
- Manual de Investimentos
- Acompanhamento das Políticas de Investimentos
- Participação em Assembleias
- Estatísticas do Atendimento

Com isso, o Nucleos está sempre à procura de assegurar o bem-estar de seus participantes e familiares, agora e no futuro, promovendo uma administração transparente e eficiente dos recursos dos seus planos de benefícios.

7.2. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Conduta e Ética do Nucleos é o conjunto ideal de normas de comportamento e de valores éticos compartilhados pelos integrantes dos órgãos estatutários, colegiados, dirigentes e funcionários do Instituto, e objetiva o planejamento e execução das suas ações, para que se deem não apenas de acordo com as normas legais, mas também com a ética e a moral que regem o dia a dia das pessoas e das instituições.

Alinhado com a cultura corporativa da entidade, o Código de Ética e Conduta do Nucleos está disponível para consulta no site www.nucleos.com.br. É dever de todos os profissionais da entidade conhecê-lo e compartilhá-lo.

7.3. SISTEMA CORPORATIVO – GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos insere-se no compromisso do Nucleos com a criação e preservação de valor aos participantes e assistidos, atuando de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para o ambiente interno e externo de atuação.

Com base na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC

13, de 1o de outubro de 2.004, foi criada a Matriz de Risco do Instituto, em que todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos do Nucleos são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados. A referida resolução, seguida integralmente pelo Nucleos, trata ainda dos princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de

previdência complementar – EFPC.

O Nucleos segue também os princípios do Committee of Sponsoring Organizations – COSO, no qual “o gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos”.

Para o monitoramento dos riscos de mercado dos fundos de investimento e da carteira própria que compõem o portfólio do Instituto, duas ferramentas são amplamente utilizadas, pelo mercado e pelo próprio Nucleos, que são o VaR (Value-at-Risk ou Valor em Risco) – aplicada em cenários normais de mercado, considerando volatilidades históricas – e o Stress Test, para situações atípicas de mercado, considerando seus movimentos abruptos.

Além do monitoramento das medidas acima citadas nos investimentos do Nucleos, é utilizado o relatório de “Gerenciamento dos Riscos de Investimentos”, que apresenta a exposição a fatores de risco, marcação a mercado, informações sobre as operações financeiras, análise de crédito (ratings e outras informações públicas relacionadas) e análise de liquidez, dentre diversas outras análises.

Para o gerenciamento dos riscos atuariais, temos vários instrumentos, tais como:

- A Matriz de Risco, contemplando os riscos atuariais;

- O estudo de ALM – Asset Liability Management, que tem como objetivo apresentar a melhor alocação de ativos de acordo com as características do passivo atuarial e do fluxo futuro de pagamentos de benefícios, de forma a evitar o descompasso entre o ativo e o passivo;

- A realização do recadastramento periódico dos dados dos participantes, visando garantir a qualidade do cadastro utilizado nas avaliações atuariais;

- A auditoria dos benefícios concedidos e joia, realizada mensalmente, elaborada por empresa de consultoria especializada, a fim de evitar o pagamento de benefícios em desacordo com o estabelecido no regulamento do plano de benefícios;

- A elaboração do relatório a respeito de cada uma das premissas utilizadas na avaliação atuarial (Estudo das Hipóteses); e

- A consulta anual às patrocinadoras sobre as premissas atuariais de sua responsabilidade.

E por estar em um sistema altamente regulado, o Nucleos tem um sistema de compliance, assegurando o amplo funcionamento do programa de integridade do Instituto, das políticas de Proteção de Dados Pessoais e de prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento Terrorismo, junto às áreas internas da entidade e junto aos parceiros de negócios. O objetivo é que sejam obedecidas as legislações vigentes e as normas internas referentes às práticas operacionais, bem como o acompanhamento do calendário de obrigações, o acompanhamento da conformidade com a normas e regulamentos entre outros.

7.4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

No exercício de 2022, as despesas administrativas totalizaram R\$ 18.239 mil (Em 2021 - R\$ 17.452 mil). O detalhamento é apresentado no quadro a seguir:

Em milhares de Reais

Descrição	Exercício de 2022		Exercício de 2021
	Total (\$)	% Total	Total (\$)
Despesas Administrativas Totais - PGA (1 + 2)	18.239	100,00	17.452
1. Administração dos planos previdenciais	18.239	100,00	17.434
1.1 Pessoal e encargos	12.553	68,83	12.137
Conselheiros	490	2,69	462
Dirigentes	2.739	15,02	2.654
Pessoal próprio	9.287	50,92	8.945
Estagiário/Jovem Aprendiz	-	-	22
Pessoal terceirizado	37	0,20	54
1.2 Treinamentos, congressos e seminários	67	0,37	68
1.3 Viagens e estadias	28	0,15	1
1.4 Serviços de terceiros	2.995	16,42	2.782
Tecnologia da informação	1.526	8,37	1.247
Consultoria atuarial	329	1,80	286
Consultoria jurídica	249	1,36	351
Consultoria em investimentos	237	1,30	191
Auditoria contábil	191	1,05	170
Conservação e manutenção	175	0,96	184
Comunicação e divulgação	123	0,67	124
Controles internos	89	0,49	103
Demais serviços de terceiros	76	0,42	126
1.5 Despesas gerais	1.061	5,82	999
Aluguel (imóvel sede - uso próprio)	329	1,80	329
Condomínio e taxas	214	1,17	191
Contribuições a entidades (associativas/outras)	98	0,54	103
Telefone	70	0,38	87
Seguros	67	0,37	62
Serviços gráficos e de impressão/cópias	63	0,35	59
Material de consumo	62	0,34	16
Energia elétrica	61	0,33	35
Manutenção de instalações	41	0,22	6
Demais despesas gerais	56	0,32	111

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Descrição	Exercício de 2022		Exercício de 2021
	Total (\$)	% Total	Total (\$)
1.6 Depreciação e amortização	304	1,66	304
1.7 Tributos	1.231	6,75	1.143
PIS e Cofins	950	5,21	863
TAFIC - Taxa de fiscalização e controle (PREVIC)	240	1,32	240
Imposto predial - IPTU / demais tributos	41	0,22	40
2. Despesas com fomento	-	-	18

As despesas administrativas do exercício de 2022 registraram variação de 4,51% em relação ao exercício de 2021, abaixo da inflação acumulada, medida pelo INPC (IBGE), que apresentou variação de 5,93% no exercício de 2022.

7.4.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

As despesas administrativas específicas foram alocadas diretamente no plano de benefícios demandante e as despesas administrativas co-

muns foram rateadas e alocadas nos planos de benefícios com base na posição dos recursos garantidores ao final de cada mês, observando-se as disposições do Regulamento do PGA. As despesas administrativas por plano de benefícios são apresentadas no quadro a seguir:

Descrição	Exercício de 2022		Exercício de 2021
	Total (\$)	% Total	Total (\$)
Plano Básico de Benefícios - PBB	17.975	98,55	17.407
Plano CD-INB	87	0,48	9
Plano CD-Eletronuclear	91	0,50	9
Plano CD-Nuclep	86	0,47	9
Administração dos planos previdenciais	18.239	100,00	17.434

As despesas com fomento referem-se às despesas de implantação dos planos de contribuição definida (Planos CD), no exercício de 2021.

7.4.2 FONTES DE CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As fontes de custeio das despesas administrativas são as contribuições das patrocinadoras, participantes e assistidos e o resultado dos

investimentos destinados ao custeio administrativo, assim como as receitas administrativas diretas obtidas pelo PGA. Os recursos transferidos aos PGA para o custeio das despesas administrativas e demais receitas obtidas estão demonstradas no quadro a seguir:

Em milhares de Reais

Descrição	Exercício de 202		Exercício de 2021
	Total (\$)	% Total	Total (\$)
Receitas Administrativas Totais - PGA (1 + 2 +3)	18.425	100,00	17.989
1. Gestão previdencial	13.715	74,44	13.067
Patrocinadoras	5.147	27,94	4.971
Participantes ativos	5.713	31,01	5.532
Participantes assistidos	2.810	15,25	2.511
Autopatrocinados e BPD	45	0,24	53
2. Investimentos	4.646	25,22	4.800
Custeio administrativo	4.601	24,97	4.755
Taxa de administração de empréstimos	45	0,25	45
3. Diretas / outras receitas	64	0,34	122

7.4.3 INDICADORES DE GESTÃO DO PGA

Os principais indicadores de gestão utilizados

no acompanhamento e controle das despesas administrativas da gestão dos planos de benefícios estão demonstrados a seguir, exercícios de 2022 e 2021:

Descrição	Exercício de 2022	Exercício de 2021
Taxa de Administração (%)	0,52	0,52
Taxa de Carregamento (%)	5,59	6,01
Despesas Administrativas s/ Total Participantes (R\$)	3.796,69	3.667,71
Despesas Administrativas s/ Ativo Total (%)	0,45	0,45
Despesas Administrativas s/ Recursos Garantidores (%)	0,51	0,51
Despesas Administrativas s/ Receitas Administrativas (%)	98,99	97,02
Despesas com Pessoal s/ Despesas Administrativas (%)	68,82	69,54
Evolução do Fundo Administrativo (%)	14,14	8,40

O limite permitido pela legislação para a transferência de recursos dos planos de benefícios para o PGA, destinado ao custeio das despesas administrativas, é de 1% dos recursos garantidores (Taxa de Administração) ou de 9% do fluxo previdencial – contribuições e benefícios (Taxa de Carregamento).

O limite referencial para a transferência de recursos para o custeio administrativo do Instituto é de 1% dos recursos garantidores dos planos de benefícios. Em relação aos planos de benefícios, individualmente, para o PBB o limite é de 1% dos recursos garantidores e para os Planos CD o limite é de 9% do fluxo previdencial.

8. Comunicação

A comunicação é vital em um modelo de governança moderno. As estratégias desta área da instituição buscam aprimorar o relacionamento e aproximar cada vez mais os participantes do Instituto.

Todos os veículos de comunicação (site, portal Saber e Poupar, informativos eletrônicos: Nuclin Express e comunicados) foram desenvolvidos de forma a manter o participante sempre bem informado – o que contribui para o fortalecimento dos vínculos de confiança e reforça o compromisso do Núcleo de atender com eficácia as necessidades dos seus públicos de relacionamento. A busca pela linguagem mais clara, simples e direta é a principal preocupação do Instituto.

Pelo dever de informar tudo o que acontece dentro do Instituto e no setor, as publicações levantaram os principais assuntos discutidos no referido ano na esfera dos fundos de pensão, na área econômica e do próprio Núcleo. Dentre as publicações destaca-se a criação do “Nuclin Express – Edição Especial/Panorama de

Investimentos”, um resumo dos números do Instituto buscando utilizar sempre uma linguagem simples, direta e de fácil compreensão.

As ações de comunicação têm como objetivo proporcionar aos participantes – ativos e assistidos, dirigentes das patrocinadoras, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, governo e demais públicos de interesse mapeados em nossa matriz – condições de acompanhar, com transparência e equidade, a gestão da entidade e seu plano.

A comunicação contribui para o fortalecimento das relações. Por meio dela, constroem-se vínculos. Informação relevante e com veracidade, transparência e tempestividade são orientadores estratégicos de comunicação no Núcleo.

Ressaltamos aqui a importância de que cada participante mantenha o seu e-mail atualizado no cadastro. Só assim é possível garantir que as mensagens cheguem aos endereços eletrônicos de todos os participantes que possuem e-mail no cadastro do Instituto.

COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS

6

edições do
Nuclin
Express

4

edições do
Nuclin Express
Gerencial

52.989

visualizações
de páginas
no site

6

edições do Nuclin
Express Panorama
dos Investimentos

49

notícias
publicadas
no site

28

comunicados
da Diretoria
Executiva

9. Relacionamento com o participante

O Nucleos acredita que manter um relacionamento cada vez mais próximo e transparente é essencial para aumentar a satisfação dos participantes, assistidos e patrocinadoras. Por isso, a entidade disponibiliza diversos canais de relacionamento que buscam manter seus públicos sempre bem informados e atender com eficiência todos os contatos recebidos diariamente.

O atendimento requer uma série de ações que vão além da cordialidade, simpatia ou presteza nas informações, aliás, práticas estas que são inerentes a esse serviço. Por não entregar um bem tangível, um dos fatores imprescindíveis neste contexto é a confiança do participante não apenas nos serviços ou produtos, mas também nos profissionais e, principalmente, na entidade.

9.1. CANAIS DE ATENDIMENTO

Para atender plenamente o participante com eficiência e qualidade, o Nucleos disponibiliza vários canais de atendimento. São eles:

- **CORRESPONDÊNCIA**

Carta, fax e telegrama são utilizados para o envio de correspondência e documentos de interesse dos participantes.

Endereço: Av. República do Chile, 230
15º andar – Ala Sul, Centro – RJ / CEP: 20031-919

- **ELETRÔNICO**

O atendimento eletrônico é realizado por meio do site da entidade (acesso restrito ou fale conosco) e e-mails. Possibilita serviços e consultas disponíveis para acesso eletrônico, bem como envio de dúvidas, reclamações e sugestões ao Instituto.

E-mail: atendimento@nucleos.com.br

- **PRESENCIAL**

Atendimento ao participante na sede do Nucleos em espaço personalizado e individualizado.
Horário de Atendimento: de segunda a sexta, de 8h às 17h.

- **TELEFÔNICO**

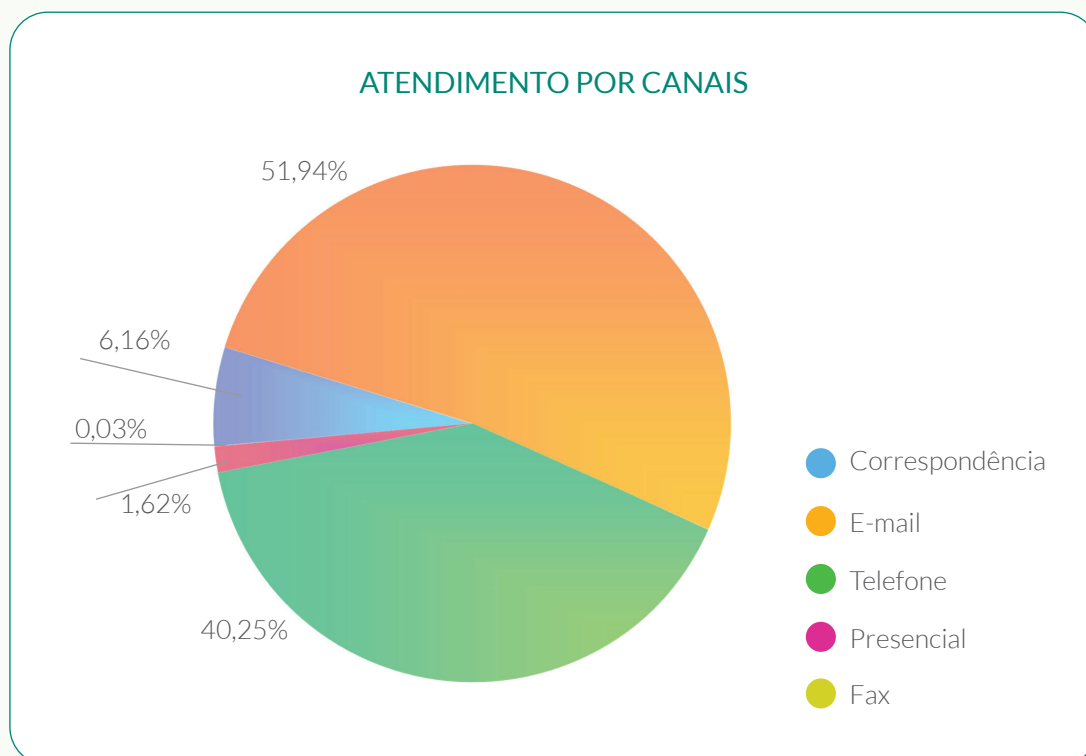
Por meio de quatro números de telefone amplamente divulgados, permite o esclarecimento de dúvidas sobre o plano e serviços oferecidos pela entidade, e ainda o encaminhamento de reclamações, dúvidas ou solicitações.

Telefones: 0800-024-1997 / 21 2173-1410 / 21 2173-1492 / 21 2173-1493

E também há os atendimentos especializados, direcionados a públicos específicos.

9.2. ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO

Durante o ano de 2022, foram realizados 10.590 atendimentos por meio dos diversos canais de relacionamento do Núcleos, sem contabilizar os acessos – que podem ser realizados a qualquer hora – através do Autoatendimento no site do Instituto.



É importante destacar que, através de pesquisa realizada com 10% das pessoas que entram em contato com o Instituto por telefone, o Núcleos mede mensalmente o grau de satisfação dos participantes com o atendimento e com a comunicação da entidade. Em relação aos atendimentos pessoais, se o participante quiser, o mesmo preenche o formulário de pesquisa. A partir desse relatório, o Núcleos traça ações para consolidar, corrigir ou melhorar o que aponta os resultados das pesquisas.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS



111.51 ▲ -99.31

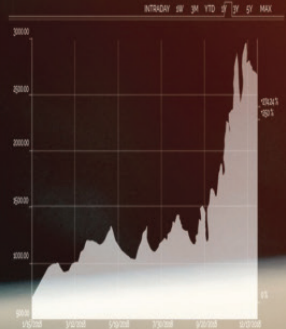
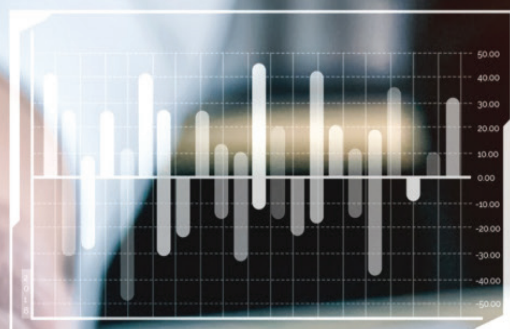
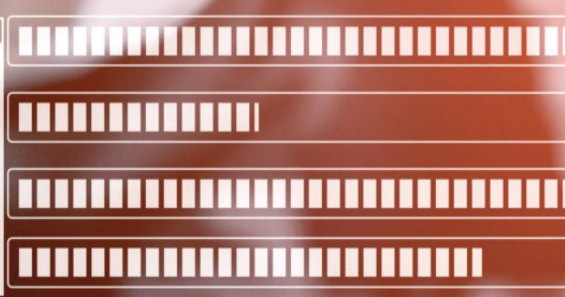
+74.68 ▼ -67.24

+94.71 ▲ -61.41

+77.91 ▼ -59.36

79%

Sales Promotion



10. Considerações sobre a Rentabilidade no Ano de 2022

O ano foi caracterizado por uma inflação elevada e persistente em todo o mundo, o que levou a uma rápida reavaliação das expectativas de aperto monetário. O conflito entre Rússia e Ucrânia e a política de Covid zero na China, com lockdowns, foram os principais fatores para esse cenário, trazendo grande consequência na cadeia produtiva e impactando a dinâmica da oferta. Esses fatores trouxeram risco de desabastecimento de produtos finais, peças e outros insumos industriais, além de impactar os preços sobre energia e alimentos.

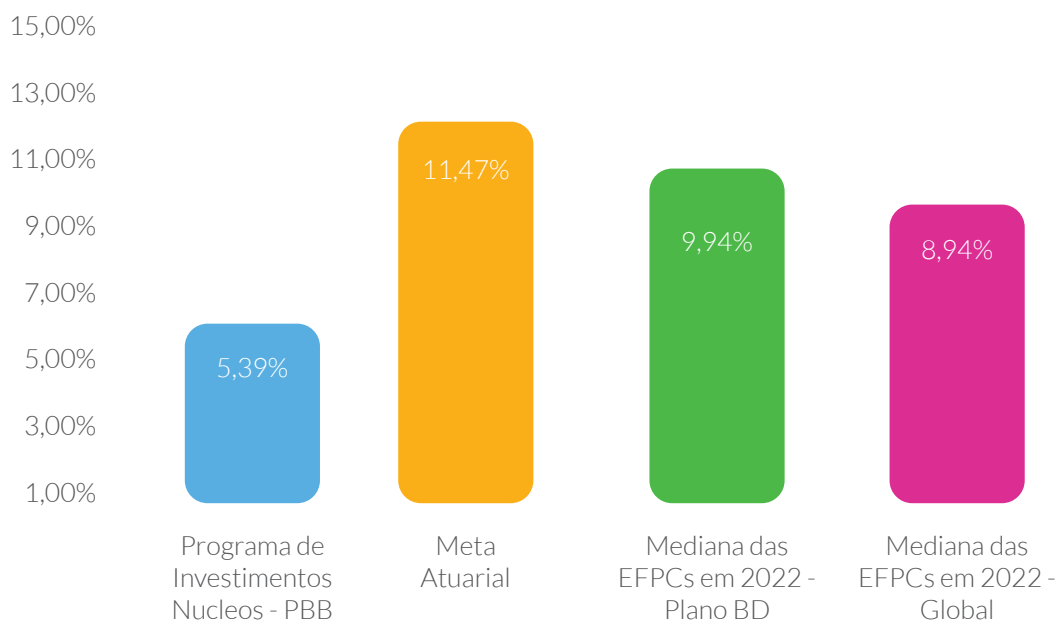
Esse cenário resultou em um aumento das taxas de juros por Bancos Centrais e, na sequên-

cia, as preocupações sobre uma desaceleração econômica.

No Brasil, as incertezas sobre a eleição presidencial e suas implicações sobre a política fiscal dos próximos anos intensificaram a aversão a risco nos ativos financeiros. Dessa forma, foi um ano difícil para os investimentos em nível global, tanto para as ações quanto para os títulos de renda fixa.

Com base nesse complexo cenário, o Plano Básico de Benefícios (PBB) administrado pelo Nucleos apresentou, em 2022, uma rentabilidade de 5,39% ante uma meta atuarial de 11,47%.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NUCLEOS vs EFPCs
RENTABILIDADE ACUMULADA EM 2022

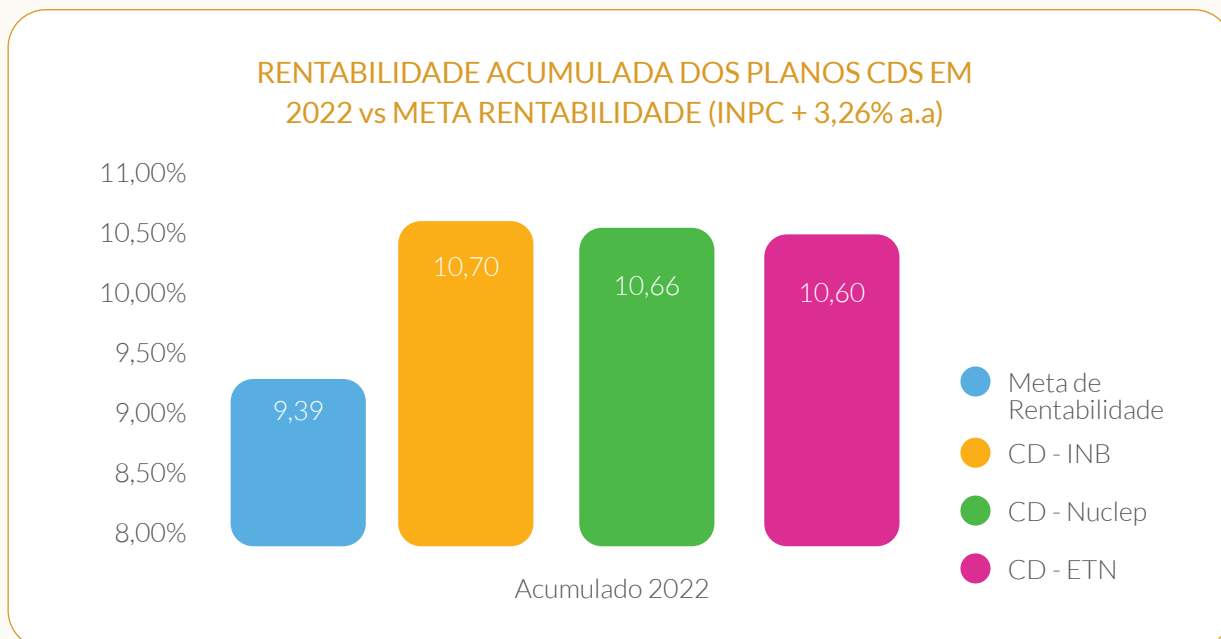


Fonte: Aditus/Nucleos

Nota: Plano Básico de Benefícios – PBB pertence a modalidade de benefícios definido e se caracteriza por ser coletivo e solidário entre os participantes, sendo o custeio definido atuarialmente. Pela natureza mutualista, o resultado do plano é de responsabilidade de todos.

As rentabilidades, líquidas de custeio, auferidas nos Planos de Contribuição Definida do Plano CD – Eletronuclear, do Plano CD – INB e do

Plano CD – Nuclep, em 2022, foram, respectivamente, de 10,60%, 10,70% e 10,66% ante uma meta de rentabilidade de 9,39%



Nota: o saldo dos Planos de Contribuição Definida é representado pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras e pela oscilação do valor da cota, que é apurada líquida dos custos administrativos. O Plano de Contribuição Definida se caracteriza por contas individualizadas, tanto na fase de formação da poupança, como na de percepção do benefício.

Abaixo, quadro com a rentabilidade dos principais ativos financeiros e a meta atuarial do Nucleos.

	2022	2021
CDI	12,39	4,42%
Dólar Ptax Venda	-6,50%	7,39%
Ibovespa	4,69%	-11,93%
IMA-B	6,37%	-1,26%
Meta Atuarial	11,47%	15,92%
Meta de Rentabilidade - CD	9,39%	1,61%*

*Percentual Acumulado da meta rentabilidade dos dois últimos meses do ano de 2021, período cujos Planos de Contribuição Definida se iniciaram.

CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento do segmento de renda fixa.

DÓLAR PTAX VENDA – Cotação do dólar calculada pelo Banco Central do Brasil através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.

IBOVESPA – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais impor-

tante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado ANBIMA categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta por Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), que são títulos públicos que remuneram o investidor com uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

META ATUARIAL – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que a carteira de investimentos do Plano Básico de Benefícios - PBB deve alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do pla-

no. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de inflação (INPC).

META DE RENTABILIDADE – A meta de rentabilidade é o objetivo de rentabilidade que deve ser alcançado pelas carteiras de investimentos dos Planos de Contribuição Definida – CD.

INPC – Índice de inflação calculado pelo IBGE na principais áreas urbanas do país entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários mínimos.

JUROS – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.

11. Política de Investimentos

As Políticas de Investimentos apresentam a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de 5 anos. Elas obedecem aos parâmetros definidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, estabelecidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos do Plano Básico de Benefícios, dos Planos de Contribuição Definida da Eletronuclear, INB e Nuclep e do Plano de Gestão Administrativa do Nucleos, para o período de 2023 a 2027, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 12 de dezembro de 2022, e sua íntegra está disponibilizada

em nosso website.

Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, a parcela de juros que compõe a meta atuarial juntamente com o INPC, ou seja, a taxa de juros real anual, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, conforme estudo de convergência da taxa de juros elaborado pelo atuário, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual, sem necessidade de prévia autorização da Previc, desde que seu valor esteja no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% a.a. (quatro décimos por cento ao ano) acima da taxa de juros parâmetro, conforme Instrução Previc nº 33/2020.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria Previc nº 373/2022, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo

de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente.

O estudo realizado pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda. apontou 5,97% a.a. como taxa real esperada para os investimentos do Plano Básico de Benefícios. Conforme legislação pertinente, o Nucleos poderia adotar uma taxa de juros no intervalo compreendido en-

tre 3,28% a.a. e 5,08% a.a., sem necessidade de aprovação prévia da Previc. Como a taxa real projetada pelo estudo foi superior, o Nucleos solicitou autorização ao órgão regulador para utilização de taxa de juros fora do intervalo no valor de 5,97%, sendo aprovado pela Previc a utilização da taxa de juros de 5,77% para a meta atuarial de 2023.

12. Alocação de Investimentos

12.1. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS – MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o Asset Liability Management – ALM. O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximizem a relação entre o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define as contribuições necessárias para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteador pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos do plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Dessa forma, também, orienta as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre

segmentos e classes de ativos.

O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório Focus, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado para o médio e longo prazos e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Indicadores econômicos MCM Consultoria (projeções macroeconômicas); Curvas de juros de mercado da B3; e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação das séries históricas desses mesmos fatores de risco utilizando as fontes acima descritas.

12.2. PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

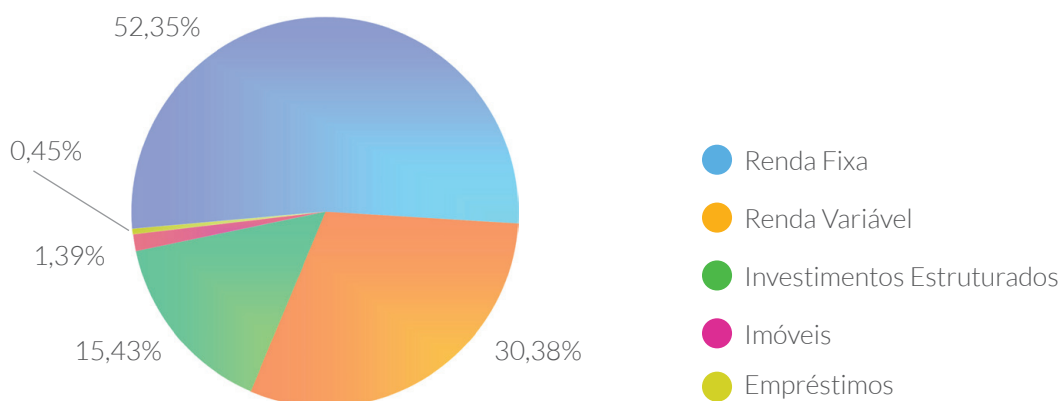
A macroalocação dos planos de contribuição definida está fundamentada no estudo de fronteira eficiente e tem a finalidade de identificar o portfólio que atenda às expectativas de rentabilidade dos participantes do plano, dado um orçamento de risco.

O estudo técnico visa à elaboração de uma curva ótima de alocação, com a identificação da fronteira eficiente, relacionando os diferentes ativos e correspondentes riscos,

que possam compor o portfólio. A otimização decorre da identificação de um determinado nível de equilíbrio entre o retorno dos investimentos e o grau de risco admitido, obtendo-se uma gama de alternativas de alocação compatíveis com os objetivos do plano, que podem ser assim resumidos em: maximização da rentabilidade, gerenciamento da liquidez, diversificação de estratégias de investimentos e diversificação dos ativos.

12.3. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

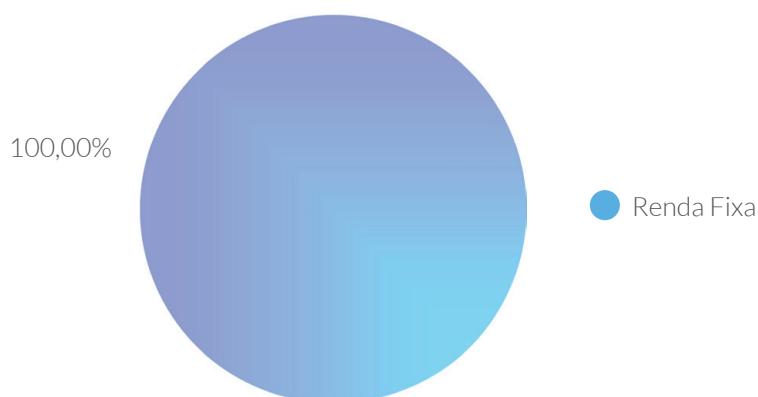
PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS – PBB



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA



PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (ELETRONUCLEAR, INB E NUCLEP)



12.4. FUNDOS

A gestão de investimentos do Nucleos é realizada por gestores externos, selecionados com base no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços”, documento esse desenvolvido internamente, recomendado pelo Comitê Consultivo de Investimentos – CCI,

aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo – CD e disponível para consulta no website do Nucleos.

O Nucleos é cotista dos seguintes fundos de investimentos, distribuídos entre os segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Estruturado:

INVESTIMENTO	GESTOR	SEGMENTO	MODALIDADE
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos II FI Renda Fixa Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos IV BNP Paribas FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos V Western Asset ALM Fundo de Investimento RF LP	Western Asset Management Company DTVM	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VII Vinci FI Ações	Vinci Soluções de Investimentos	Renda Variável	Exclusivo
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibiúna Gestão de Recursos	Estruturado	Não Exclusivo
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	Não Exclusivo
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	Não Exclusivo

Em 2022 ocorreram as seguintes alterações nos fundos de investimentos:

- Em junho o Nucleos resgatou a totalidade das cotas do fundo exclusivo Nucleos VIII FI Multimercado, do segmento de renda fixa,

gerido pela Bahia Asset Management.

- Em julho, o Nucleos substituiu a gestão do fundo exclusivo Nucleos V da SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos para a Western Asset Management Company DTVM.

12.4.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS FUNDOS

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Taxa de Gestão	Taxa de Administração	Taxa de Performance
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	0,50% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder (CDI + 1,00% a.a.)
Nucleos II FI Renda Fixa Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	0,03% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	0,60% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder Ibovespa + 2,00% a.a.
Nucleos IV BNP Paribás FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	0,25% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder Ibovespa + 3,00% a.a.
Nucleos V Western Asset ALM Fundo de Investimento RF LP	Western Asset Management Company DTVM LTDA	Renda Fixa	0,10% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	0,10% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VII Vinci FIA	Vinci Gestão de Patrimônio	Renda Variável	0,25% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder Ibovespa + 3,00% a.a.
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	2,00% a.a.	N/D	20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibiúna Gestão de Recursos	Estruturado	2,00% a.a.	N/D	20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	1,90% a.a.	N/D	20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	0,69%	N/D	20,00% s/ o que exceder 100,00% do IGP-M + 10% a.a.
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	0,19% a.a.	N/D	NA

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Taxa de Gestão	Taxa de Administração	Taxa de Performance
Carteira Própria - Imóveis	Nucleos	Imóveis	NA	NA	NA
Carteira Própria - Empréstimo	Nucleos	Empréstimos	NA	NA	NA

O B-VaR – (Benchmark VaR) é muito utilizado no controle do risco de mercado. O B-VaR atua como ferramenta de controle de risco de mercado ao qual um portfólio está exposto. Ele é entendido como uma medida da diferença entre o retorno do fundo ou carteira em relação ao retorno para o benchmark definido (índice de referência).

12.4.2. COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS

ALOCAÇÃO	NUCLEOS I	NUCLEOS II	NUCLEOS III	NUCLEOS IV	NUCLEOS V	NUCLEOS VI	NUCLEOS VII	NUCLEOS VIII
Titulo Públicos	49,72%	100,00%	4,14%	3,28%	100,00%	100,00%	20,37%	86,84%
Cotas de Fundos	10,55%	0	0	54,77%	0	0	75,12%	13,16%
Ações	39,73%	0	95,86%	41,95%	0	0	4,51%	0
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

12.4.3. PERFORMANCE DOS FUNDOS

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	9,58%	12,48%
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	12,55%	12,39%
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	6,36%	4,86%
Nucleos IV BNP Paribás FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	0,61%	4,94%
Nucleos V Western Asset ALM Fundo de Investimento RF LP	Western Asset Management Company DTVM LTDA	Renda Fixa	1,13%	1,91%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	1,81%	1,91%
Nucleos VII Vinci FI Ações	Vinci Soluções de Investimentos	Renda Variável	-1,99%	4,94%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Bahia Asset Management	Renda Fixa	4,02%*	4,69%*
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	34,69%	12,53%
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	Ibiúna Gestão de Recursos	Estruturado	19,48%	12,62%
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	23,00%	12,62%
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	-97,59%	10,65%
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	-51,51%	10,65%

* Houve Resgate Total no Fundo Nucleos VIII FI Multimercado em 07/06/2022. Portanto, calculou-se o acumulado até este período, assim como para seu benchmark.

12.5. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)

Os Fundos de Investimento em Participações (FIP) representam aplicações efetuadas nos fundos CRT FIP e Energia PCH FIP.

12.5.1. CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS – CRT

O Fundo de Investimento em Participações – CRT é gerido e administrado pela Oliveira Trust. O Nucleos possui 100,00% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, em 31/12/2022, possuía 97,30% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. O FIP possui 11,02% do capital total da empresa.

O Administrador Fiduciário, Oliveira Trust, contratou a empresa Meden Consultoria Empresarial Ltda. para fazer a avaliação econômico-financeira. A nova precificação estabeleceu o valor de R\$ 158,055 milhões para a empresa, que impactou negativamente no valor da cota do CRT-FIP em dezembro, resultando em uma rentabilidade negativa de 51,51% no ano.

O Nucleos está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 4.994/2022 por deter 100,00% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003, quando o limite legal é de 25,00%. Para se enquadrar aos limites legais, o Instituto estabeleceu o processo de ofertas públicas, passando de semestrais (até 2012) para trimestrais, a

partir de 2013. As ofertas foram feitas através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sendo o último leilão realizado em março de 2022, que, apesar de amplamente divulgado, foi encerrado sem interessados.

Após a reprecificação da empresa CRT, ocorrida ao final de março/2022 com efeitos retroativos a dezembro/2021, houve forte variação no valor da cota, que impactou negativamente o valor a ser enviado para o leilão do dia 10/06/2022. Por consequência, o Nucleos encerrou o programa de leilões trimestrais, considerando o risco de realização da perda contábil.

12.5.2. ENERGIA PCH FIP

Trata-se de investimento realizado em agosto de 2004. A cotação do FIP é disponibilizada pelo administrador sempre no último dia do mês.

O Fundo de Investimento em Participações – Energia PCH FIP é gerido pela Vinci Partners e administrado pelo Banco Santander Brasil S.A. O Nucleos possui 0,74% do patrimônio líquido do Energia PCH. O fundo está em processo de liquidação com previsão de encerramento no primeiro semestre de 2023 e a rentabilidade no ano reflete os valores recebidos de amortização de cotas e dividendos.

12.6. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A rentabilidade apurada foi de 14,99%, superior ao seu benchmark (INPC + 5,53%), de 11,79%. Em dezembro de 2022 esse segmento alocava recursos na ordem de R\$ 15,83 milhões.

12.7. IMÓVEIS

A rentabilidade da carteira de imóveis foi positiva em 5,76%, inferior ao seu benchmark, de 11,79% (INPC + 5,53%). O desempenho abaixo do benchmark é atribuído aos reflexos da crise econômica pela qual passou e ainda está passando o setor imobiliário no Rio de Janeiro.

Em milhares de Reais

Descrição	Data da última avaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil em (31/12/2022)
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	dez/22	9.243	9.243
Rua Victor Civita, 66 - Barra	dez/22	3.201	3.201
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	dez/22	8.345	8.345
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	dez/22	8.345	8.345
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	dez/22	19.873	19.873
Contas a receber e a pagar			(318)
TOTAL			48.689

13. Serviços de Suporte à Gestão dos Investimentos

13.1. AGENTE CUSTODIANTE / ADMINISTRADOR

Banco Bradesco S.A. – Efetua guarda dos títulos, liquidação física e financeira das operações, além de prover serviços de controladoria e compliance.

A BEM DTVM segue como administrador fiduciário, cumprindo, dentre outras atribuições, a de acompanhar se as operações realizadas pelos nossos gestores estão em conformidade com as cláusulas contratuais e com as práticas de mercado.

13.2. CONSULTORIA MACROECONÔMICA

MCM MCM Consultores Associados SS – Presta serviços na área de estudos macroeconômicos, com avaliação de cenários, análises setoriais, entre outros.

13.3. CONSULTORIA DE RISCO

Aditus Consultoria Financeira Ltda. – Presta serviço de monitoramento contínuo das carteiras de investimentos considerando a avaliação da performance dos ativos, dos riscos de mercado, liquidez, crédito e do enquadramento dos investimentos, entre outros.

13.4. BASE DE DADOS

Economática Software de Apoio a Investimentos Ltda. – Serviços de transmissão, via linha telefônica, de sinal decodificável por modem, de informações sobre balanços, composição acionária e de produtos, notícias, cotações proventos e assembleias de empresas negociadas em bolsa de valores do Brasil.

13.5. SERVIÇO DE ALM

Aditus Consultoria Financeira – Serviço de elaboração de estudo para identificar a alocação entre os segmentos de investimentos que permita melhor relação entre retorno e cobertura do passivo atuarial.

14. Despesa com a Gestão dos Investimentos

As despesas com a gestão dos investimentos dos planos de benefícios em 2022 são apresentadas no quadro a seguir. Essas despesas não incluem as apresentadas no item 7.4. - “Despesas Administrativas”.

Em milhares de Reais

Descrição	Exercício de 2022		Exercício de 2021
	Valor	%	Valor
1. Despesas Diretas - gestão dos investimentos (2+3+4)	24.512	100,00	23.879
2. Gestão própria (2.1 + 2.2 + 2.3)	771	3,14	950
2.1. Investimentos em imóveis	630	2,57	1.048
Condomínio e taxas	464	1,89	710
Impostos e taxas	137	0,56	262
Seguros	9	0,04	18
Consultoria imobiliária	7	0,03	14
Demais despesas	13	0,05	44
2.2 Empréstimos a participantes (despesas deduzidas das receitas)	15	0,06	(113)
Consultoria jurídica	49	0,20	57
Despesas judiciais	2	0,01	6
Recuperação de despesas com ações judiciais (receita)	(36)	(0,15)	(176)
2.3 Outros investimentos	126	0,51	15
Consultoria jurídica/despesas judiciais	126	0,51	15
3. Gestão terceirizada (*)	22.979	93,75	22.148
Gestão	6.072	24,77	6.916
Corretagem	14.824	60,48	12.325
Performance	5	0,02	1.742
Taxas (CVM, Cetip, Selic, CBLC, Anbima)	1.211	4,94	755
Administração	802	3,27	337
Auditoria	49	0,20	38
Demais despesas	16	0,07	35
4. Custódia, taxas e emolumentos	762	3,11	781

(*) Despesas debitadas diretamente do patrimônio dos fundos de investimento exclusivos.

15. Informações Gerais

15.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2022	(%)	2021	(%)
Renda Fixa	1.836.701	51,76	1.843.429	53,88
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1.668.683	47,03	1.022.127	29,88
Quotas de Fundos de Multimercado	168.019	4,73	821.302	24,01
Renda Variável	1.065.896	30,04	1.045.352	30,55
Quotas de Fundos de Investimento	1.065.896	30,04	1.045.352	30,55
Investimento Estruturado	541.168	15,25	467.453	13,66
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	18.091	0,51	44.817	1,31
Quotas de Fundos de Multimercado	523.077	14,74	422.636	12,35
Investimento Imobiliários	48.689	1,37	47.414	1,39
Empréstimos aos Participantes	15.834	0,45	14.910	0,44
Outros	36.914	1,04	2.740	0,08
Total dos Investimentos	3.545.203	-	3.421.299	-
(+) Disponível	3.350	0,09	41	0,00
(-) Exigibilidade dos Investimentos	(151)	0,00	(77)	0,00
(=) Total dos Recursos	3.548.669	100,00	3.421.263	100,00

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2022	(%)	2021	(%)
Renda Fixa	18.129	99,93	15.582	99,91
Quotas de Fundos de Renda Fixa	18.129	99,93	15.582	99,91
Total dos Investimentos	18.129	-	15.582	-
(+) Disponível	12	0,07	14	0,09
(=) Total dos Recursos	18.142	100,00	15.596	100,00

RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO CD-INB

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2022	(%)	2021	(%)
Renda Fixa	1.016	99,89	142	100,00
Quotas de Fundos de Renda Fixa	861	84,63	142	100,00
Quotas de Fundos de Multimercado	155	15,26	-	0,00
Total dos Investimentos	1.016	-	142	-
(+) Disponível	1	0,11	-	0,00
(=) Total dos Recursos	1.017	100,00	142	100,00

RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO CD-ELETRONUCLEAR

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2022	(%)	2021	(%)
Renda Fixa	1.443	100,00	158	100,00
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1.269	87,98	158	100,00
Quotas de Fundos de Multimercado	173	12,02	-	0,00
Total dos Investimentos	1.443	-	158	-
(+) Disponível	-	0,00	-	0,00
(=) Total dos Recursos	1.443	100,00	158	100,00

RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO CD-NUCLEP

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2022	(%)	2021	(%)
Renda Fixa	768	100,00	95	100,00
Quotas de Fundos de Renda Fixa	663	86,44	95	100,00
Quotas de Fundos de Multimercado	104	13,56	-	0,00
Total dos Investimentos	768	-	95	-
(+) Disponível	-	0,00	-	0,00
(=) Total dos Recursos	768	100,00	95	100,00

15.2. ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E AOS LIMITES LEGAIS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

Segmento de aplicação	ALOCAÇÃO EM 31/12/2022	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO			LIMITE LEGAL (Res. 4.661)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
Renda Fixa	52,35%	51,76%	24,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	30,38%	28,08%	0,00%	50,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	15,43%	12,82%	0,00%	20,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,52%	3,15%	0,00%	10,00%	15,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	14,91%	9,67%	0,00%	15,00%	15,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	5,40%	0,00%	10,00%	10,00%	ok	ok
Imobiliário	1,39%	1,50%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Aluguéis e renda	1,40%	1,50%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Certificado de Recebíveis Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,95%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,45%	0,43%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
Empréstimos	0,45%	0,43%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Segmento de aplicação	ALOCAÇÃO EM 31/12/2022	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO			LIMITE LEGAL (Res. 4.661)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
Renda Fixa	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Certificado de Recebíveis Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

PLANOS CD (ELETRONUCLEAR, INB E NUCLEP)

Segmento de aplicação	ALOCAÇÃO EM 31/12/2022	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO			LIMITE LEGAL (Res. 4.661)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
Renda Fixa	100,00%	100,00%	24,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	50,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	15,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	15,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	ok	ok
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Certificado de Recebíveis Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

15.3. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2022)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
GESTÃO EXTERNA			
Nucleos I Occam FIM	Renda Fixa	168.019	4,74%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	104.745	2,95%
Nucleos III Occam FIA	Renda Variável	418.529	11,80%
Nucleos IV BNP Paribas FIA	Renda Variável	327.935	9,24%
Nucleos V SulAmerica ALM RF LP	Renda Fixa	769.417	21,68%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	794.521	22,39%
Nucleos VII Vinci FI Ações	Renda Variável	319.431	9,00%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	0	0,00%
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Estruturado	117.910	3,32%
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Estruturado	237.281	6,69%
Absolute Vertex II FIC FIM	Estruturado	167.886	4,73%
Energia PCH FIP	Estruturado	190	0,01%
CRT FIP	Estruturado	17.901	0,50%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		3.443.765	97,05%
GESTÃO INTERNA			
Carteira Própria	Imóveis	48.689	1,37%
Carteira Própria	Empréstimos	15.834	0,45%
TOTAL GESTÃO INTERNA		64.523	1,82%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		0	0,00%
OUTROS REALIZÁVEIS		36.914	1,04%
DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL		3.199	0,09%
TOTAL		3.548.669	100,00%

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2022)	% RECURSOS (PGA)
GESTÃO EXTERNA			
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	18.129	99,93%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		18.129	99,93%
		DISPONÍVEL	12
		TOTAL	18.142
			0,07%
			100,00%

RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO CD-INB

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2022)	% RECURSOS (INB)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	861	84,64%
Nucleos I Occam FIM	Renda Fixa	155	15,26%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		1.016	99,89%
		DISPONÍVEL	1
		TOTAL	1.017
			0,11%
			100,00%

RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO CD-ELETRONUCLEAR

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2022)	% RECURSOS (ETN)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	1.269	87,98%
Nucleos I Occam FIM	Renda Fixa	173	12,02%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		1.443	100,00%
		DISPONÍVEL	-
		TOTAL	1.443
			0,00%
			100,00%

RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO CD-NUCLEP

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2022)	% RECURSOS (NCP)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	663	86,44%
Nucleos I Occam FIM	Renda Fixa	104	13,56%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		768	100,00%
DISPONÍVEL		-	0,00%
TOTAL		768	100,00%

Observação: Consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

15.4. OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS ASG DO PONTO DE VISTA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO CNPC Nº 32 DE 04/12/2019)

A mitigação do risco de não observância aos critérios ASG (de Ambiental, Social e de Governança) se dá através dos processos de seleção de gestores, durante a avaliação qualitativa, na qual o Nucleos, baseado no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços”, realiza avaliação crítica do quanto os gestores estão engajados com

os critérios ASG.

O processo de monitoramento desses riscos é permanente e realizado através do acompanhamento de informações obtidas junto a várias fontes, como veículos de comunicação, relatórios e reuniões com os agentes do mercado financeiro nacional e internacional, bem como com o consultor de mercado e risco.



16. Considerações Finais

A situação patrimonial do Nucleos em dezembro de 2022 foi a seguinte: Patrimônio de Cobertura (Ativo Líquido – PBB) de R\$ 3.985.852 mil, que, face à Provisão Matemática de R\$ 4.274.667 mil, resultou um déficit técnico acumulado no exercício de 2022 no

valor de R\$ 288.815 mil, equivalente a 6,76% das provisões matemáticas, inferior ao registrado no ano de 2021, que foi de 18,05%.

O quadro abaixo ilustra a evolução do resultado técnico do Plano Básico de Benefícios – PBB:

Em milhares de Reais

Exercício	Ativo Líquido do Plano*	Provisões matemáticas (PMAT)	Superávit / Déficit acumulado	% superávit - déficit s/ PMAT
2018	3.566.509	3.459.505	107.004	3,09
2019	4.043.660	3.765.983	277.677	7,37
2020	4.142.057	4.206.352	-64.295	1,53
2021	3.851.795	4.700.396	-848.601	18,05
2022	3.985.852	4.274.667	-288.815	6,76

*Patrimônio de cobertura das provisões matemáticas.

Em relação ao ano de 2023, vislumbra-se ainda um cenário global conturbado, decorrente do complexo quadro inflacionário que persiste no mundo; do conflito Rússia versus Ucrânia; da situação da pandemia na China; e do risco de uma recessão severa que possa com-

prometer de forma aguda as economias.

Especificamente no Brasil, as principais preocupações continuam sendo com a inflação e a questão fiscal, em um ano de menor crescimento e de previsões de maiores gastos

públicos. A ausência de contrapartidas frente ao aumento das despesas e a incerteza a respeito da nova regra fiscal tornam o cenário de estabilização da dívida pública desafiador no médio prazo.

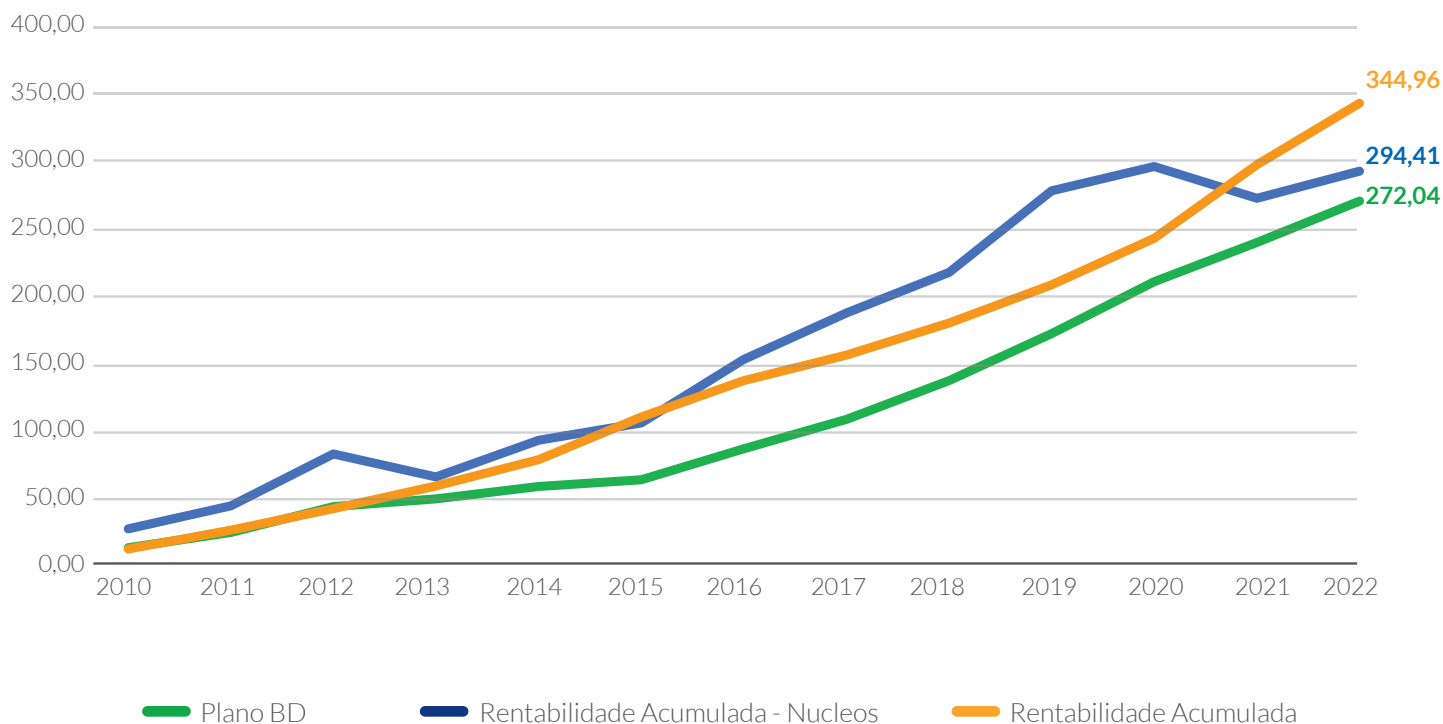
Trata-se de uma conjuntura que impõe incertezas, volatilidade, mas, também, oportunidades.

Reiteramos que a administração do Nucleos vem atuando ativamente para que o déficit seja revertido. Porém, como a situação depende de fatores externos, a expectativa é que o objetivo será alcançado com a recuperação econômica e do mercado financeiro.

Podemos afirmar que continuaremos, com afinco, buscando superar a meta atuarial e comprometidos em fazer frente aos nossos compromissos financeiros. Por isso, priorizamos a liquidez e solidez dos nossos investimentos, buscando sempre alinhamento das estratégias com o prazo dos investimentos, alicerçados no estudo de ALM (Asset Liability Management), que, em se tratando de fundo de pensão, é de longo prazo.

No gráfico abaixo, cotejamos a rentabilidade do PBB vis-à-vis a sua meta atuarial e mediana dos planos BDs, num período de 13 anos.

RENTABILIDADE ACUMULADA





WEEK 3

WEEK 4

50
25
25

2020 2021 2022 2023 2024

A

B

C

Line Chart Info

Plan A
Plan B
Plan C
Plan D

1st 2nd 3rd 4th 5th

1st 2nd 3rd 4th 5th

RELATÓRIOS CONTÁBEIS



17. Demonstrações Contábeis

17.1. CONSOLIDADO

Balanco Patrimonial Consolidado Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2022	2021
Disponível	5	3.364	55
Realizável		4.022.738	3.883.663
Gestão previdencial	6	452.608	443.999
Gestão administrativa	7	2.679	1.855
Investimentos	8	3.567.451	3.437.809
Ativo financeiro de crédito privado		345	-
Fundos de investimentos		3.465.121	3.372.212
Investimentos em imóveis		49.195	47.918
Operações com participantes		15.861	14.939
Depósitos judiciais/recursais		15	-
Recursos a receber - precatórios		36.914	2.740
Imobilizado e intangível	9	345	649
Imobilizado		276	504
Intangível		69	145
Total do ativo		4.026.447	3.884.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armindo D'Ascensão Silva
Presidente
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04

Balço Patrimonial Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Passivo e patrimônio social	Nota	2022	2021
Exigível operacional	10	13.866	11.284
Gestão previdencial		8.686	7.208
Gestão administrativa		4.418	3.475
Investimentos		762	601
Exigível contingencial	11	1.205	1.267
Gestão previdencial		1.141	1.215
Gestão administrativa		49	44
Investimentos		15	8
Patrimônio social		4.011.376	3.871.816
Patrimônio de cobertura do plano		3.989.079	3.852.190
Provisões matemáticas	12	4.277.894	4.700.791
Benefícios concedidos		2.701.454	2.655.416
Benefícios a conceder		1.887.330	2.045.375
(-) Provisões matemáticas a constituir		(310.890)	-
Equilíbrio técnico	13	(288.815)	(848.601)
Resultados realizados		(288.815)	(848.601)
(-) Déficit técnico acumulado		(288.815)	(848.601)
Fundos	14	22.297	19.626
Fundos administrativos		17.571	15.395
Fundos para garantia das operações com participantes		4.726	4.231
Total do passivo e patrimônio social		4.026.447	3.884.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descri�o	2022	2021	Variacão (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	3.871.816	4.160.962	-6,95
1 Adic�es	385.940	169.759	127,35
Contribui�es previdenciais	141.770	150.880	-6,04
Portabilidade	-	228	-100,00
Outras adic�es previdenciais	249	1	24800,00
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	222.932	-	100,00
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	74	-	100,00
Receitas administrativas	18.425	17.989	2,42
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	1.995	661	201,82
Constitui�o de fundos para garantia das opera�es com participantes	495	-	100,00
2 Dedu�es	(246.380)	(458.905)	-46,31
Benefícios	(224.938)	(200.917)	11,96
Resgates	(3.191)	(1.722)	85,31
Provisão para perdas estimadas	(7)	(1)	600,00
Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	-	(238.112)	-100,00
Constitui�o líquida de contingências - Gestão previdencial	-	(224)	-100,00
Despesas administrativas	(18.239)	(17.452)	4,51
Constitui�o líquida de contingências - Gestão administrativa	(5)	(4)	25,00
Reversão de fundos para garantia das opera�es com participantes	-	(473)	-100,00
3 Acréscimo/(decréscimo) no patrimônio social (1+2)	139.560	(289.146)	148,27
Provisões matemáticas	(422.897)	494.439	-185,53
Superávit/(déficit) técnico do exercício	559.786	(784.306)	171,37
Fundos administrativos	2.176	1.194	82,24
Fundos para garantia das opera�es com participantes	495	(473)	204,65
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	4.011.376	3.871.816	3,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Armindo D'Ascen o Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Cosolidada
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Variação (%)
A) Fundo administrativo - início do exercício	15.395	14.201	8,41
1 Custeio da gestão administrativa	20.420	18.650	9,49
1.1 Receitas	20.420	18.650	9,49
Custeio administrativo da gestão previdencial	13.715	13.067	4,96
Custeio administrativo dos investimentos	4.601	4.755	-3,24
Taxa de administração de empréstimos	45	45	0,00
Atualização de depósitos judiciais/recursais	1	-	100,00
Outras receitas	63	122	-48,36
Resultado positivo líquido dos investimentos	1.995	661	201,82
2 Despesas administrativas (i)	18.239	17.452	4,51
2.1 Administração dos planos previdenciais	18.239	17.434	4,62
Pessoal e encargos	12.553	12.137	3,43
Treinamentos/congressos e seminários	67	68	-1,47
Viagens e estadias	28	1	2700,00
Serviços de terceiros	2.995	2.782	7,66
Despesas gerais	1.061	999	6,21
Depreciações e amortizações	304	304	0,00
Tributos	1.231	1.143	7,70
2.5 Fomento	-	18	-100,00
3 Constituição de contingências administrativas	5	4	25,00
4 Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00
5 Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	0,00
6 Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	2.176	1.194	82,24
7 Constituição do fundo administrativo (6)	2.176	1.194	82,24
B) Fundo administrativo - final do exercício (A+7)	17.571	15.395	14,13

(i) Os itens 2.2, 2.3 e 2.4 foram suprimidos por não apresentarem movimento/saldo nos exercícios.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armindo D'Ascensão Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

17.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

Demonstração do Ativo Líquido do PBB
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Varição (%)
1 Ativos	4.019.393	3.880.898	3,57
Disponível	3.350	41	8070,73
Recebíveis previdencial	469.948	459.025	2,38
Investimentos	3.546.095	3.421.832	3,63
Ativo financeiro de crédito privado	345	-	100,00
Fundos de investimentos	3.443.765	3.356.235	2,61
Investimentos em imóveis	49.195	47.918	2,66
Operações com participantes	15.861	14.939	6,17
Depósitos judiciais/recursais	15	-	100,00
Recursos a receber - precatórios	36.914	2.740	1247,23
2 Obrigações	11.475	9.846	16,54
Operacional	10.319	8.623	19,67
Contingencial	1.156	1.223	-5,48
3 Fundos não previdenciais	22.066	19.257	14,59
Fundos administrativos	17.340	15.026	15,40
Fundos para garantia das operações com participantes	4.726	4.231	11,70
4 Resultados a realizar	-	-	0,00
5 Ativo líquido (1-2-3-4)	3.985.852	3.851.795	3,48
Provisões matemáticas	4.274.667	4.700.396	-9,06
Superávit/(déficit) técnico	(288.815)	(848.601)	-65,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armindo D'Ascensão Silva
Presidente
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do PBB
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descri�o	2022	2021	Variacão (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	3.851.795	4.142.057	-7,01
1 Adic�es	375.826	163.771	129,48
Contribui�es	152.750	163.542	-6,60
Portabilidade	-	228	-100,00
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	222.753	-	100,00
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	74	-	100,00
Outras adic�es	249	1	24800,00
2 Dedu�es	(241.769)	(454.033)	-46,75
Benefícios	(224.938)	(200.917)	11,96
Resgates	(3.191)	(1.722)	85,31
Provisão para perdas estimadas	(7)	(1)	600,00
Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	-	(238.114)	-100,00
Constitui�o líquida de contingências - Gestão previdencial	-	(224)	-100,00
Custeio administrativo	(13.633)	(13.055)	4,43
3 Acréscimo/(decréscimo) no ativo líquido (1+2)	134.057	(290.262)	146,18
Provisões matemáticas	(425.729)	494.044	-186,17
Déficit técnico do exercício	559.786	(784.306)	171,37
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	3.985.852	3.851.795	3,48
C) Fundos não previdenciais (i)	2.809	352	698,01
Fundos administrativos	2.314	825	180,48
Fundos para garantia das opera�es com participantes	495	(473)	204,65

(i) apresenta a varia o dos fundos não previdenciais no exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Armindo D'Ascen o Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

Demonstração das Provisões Técnicas do PBB
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	4.002.053	3.865.872	3,52
1 Provisões matemáticas	4.274.667	4.700.396	-9,06
1.1 Benefícios concedidos	2.701.454	2.655.416	1,73
Benefício definido	2.701.454	2.655.416	1,73
1.2 Benefícios a conceder	1.884.103	2.044.980	-7,87
Contribuição definida	124	117	5,98
Saldo de contas - parcela participantes	124	117	5,98
Benefício definido	1.883.979	2.044.863	-7,87
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(310.890)	-	100,00
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	(310.890)	-	100,00
(-) Patrocinadores	(149.363)	-	100,00
(-) Participantes	(65.963)	-	100,00
(-) Assistidos	(95.564)	-	100,00
2 Equilíbrio técnico	(288.815)	(848.601)	-65,97
2.1 Resultados realizados	(288.815)	(848.601)	-65,97
(-) Déficit técnico acumulado	(288.815)	(848.601)	-65,97
3 Fundos	4.726	4.231	11,70
3.1 Fundos previdenciais	-	-	0,00
3.2 Fundos para garantia das operações com participantes - Gestão previdencial	4.726	4.231	11,70
4 Exigível operacional	10.319	8.623	19,67
4.1 Gestão previdencial	9.558	8.022	19,15
4.2 Investimentos - Gestão previdencial	761	601	26,62
5 Exigível contingencial	1.156	1.223	-5,48
5.1 Gestão previdencial	1.141	1.215	-6,09
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	15	8	87,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

17.3. PLANO CD - INB

Demonstração do Ativo Líquido do Plano CD-INB
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Varição (%)
1 Ativos	1.017	142	616,20
Investimentos	1	-	100,00
Investimentos	1.016	142	615,49
Fundos de investimentos	1.016	142	615,49
2 Obrigações	-	-	0,00
3 Fundos não previdenciais	-	-	0,00
4 Resultados a realizar	-	-	0,00
5 Ativo líquido (1-2-3-4)	1.017	142	616,20
Provisões matemáticas	1.017	142	616,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano CD-INB
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descri�o	2022	2021	Variacão (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	142	-	100,00
1 Adic�es	900	146	516,44
Contribui�es	840	145	479,31
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	60	1	5900,00
2 Dedu�es	(25)	(4)	525,00
Custeio administrativo	(25)	(4)	525,00
3 Acréscimo no ativo líquido (1+2)	875	142	516,20
Provisões matemáticas	875	142	516,20
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	1.017	142	616,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Armando D'Ascen o Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CD-INB
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	1.017	142	616,20
1 Provisões matemáticas	1.017	142	616,20
1.1 Benefícios concedidos	-	-	0,00
1.2 Benefícios a conceder	1.017	142	616,20
Contribuição definida	1.017	142	616,20
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	492	69	613,04
Saldo de contas - parcela participantes	525	73	619,18
2 Equilíbrio técnico	-	-	0,00
3 Fundos	-	-	0,00
4 Exigível operacional	-	-	0,00
5 Exigível contingencial	-	-	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armindo D'Ascensão Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

17.4. PLANO CD - ELETRONUCLEAR

Demonstração do Ativo Líquido do Plano CD-Eletronuclear
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Varição (%)
1 Ativos	1.443	158	813,29
Investimentos	1.443	158	813,29
Fundos de investimentos	1.443	158	813,29
2 Obrigações	-	-	0,00
3 Fundos não previdenciais	-	-	0,00
4 Resultados a realizar	-	-	0,00
5 Ativo líquido (1-2-3-4)	1.443	158	813,29
Provisões matemáticas	1.443	158	813,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva
Presidente
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano CD-Eletronuclear
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descri�o	2022	2021	Variacão (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	158	-	100,00
1 Adic�es	1.322	163	711,04
Contribui�es	1.247	162	669,75
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	75	1	7400,00
2 Dedu�es	(37)	(5)	640,00
Custeio administrativo	(37)	(5)	640,00
3 Acréscimo no ativo líquido (1+2)	1.285	158	713,29
Provisões matemáticas	1.285	158	713,29
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	1.443	158	813,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Armino D'Ascen o Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CD-Eletronuclear
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	1.443	158	813,29
1 Provisões matemáticas	1.443	158	813,29
1.1 Benefícios concedidos	-	-	0,00
1.2 Benefícios a conceder	1.443	158	813,29
Contribuição definida	1.443	158	813,29
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	680	76	794,74
Saldo de contas - parcela participantes	763	82	830,49
2 Equilíbrio técnico	-	-	0,00
3 Fundos	-	-	0,00
4 Exigível operacional	-	-	0,00
5 Exigível contingencial	-	-	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

17.5. PLANO CD - NUCLEP

Demonstração do Ativo Líquido do Plano CD-Nuclep
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Varição (%)
1 Ativos	767	95	707,37
Investimentos	767	95	707,37
Fundos de investimentos	767	95	707,37
2 Obrigações	-	-	0,00
3 Fundos não previdenciais	-	-	0,00
4 Resultados a realizar	-	-	0,00
5 Ativo líquido (1-2-3-4)	767	95	707,37
Provisões matemáticas	767	95	707,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armino D'Ascensão Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

Demonstração da Muta o do Ativo Líquido do Plano CD-Nuclep
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descri�o	2022	2021	Variacão (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	95	-	100,00
1 Adic�es	692	98	606,12
Contribui�es	648	98	561,22
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	44	-	100,00
2 Dedu�es	(20)	(3)	566,67
Custeio administrativo	(20)	(3)	566,67
3 Acréscimo no ativo líquido (1+2)	672	95	607,37
Provisões matemáticas	672	95	607,37
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	767	95	707,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Armino D'Ascen o Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CD-Nuclep
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de Reais

Descrição	2022	2021	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	767	95	707,37
1 Provisões matemáticas	767	95	707,37
1.1 Benefícios concedidos	-	-	0,00
1.2 Benefícios a conceder	767	95	707,37
Contribuição definida	767	95	707,37
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	368	45	717,78
Saldo de contas - parcela participantes	399	50	698,00
2 Equilíbrio técnico	-	-	0,00
3 Fundos	-	-	0,00
4 Exigível operacional	-	-	0,00
5 Exigível contingencial	-	-	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva
 Presidente
 CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
 Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
 Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
 Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04



18. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

1 Contexto operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“Nucleos”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou o seu estatuto. É uma entidade regida pelas Leis Complementares no 108 e 109, de 29 de maio de 2001 (LC 108/2001 e LC 109/2001).

A Entidade tem por objetivo instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletronuclear S.A., Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do próprio Nucleos.

Na consecução desse objetivo o Instituto segue o disposto em seu estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios, assim como nos normativos expedidos pelo órgão regulador do sistema de previdência complementar, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelo órgão de supervisão e fiscalização, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

As fontes de custeio dos planos de benefícios são as contribuições dos participantes ativos e assistidos e das patrocinadoras. As referidas contribuições são destinadas à formação das provisões, reservas e fundos necessários à garantia do pagamento dos benefícios contratados e da manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

Os recursos são aplicados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e normas expedidas pelo CNPC e Previc.

1.1 Impactos causados pela Covid-19

Em 2022, os efeitos negativos da pandemia da Covid-19 continuaram a afetar o cenário econômico e o mercado financeiro, com alta volatilidade e pressões inflacionárias, situação que foi agravada com o surgimento da guerra no leste europeu e o crescimento das tensões geopolíticas no mundo. A escalada inflacionária provocou a elevação da taxa básica de juros nas principais economias do mundo, afetando o mercado de ativos de renda fixa e de renda variável. Adicionalmente, as preocupações com a situação fiscal do país agregaram incertezas sobre uma recuperação consistente dos mercados e do preço dos ativos de investimentos.

Diante desse cenário, em 2022 os investimentos registraram rentabilidade positiva de 5,39%, porém abaixo da meta atuarial de

11,47% (INPC + 5,23% a.a.). Embora a inflação tenha arrefecido no segundo semestre do ano, o nível continuou elevado, com variação acumulada medida pelo INPC de 5,93% no ano.

Os reflexos negativos dessa conjuntura não permitiram a reversão total do déficit do PBB em 2022. Com isso, o Plano Básico de Benefícios - PBB, encerrou o exercício de 2022 com déficit acumulado de R\$ 288.815, equivalente a 6,76% das provisões matemáticas (vide Nota 13.1).

O déficit é conjuntural e, no entendimento da administração, não traz riscos à liquidez e solvência do Instituto e nem compromete o pagamento dos benefícios no médio prazo.

2 Planos de benefícios

Plano de Benefícios	Patrocinador(es)	CNPB (*)	Modalidade
Plano Básico de Benefícios - PBB	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	1979.0022-74	Benefício Definido - BD
	Eletronuclear S.A.		
	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep		
	Nucleos Instituto de Seguridade Social		
Plano CD - INB	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	2021.0018-65	Contribuição Definida - CD
Plano CD- Eletronuclear	Eletronuclear S.A.	2021.0004-19	Contribuição Definida - CD
	Nucleos Instituto de Seguridade Social		
Plano CD - Nuclep	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep	2021.0003-38	Contribuição Definida - CD

(*) Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, mantido pela Previc.

(a) Planos Básico de Benefícios - PBB (“Plano BD-PBB” ou “PBB”)

O PBB é um plano de benefícios de caráter previdenciário, inscrito no CNPB no 1979.0022-74 e estruturado na modalidade Benefício Definido (BD), com solidariedade dos compromissos entre os patrocinadores, nos termos do Convênio de Adesão.

O regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 710, de 24 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2021. Desde 29 de outubro de 2021, o PBB encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes.

Os seguintes benefícios são oferecidos aos seus participantes e beneficiários a título de suplementação (benefício complementar ao da Previdência Social), na forma do Regulamento:

- (i) aposentadoria por tempo de contribuição;
- (ii) aposentadoria por tempo de contribuição antecipada;
- (iii) aposentadoria especial;
- (iv) aposentadoria especial antecipada;
- (v) aposentadoria por idade;
- (vi) aposentadoria por invalidez;
- (vii) pensão por morte; e
- (viii) auxílio-doença.

Ocorrendo a cessação do vínculo empregatício com a patrocinadora, o participante poderá optar pelos institutos previstos na legislação, observadas as condições estabelecidas no Regulamento do Plano: (i) resgate; (ii) autopatrocínio; (iii) benefício proporcional diferido - BPD; e (iv) portabilidade.

A quantidade de participantes vinculados ao PBB, em 31 de dezembro, está demonstrada no quadro a seguir:

	2022			2021		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
INB	951	834	1.785	987	835	1.822
Eletronuclear	1.172	645	1.817	1.186	633	1.819
Nuclep	562	455	1.017	589	436	1.025
Nucleos	26	29	55	30	27	57
Autopatrocínados	18	-	18	17	-	17
BPD*	2	-	2	3	-	3
Total	2.731	1.963	4.694	2.812	1.931	4.743

*Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido, na forma do Regulamento.

(b) Plano CD-INB ("CD-INB")

O Plano CD-INB é um plano de benefícios de caráter previdenciário, inscrito no CNPB no 2021.0018-65 e estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD). O Regulamento do Plano e respectivo Convênio de Adesão da patrocinadora INB, foram aprovados pela Previc, por meio da Portaria no 506, de 28 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 2 de agosto de 2021. O início de funcionamento do plano ocorreu em 15 de setembro de 2021 e o primeiro aporte de contribuições foi realizado em 3 de novembro de 2021.

Em abril de 2022, foi apresentada proposta de alteração do Regulamento, que foi aprovada

pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc através da Portaria nº 486, de 24 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2022. Com essa proposta foram alterados: o tempo mínimo de contribuição para a elegibilidade ao benefício de aposentadoria normal, de 120 para 60 meses, e a condição para que a patrocinadora cesse as contribuições ao plano quando o participante ativo completar 65 anos de idade, devendo observar o tempo mínimo de contribuição de 60 meses.

Os benefícios oferecidos aos participantes e beneficiários do Plano são: (i) aposentadoria normal, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte. A concessão desses bene-

fícios dependerá do preenchimento de requisitos de elegibilidade e demais condições estabelecidas no Regulamento, que também fixa regras para a opção pelos institutos obrigatórios previstos na legislação, em caso de cessação do vínculo com a patrocinadora.

Em 31 de dezembro de 2022, o Plano conta com 53 participantes ativos (19 em 2021).

(c) Plano CD-Eletronuclear ("CD-Eletronuclear" ou "CD-ETN")

O Plano CD-Eletronuclear é um plano de benefícios de caráter previdenciário, inscrito no CNPB no 2021.0004-19 e estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD). O Regulamento do Plano e respectivos Convênios de Adesão dos patrocinadores Eletronuclear e Nucleos foram aprovados pela Previc, através da Portaria no 97, de 11 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2021. O início de funcionamento do plano ocorreu em 15 de setembro de 2021 e o primeiro aporte de contribuições foi realizado em 4 de novembro de 2021.

Os benefícios oferecidos aos participantes e beneficiários do Plano são: (i) aposentadoria normal, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte. A concessão desses benefícios dependerá do preenchimento de requisitos de elegibilidade e demais condições estabelecidas no Regulamento, que também fixa regras para a opção pelos institutos obrigatórios previstos na legislação, em caso de cessação do vínculo com a patrocinadora.

Em 31 de dezembro de 2022, o Plano conta com 77 participantes ativos (20 em 2021), sendo 72 da patrocinadora Eletronuclear (17 em 2021) e 5 do patrocinador Nucleos (3 em 2021).

(d) Plano CD-Nuclep ("CD-Nuclep")

O Plano CD-Nuclep é um plano de benefícios

de caráter previdenciário, inscrito no CNPB no 2021.0003-38 e estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD). O Regulamento do Plano e respectivo Convênio de Adesão da patrocinadora Nuclep foram aprovados pela Previc, por meio da Portaria no 96, de 11 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2021. O início de funcionamento do plano ocorreu em 15 de setembro de 2021 e o primeiro aporte de contribuições foi realizado em 3 de novembro de 2021.

Os benefícios oferecidos aos participantes e beneficiários do Plano são: (i) aposentadoria normal, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte. A concessão desses benefícios dependerá do preenchimento de requisitos de elegibilidade e demais condições estabelecidas no Regulamento, que também fixa regras para a opção pelos institutos obrigatórios previstos na legislação, em caso de cessação do vínculo com a patrocinadora.

Em 31 de dezembro de 2022, o Plano conta com 16 participantes ativos (7 em 2021).

3 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Foram preparadas de acordo com os modelos e procedimentos estabelecidos pela Resolução CNPC no 43, de 6 de agosto de 2021, e Instrução Previc no 31, de 20 de agosto de 2020, assim como, quando aplicável, pelas normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes

com as informações utilizadas pela administração na sua gestão.

As normas de procedimentos contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

As seguintes demonstrações contábeis foram elaboradas pela Entidade:

- Balanço Patrimonial (BP) - apresenta de forma consolidada a posição patrimonial e financeira da Entidade no final do exercício, evidenciando os saldos dos recursos (ativo) e obrigações (passivo e patrimônio social) dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) - apresenta de forma consolidada (planos de benefícios e PGA) as modifica es ocorridas no patrimônio social da Entidade no exercício.
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - apresenta de forma consolidada a atividade administrativa da Entidade na gestão dos planos de benefícios, evidenciando as receitas e despesas administrativas e a evolu o do fundo administrativo no exercício.
- Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL) - demonstra o individual que apresenta a posi o patrimonial e financeira do plano de benefícios no final do exercício, evidenciando os saldos dos recursos (ativos) e obriga es.
- Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL) - demonstra o individual que apresenta as modifica es ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios no exercício.
- Demonstrac o das Provisões Técnicas (DPT) - demonstra o individual que apresenta a totalidade dos compromissos do plano de benefícios no final do exercício.

f cios no final do exercício.

As demonstra es contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo do Nucleos em 9 de março de 2023.

4 Principais políticas contábeis significativas

A contabilidade   elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, cada plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.

A Entidade adota, em seus processos, métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, e as modifica es relevantes, caso ocorram, são evidenciadas em notas explicativas, com a quantifica o dos respectivos efeitos.

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade no registro de suas opera es e na avalia o dos ativos e obriga es estão descritas a seguir:

4.1 Resultado das opera es

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência, significando que na determina o do resultado são computadas as receitas, as adi es e as varia es positivas auferidas no mês, bem como as despesas, as dedu es e as varia es negativas incorridas no mês correspondente, exceto o registro de contribu es e benefícios de planos estruturados na modalidade contribu o definida que são efetuados pelo regime de caixa, ou seja, quando efetivamente recebidos ou pagos, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios.

4.2 Realizável - Gestão previdencial

Registra os recursos a receber provenientes

de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas foram contabilizadas pelo valor original e são atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais, até a data do balanço.

4.3 Realizável - Gestão administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e de terceiros, além de gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

4.4 Realizável - Investimentos

4.4.1 Títulos públicos e créditos privados

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa integrantes da carteira dos fundos de investimento exclusivos são registrados inicialmente pelo valor efetivamente pago e classificados na categoria de títulos para negociação, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Os títulos e valores mobiliários são ajustados pelo valor de mercado, no mínimo ao final de cada mês, conforme legislação do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período.

O valor de mercado dos ativos financeiros integrantes das carteiras dos fundos de investimento exclusivos é determinado de acordo com a metodologia adotada pelo administrador fiduciário (BEM DTVM Ltda.), conforme manual de marcação a mercado.

A Entidade não possui títulos e valores mo-

biliários classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, seja em carteira própria ou na carteira dos fundos de investimento exclusivos. A reclassificação de categoria de títulos para negociação para títulos mantidos a vencimento é vedada pela Resolução CNPC no 43/2021.

4.4.2 Operações compromissadas

As operações compromissadas nos fundos de investimento exclusivos são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração pactuada. As operações compromissadas nos fundos de investimento exclusivos estão lastreadas em títulos públicos federais.

4.4.3 Ações e cotas de fundos ETF

As ações integrantes das carteiras dos fundos de investimento exclusivos são registradas pelo custo de aquisição e valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores, conforme normas expedidas pela CVM. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período. A mesma prática se aplica às cotas de fundos de índice (ETF) negociadas na bolsa de valores (B3), adquiridas pelos fundos exclusivos.

4.4.4 Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento (fundos não exclusivos) são registradas pelo valor efetivamente desembolsado (custo de aquisição) e atualizadas pelo valor da cota patrimonial divulgada pelo administrador fiduciário do fundo investido.

São cotas de fundos de investimento em ações, do segmento de renda variável, e cotas de fundos de investimento multimercado, do

segmento estruturado, adquiridas diretamente pelo Nucleos ou por meio de fundos de investimento exclusivos.

4.4.5 Fundos de investimento em participações - FIP

A aplicação de recursos em fundos de investimento em participações foi realizada em 2003 (CRT FIP) e 2004 (Energia PCH FIP) e são valorizados pela cota patrimonial informada pelo administrador fiduciário.

Os ativos avaliados a valor justo, integrantes da carteira dos FIP, são determinados com base em avaliação econômico-financeira, realizada por empresa independente especializada, contratada pelo administrador do fundo.

4.4.6 Derivativos

A utilização de instrumentos derivativos é permitida desde que estritamente observados os limites e condições previstos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, com uso específico para proteção e posicionamento.

Considerando que a gestão da carteira de investimentos é terceirizada e discricionária, os administradores e os gestores externos dos fundos de investimento exclusivos são os responsáveis pela avaliação prévia dos riscos envolvidos nas operações com instrumentos derivativos.

4.4.7 Investimentos em imóveis

A aquisição de imóveis de forma direta foi vedada pelo Conselho Monetário Nacional. Os imóveis existentes (estoque) foram registrados inicialmente pelo custo de aquisição e são reavaliados a valor justo, no mínimo, anualmente. Os aluguéis a receber estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da pro-

visão para perdas referente a créditos de liquidação duvidosa.

4.4.8 Operações com participantes

As operações com participantes referem-se a empréstimos concedidos aos participantes e assistidos e estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais.

As provisões para perdas estimadas no recebimento de créditos da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução Previc nº 31/2020, que determina a adoção de percentuais mínimos no reconhecimento de perdas estimadas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos conforme o tempo de atraso: 1% entre 31 e 60 dias; 5% entre 61 e 90 dias; 10% entre 91 e 120 dias; 25% entre 121 e 180 dias; 50% entre 181 e 240 dias; 75% entre 241 e 360 dias e 100% superior a 360 dias.

Não há operações de financiamento imobiliário a participantes por serem vedadas pela política de investimentos dos planos de benefícios.

4.4.9 Ajuste de precificação

O Nucleos não está sujeito ao ajuste de precificação de que trata a Instrução Previc no 33, de 23 de outubro de 2020, por não possuir títulos públicos federais classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento na sua carteira de investimentos.

4.5 Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa ou investimentos foram realizados em cumprimento de decisões judiciais e/ou para garantia da ampla defesa em demandas e litígios em que o Nucleos é

parte. Esses depósitos foram atualizados até 31 de dezembro de 2020. A partir de janeiro de 2021 a atualização só é permitida por ocasião de levantamento/desfecho dos processos judiciais.

4.6 Imobilizado e intangível

O imobilizado é composto por bens tangíveis necessários ao funcionamento da Entidade, pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. No intangível estão registrados os gastos com a aquisição de sistemas de informática, pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

4.7 Exigível operacional

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade, em cada gestão, pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

4.8 Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado, em cada gestão, pelo montante estimado de perda considerada provável, de acordo com a avaliação dos escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais, observada a sua natureza, calculado na data do balanço.

4.9 Patrimônio social

4.9.1 Patrimônio de cobertura do plano

Corresponde à diferença entre o ativo total, o exigível operacional e contingencial e os fundos constituídos e representa o patrimônio destinado à cobertura dos compromissos assumidos com participantes e assistidos.

4.9.2 Provisões matemáticas

São calculadas por atuário, de acordo com a nota técnica atuarial, o regulamento e a legislação de regência e correspondem ao valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios assumidos com os participantes e seus beneficiários, líquido do valor atual das contribuições futuras previstas para o custeio dessas obrigações. As provisões matemáticas estão divididas em benefícios concedidos, benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir:

Benefícios concedidos: registra o valor atual dos benefícios futuros dos participantes em gozo de benefício (assistidos), líquido de suas contribuições.

Benefícios a conceder: registra o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

Provisões matemáticas a constituir: registra o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a déficit equacionado das patrocinadoras, participantes e assistidos.

O saldo de contas - parcela participantes no plano de benefício definido, corresponde a recursos de participantes recebidos através de portabilidade de outra entidade de previdência complementar, o quais são atualizados pelo índice do plano, na forma do Regulamento.

Em relação aos planos de benefícios estruturados na modalidade contribuição definida, sem parcela atuarial, as provisões matemáticas correspondem ao saldo de contas dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes e patrocinadores, atualizados pela rentabili-

de líquida do patrimônio do plano.

4.9.3 Equilíbrio técnico

Corresponde à diferença entre o patrimônio de cobertura do plano e as provisões matemáticas. Conforme a situação, o plano de benefícios poderá apresentar superávit técnico (excedente patrimonial) ou déficit técnico (insuficiência patrimonial) em relação aos compromissos assumidos com os participantes e assistidos.

4.9.4 Fundos

Estão registrados os fundos da gestão administrativa e fundos para garantia das operações com participantes. O fundo administrativo é constituído ou revertido com o resultado entre receitas e despesas da gestão administrativa (sobra ou insuficiência) e é utilizado como fonte de custeio administrativo, de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Os fundos para garantia das operações de empréstimos registram os recursos destinados à cobertura do risco de perdas na carteira de empréstimos, na ocorrência de morte ou inadimplência dos mutuários, observadas as disposições do regulamento desses fundos.

4.10 Plano de Gestão Administrativa - PGA

O PGA é um plano administrativo com a finalidade de registrar as operações referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu Regulamento e da legislação específica.

O registro das operações administrativas na gestão dos planos de benefícios ocorre de forma consolidada, mantendo-se o controle gerencial do fluxo de recursos do PGA, de forma a determinar, ao menos ao final de cada mês, a participação de cada plano de benefícios no fundo administrativo do PGA.

A parcela equivalente à participação do plano de benefícios no Fundo Administrativo do PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo do respectivo plano de benefícios.

4.11 Ajustes e eliminações de consolidação

Os saldos a receber e a pagar entre os planos de benefícios e PGA são eliminados para efeito de consolidação das demonstrações contábeis, assim como a participação dos planos de benefícios no fundo administrativo do PGA.

4.12 Aspectos tributários

IRPJ e CSLL - os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade estão isentos do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

PIS e Cofins - sujeito ao recolhimento mensal de contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre receitas administrativas e receitas dos investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme Lei no 9.718, de 27 de novembro de 1998. O Nucleos contesta na esfera judicial a exigibilidade desses tributos (vide Nota 11.3 - PIS/Cofins).

Tafic - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar, instituída pela Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, cujo fato gerador é o exercício do poder legalmente atribuído à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, para a

fiscalização e a supervisão das entidades fechadas de previdência complementar. É recolhida à Previc quadrimestralmente, de acordo com a faixa de enquadramento do montante de recursos garantidores do plano de benefícios (investimentos).

4.13 Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, a avaliação econômico-financeira de ativos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões ine-

rentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

5 Disponível

Os saldos das disponibilidades são livres e desvinculados de qualquer obrigação. A composição dos saldos em 31 de dezembro, por plano de benefícios, é como segue:

Descrição	2022	2021
Plano Básico de Benefícios - PBB	3.350	41
Plano CD-INB	1	-
Plano de Gestão Administrativa - PGA	13	14
Total	3.364	55

6 Realizável - Gestão previdencial

Os saldos do ativo realizável da gestão previdencial, na sua totalidade, pertencem ao Plano Básico de Benefícios - PBB. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2022	2021
Contribuições normais do mês (6.1)	6.784	6.302
Contribuições contratadas (6.2)	445.744	437.658
Outros recursos a receber	41	-
Depósitos judiciais/recursais (6.3)	39	39
Total	452.608	443.999

6.1 Contribuições normais do mês

Referem-se às contribuições normais, de responsabilidade de participantes e patrocinadoras, relativas ao mês de encerramento dos balanços, que foram regularmente recebidas no respectivo vencimento. As contribuições devidas pela patrocinadora Nucleos foram recebidas no mês de encerramento dos balanços. A composição do saldo a receber das demais patrocinadoras e de participantes autopatrocinados e em BPD, em 31 de dezembro, é como segue:

	2022			2021		
	Patrocinador	Participante	Total	Patrocinador	Participante	Total
INB	1.081	902	1.983	983	828	1.811
Eletronuclear	1.834	1.550	3.384	1.711	1.445	3.156
Nuclep	785	587	1.372	734	561	1.295
Autopatrocinaados	-	43	43	-	39	39
BPD	-	2	2	-	1	1
Total	3.700	3.084	6.784	3.428	2.874	6.302

6.2 Contribuições contratadas

Registram as contribuições em atraso objeto de contrato com as patrocinadoras INB e Nuclep (Termo de Transação), firmado em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente. A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2022	2021
INB (6.2.1)	198.647	196.430
Nuclep (6.2.2)	247.097	241.228
Total	445.744	437.658

6.2.1 Patrocinadora INB - contrato de maio/2006

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora INB e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em maio de 2006 e homologado em juízo em novembro de 2006. Pelos termos do acordo, a dívida consolidada existente até 31 de maio de 2006, data da assinatura do termo de

transação, foi dividida em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela "Price"), com início em julho de 2006, devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo em cada exercício está demonstrada a seguir:

Descrição	2022	2021
Saldo no início do exercício	196.430	184.666
Parcelas pagas	(21.191)	(19.355)
Atualização	23.408	31.119
Saldo no final do exercício	198.647	196.430

6.2.2 Patrocinadora Nuclep - contrato de novembro/2007

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora Nuclep e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em novembro de 2007 e homologado em juízo, cujo objeto é a composição da dívida previdencial e assistencial, oriunda de ação de cobrança movida pelo Nucleos em face da

Nuclep. Pelos termos do acordo, a dívida foi dividida em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela “Price”), com início em dezembro de 2009, devidamente atualizada pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo em cada exercício está demonstrada a seguir:

Descrição	2022	2021
Saldo no início do exercício	241.228	225.804
Parcelas pagas	(22.832)	(20.951)
Atualização	28.701	36.375
Saldo no final do exercício	247.097	241.228

6.3 Depósitos judiciais e recursais

Correspondem aos depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos em discussão na esfera judicial, envolvendo a gestão previdencial, atualizados até 31 de dezembro de 2020 pela rentabilidade da caderneta de poupança. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 monta a R\$ 39.

7 Realizável - Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e de terceiros,

os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais vinculados a processos da gestão administrativa. A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2022	2021
Contas a receber	58	47
Despesas antecipadas	159	271
Depósitos judiciais/recursais - PIS/Cofins (i)	2.462	1.518
Depósitos judiciais/recursais - outros	-	19
Total	2.679	1.855

(i) Refere-se a PIS e Cofins depositados em conta judicial vinculada ao processo movido pelo Nucleos em face da União Federal, em que busca o reconhecimento da inexistência desses tributos (vide Nota 11.3 - PIS/Cofins).

8 Realizável - Investimentos

A composição dos investimentos em 31 de dezembro, posição consolidada, é como segue:

Descrição	2022	2021
Ativo financeiro de crédito privado (8.1)	345	-
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) (8.1.1)	-	-
Crédito atualizado	91.099	91.099
(-) Provisão para perda	(91.099)	(91.099)
Têxtil Renauxview (8.1.2)	345	-
Crédito atualizado	81.670	74.268
(-) Provisão para perda	(81.325)	(74.268)
Fundos de investimentos (8.2) (*)	3.465.121	3.372.212
Nucleos I - Occam FIM	168.451	325.939
Nucleos II - FI RF Referenciado DI	125.668	200.882
Nucleos III - Occam FIA	418.530	393.492
Nucleos IV - BNP Paribas FIA	327.935	325.948
Nucleos V - Western Asset ALM FI RF LP (**)	769.417	443.757
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM FI RF LP	794.521	393.070
Nucleos VII - Vinci FIA	319.431	325.912
Nucleos VIII - FI Multimercado (***)	-	495.758
Fundos multimercado estruturado - não exclusivos	523.077	422.637
CRT FIP Multiestratégia	17.901	36.918
Energia PCH FIP Multiestratégia	190	7.899
Investimentos em imóveis (8.3)	49.195	47.918
Operações com participantes (8.4)	15.861	14.939
Depósitos judiciais/recursais	15	-
Outros realizáveis (8.5)	36.914	2.740
Total	3.567.451	3.437.809

(*) Os fundos Nucleos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são exclusivos para investimentos do Nucleos.

(**) O gestor Sul América foi substituído em 2022 pela gestora Western Asset.

(***) Resgate final de cotas em junho de 2022.

8.1 Ativo financeiro de crédito privado

Refere-se a créditos de títulos vencidos oriundos de debêntures adquiridas da Ulbra e Têxtil Renauxview.

8.1.1 Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)

As debêntures de emissão da Ulbra foram adquiridas em 2003 e 2004, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela Ulbra na escritura de emissão de debêntures.

No processo de execução foram arrestados bens imóveis visando a satisfação do crédito, tendo o Juízo deferido a conversão em penhora de parte desses bens, embora tenham outros credores, inclusive credores preferenciais (fiscais e trabalhistas), pleiteando os mesmos bens para a solução de dívidas, não sendo possível afirmar se os bens penhorados seriam utilizados para o pagamento dos credores debenturistas.

Em maio de 2019, a Aelbra Educação Superior, mantenedora da Ulbra, ajuizou pedido de Recuperação Judicial, que foi indeferido pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Canoas/RS. Contra essa decisão a Aelbra interpôs recurso de apelação, que foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), em julgamento realizado em 13 de dezembro de 2019, determinando o processamento da Recuperação Judicial. A Recuperação Judicial prosseguiu com a nomeação do Administrador Judicial (AJ), bem como a suspensão de todas as ações e execuções contra a devedora, inclusive, a de interesse do Nucleos.

Em fevereiro de 2020, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e, em março de 2020, publicado edital contendo a relação dos

credores. Em maio de 2020, a Planner apresentou divergência ao Administrador Judicial, pleiteando a correção do valor do crédito dos debenturistas apresentado no Quadro Geral de Credores, que foi acatada pela Recuperanda, em novembro de 2020, com o reconhecimento do valor declarado pelo credor de R\$ 696.087, na classe de credores quirografários (crédito total oriundo da ação judicial de execução, atualizado até 6 de maio de 2019, data-base da recuperação judicial). A participação do Nucleos no crédito é de aproximadamente 13%.

Em junho de 2020, a Planner apresentou Objeção ao Plano de Recuperação Judicial por não concordar com as condições pleiteadas pela Recuperanda para o pagamento do crédito, em razão da possibilidade de conversão da dívida em novas debêntures e do longo prazo para amortização.

As condições propostas pela devedora foram objeto de negociação com os credores, ficando registrado, em Assembleia Geral de Credores (AGC) realizada no dia 22 de setembro de 2021, o compromisso da Recuperanda em apresentar um novo plano capaz de atender os interesses dos envolvidos.

Após sucessivas alterações, em 14 de dezembro de 2021, o PRJ modificado apresentado na Assembleia Geral de Credores foi rejeitado. Em 16 de dezembro de 2021, o Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas/RS proferiu sentença no processo nº 5000461-37.2019.8.21.0008/RS, afastando o voto proferido em AGC por um dos credores e, consequentemente, homologando o PRJ. Contra essa decisão, alguns credores interpuseram recursos, que foram julgados em 30 de junho de 2022, mantendo-se a homologação do PRJ. No julgamento do recurso interposto pela União Federal foi determinado que a Recuperanda preste informações mensais ao administrador judicial sobre os encaminhamentos e

diligências frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para fins de solução do débito tributário.

O PRJ homologado em 16 de dezembro de 2021 por decisão judicial previa o pagamento aos credores da Classe III, na qual o Nucleos se insere, por meio da distribuição, entre os credores dessa classe, dos valores obtidos com a alienação de Unidades Produtivas Isoladas (“UPI”), que seriam constituídas na forma descrita no PRJ, com o propósito específico de alienação, na forma dos arts. 60 e 60-A da Lei nº 11.101/2005.

Em 3 de novembro de 2022, o Instituto foi informado da decisão proferida pela 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas, determinando a convocação de AGC para deliberação sobre o Plano de Recuperação Judicial Substitutivo (PRJ Substitutivo), designada para o dia 25 de novembro de 2022 (em 1ª convocação) e dia 8 de dezembro de 2022 (em 2ª convocação). Com voto contrário do Agente Fiduciário, representante dos debenturistas, o PRJ Substitutivo foi aprovado pela AGC, em 25 de novembro de 2022. Em 17 de dezembro de 2022, a 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas - Rio Grande do Sul proferiu sentença homologando o PRJ Substitutivo.

O PRJ Substitutivo está alicerçado na reestruturação da Aelbra, com a cisão de parte de suas operações e constituição da Umesa, sob a forma de Unidade Produtiva Individual (UPI). Em relação à Classe III, na qual se insere o Nucleos, o PRJ Substitutivo contempla o pagamento no prazo estimado de 19 anos, através da emissão de duas séries de debêntures, sendo a primeira equivalente a 9,3% dos créditos, e a segunda equivalente a 90,7%.

Forma de amortização da 1ª Série: (a) 30% em 15 parcelas anuais e consecutivas, sendo

a primeira no 36o mês, contados da arrematação da UPI e as seguintes até o final do ano consecutivo; (b) o saldo equivalente a 70% da parcela monetária será pago em até 12 meses contados da 15ª parcela.

Forma de amortização da 2ª Série: resgate total ao fim do período, que poderá ocorrer a qualquer tempo a partir da emissão, através da entrega de bônus de subscrição em ações da emissora. O bônus de subscrição confere a opção aos detentores de alienação por R\$ 0,01 cada bônus e outorga ao fundo a ser criado pela emissora a opção de compra por R\$ 0,10.

Em 31 de dezembro de 2022, a participação do Nucleos no crédito habilitado na recuperação judicial monta a R\$ 91.099 (R\$ 91.099 em 2021), que se encontra integralmente provisionado para perda. Esse valor corresponde à dívida atualizada até 6 de maio de 2019, data-base da recuperação judicial.

A provisão para perda referente à totalidade do investimento foi constituída em 31 de agosto de 2009, por ter sido considerado crédito de difícil recebimento, situação que não sofreu modificação até a data de emissão destas demonstrações contábeis.

8.1.2 Têxtil Renauxview

Refere-se ao crédito oriundo de debêntures de emissão da Têxtil Renauxview, adquiridas em 2005, e objeto de ação judicial de execução para a recuperação do crédito, movida em 2006, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pela emitente.

Em 29 de novembro de 2021, as partes (devedora, credores e o agente fiduciário) celebraram um acordo, com a assinatura do Instrumento Particular de Transação Extrajudicial, prevendo o reconhecimento da dívida de

R\$ 86.820, com bônus de adimplência de 50%, caso a devedora realize o pagamento de metade do valor. A participação do Nucleos no crédito total dos debenturistas é de 84,20%.

O pagamento do acordo deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) anos, mediante prestações mensais, com a atualização monetária pelo INPC e juros de 5,23% ao ano (correspondente à meta atuarial do PBB em 2021). A devedora também ficou obrigada a reembolsar os honorários periciais pagos pelos credores, no valor de R\$ 300, sendo R\$ 253 suportados pelo Nucleos.

O acordo foi homologado pelo Juízo da execução em decisão publicada em 18 de maio de 2022, com a consequente suspensão da execução até a efetiva quitação do crédito nos termos do acordo. O primeiro pagamento foi realizado no prazo previsto no acordo, de 10 dias após a homologação. Para as demais parcelas ficou estabelecido o vencimento no dia 10 de cada mês subsequente, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte, em caso de não haver expediente bancário. O acordo vem sendo cumprido pela devedora. Em 2022, foi recebido o montante de R\$ 1.181.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida total atualizada nos termos do acordo monta a R\$

81.670 (R\$ 74.268 em 2021). A provisão para perda, em 31 de dezembro de 2022, monta a R\$ 81.325 (R\$ 74.268 em 2021). O acordo prevê bônus de adimplência de 50% em caso de recebimento regular de metade da dívida.

A provisão para perda, reconhecida inicialmente em 31 de agosto de 2006, foi mantida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e não sofreu modificação até a data de emissão destas demonstrações contábeis.

O saldo entre o crédito e provisão em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 345, refere-se às parcelas 8 e 9 do acordo, recebidas em janeiro de 2023. Embora o acordo venha sendo cumprido, a provisão para perda do crédito foi mantida no exercício de 2022, considerando o curto histórico de pagamentos e a situação patrimonial e financeira da devedora.

8.2 Fundos de investimentos

Registra as aplicações de recursos por meio de fundos de investimento exclusivos e não exclusivos, classificados como fundos de renda fixa, multimercado, de ações e em participações, nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturado. A composição dos ativos e diversificação das aplicações, posição consolidada, em 31 de dezembro, é como segue:

Descrição	2022	2021
Títulos públicos federais (8.2.1)	1.859.692	1.787.590
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.617.605	842.555
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	182.313	632.966
Operações compromissadas	59.774	312.069
Ações (8.2.2)	541.209	558.779
Cotas de fundos de índice (ETF ações) (*)	43.555	40.210
iShares Ibovespa Fundo de Índice	40.533	40.210
iShares Small Cap Fundo de Índice	3.022	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Descrição	2022	2021
Cotas de fundos de ações (*)	390.381	506.849
Occam FIC FIA	17.518	22.584
BNP Paribas Small Caps FIA	22.144	25.193
Constellation Nice FIC FIA	-	25.109
Sharp Equity Value Inst FIA	-	26.446
Miles Virtus Nice FIC FIA	27.106	26.548
Moat Capital FIC FIA	9.924	23.166
Truxt I Valor Inst FIC FIA	17.721	25.347
Neo Navitas FIC FIA	32.834	65.073
Sul América Equities FIA	-	53.328
Vinci Mosaico Institucional FIA	75.186	114.186
N V FIC FIA	46.384	18.093
CLV V Ações Institucional FIC FIA	31.929	16.479
Bahia AM Valuation FIC FIA	-	49.762
Bahia AM Smid Caps FIC FIA	-	15.535
Absoluto Part Inst FIC FIA	27.267	-
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	15.377	-
Constância Fundamento FIA	23.284	-
Apex Ações 30 FIC FIA	16.928	-
Oceana Valor 30 FIC FIA	13.617	-
MCVP FIC FIA	13.162	-
Cotas de fundos multimercado estruturado (**)	523.077	422.637
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	237.281	198.602
Absolute Vertex II FIC FIM	167.886	136.491
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	117.910	87.544
Fundos de investimentos em participações	18.091	44.817
CRT FIP Multiestratégia (8.2.3)	17.901	36.918
Energia PCH FIP Multiestratégia (8.2.4)	190	7.899
Instrumentos derivativos	678	634
Tesouraria/contas a receber e a pagar	88.438	10.696
Vide Nota 8.2.6 - abertura por Plano/PGA	3.465.121	3.372.212

(*) Cotas de fundos de investimento adquiridas pelos fundos exclusivos.

(**) Cotas de fundos de investimento adquiridas diretamente pelo Nucleos.

O Nucleos é o responsável pelas decisões de macroalocação dos recursos, conforme diretrizes da Política de Investimentos e ALM - Asset Liability Management, enquanto a seleção de ativos é terceirizada e discricionária. Assim, as aquisições e alienações de ativos são efetivadas pelos gestores externos.

Os gestores externos são selecionados com base no Manual de Investimentos - Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços.

Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários e em quaisquer outros ativos de investimento os gestores devem observar a conformidade com as disposições contidas no regulamento do fundo, nas políticas de investimentos dos planos de benefícios e nas normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, especialmente a Resolução CMN no 4.994/2022, assim como em normativos expedidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

8.2.1 Classificação dos títulos e valores mobiliários de renda fixa

Os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos da Entidade (Nucleos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII) foram classificados na categoria de títulos para negociação, em conformidade com a Resolução CNPC no 43/2021. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2022		2021
	Valor de Mercado	Vencimento	
Títulos Públicos Federais (TPF)			
NTN-B	54.536	Até 1 ano	-
NTN-B	1.563.069	Após 1 ano	842.555
LFT	52.610	Até 1 ano	79.577
LFT	129.703	Após 1 ano	553.389
Operações Compromissadas (TPF)			
LFT	-	Até 1 ano	164.301
LTN	-	Até 1 ano	2.878
NTN	59.774	Até 1 ano	144.890
Total	1.859.692		1.787.590

Estão também incluídos na categoria de títulos para negociação os títulos e valores mobiliários das carteiras dos fundos de investimento não exclusivos, de acordo com os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

8.2.2 Investimentos em Ações

O detalhamento dos investimentos em ações que compõem a carteira dos fundos exclusivos, posição consolidada, em 31 de dezembro, é como segue:

Companhia	Código*	2022	
		Valor	Part. (%)
Vale S.A.	VALE	97.405	18,00
Itaú Unibanco S.A.	ITUB	63.263	11,69
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR	38.035	7,03
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ELET	27.966	5,17
Sendas Distribuidora S.A.	ASAI	26.926	4,98
Equatorial Energia S.A.	EQTL	25.930	4,79
Gerdau S.A.	GGBR	22.588	4,17
Banco Bradesco S.A.	BBDC	20.197	3,73
Banco BTG Pactual S.A.	BPAC	19.285	3,56
Petro Rio S.A.	PRIO	19.215	3,55
Banco do Brasil S.A.	BBAS	16.468	3,04
Weg S.A.	WEGE	15.631	2,89
Localiza Rent a Car S.A.	RENT	14.446	2,67
Suzano S.A.	SUZB	11.213	2,07
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE	9.746	1,80
Ambev S.A.	ABEV	8.939	1,65
Raia Drogasil S.A.	RADL	8.018	1,48
Cielo S.A.	CIEL	7.921	1,46
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	B3SA	7.826	1,45
Rumo S.A.	RAIL	7.563	1,40
Itaúsa S.A.	ITSA	7.142	1,32
Cia Saneamento Básico Estado SP	SBSP	5.732	1,06
Eneva S.A.	ENEV	5.551	1,03
JBS S.A.	JBSS	5.454	1,01
Vibra Energia S.A.	VBBR	4.967	0,92
Rede DOr São Luiz S.A.	RDOR	4.284	0,79
Metalúrgica Gerdau S.A.	GOAU	4.229	0,78
Grupo de Moda Soma S.A.	SOMA	3.958	0,73

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Companhia	Código*	2022	
		Valor	Part. (%)
Klabin S.A.	KLBN	3.882	0,72
Arezzo Indústria e Comércio S.A.	ARZZ	2.217	0,41
Hypermarcas S.A.	HYPE	1.972	0,36
Cosan S.A.	CSAN	1.902	0,35
Hapvida Participações e Investimentos S.A.	HAPV	1.624	0,30
Totvs S.A.	TOTS	1.037	0,19
Demais empresas**		18.677	3,45
Total		541.209	100,00

*Código na Bolsa de Valores (B3).

**Posição individual inferior a 1 milhão de reais.

Companhia	Código*	2021	
		Valor	Part. (%)
Vale S.A.	VALE	79.866	14,29
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR	79.336	14,20
Banco Bradesco S.A.	BBDC	38.260	6,85
Itaú Unibanco S.A.	ITUB	35.067	6,28
JBS S.A.	JBSS	25.244	4,52
Itaúsa S.A.	ITSA	20.944	3,75
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	B3SA	19.815	3,55
Gerdau S.A.	GGBR	16.183	2,90
Weg S.A.	WEGE	15.398	2,76
Banco BTG Pactual S.A.	BPAC	14.484	2,59
Suzano S.A.	SUZB	13.021	2,33
Embraer S.A.	EMBR	12.365	2,21
Ambev S.A.	ABEV	12.042	2,16
Notre Dame Intermédica Participações S.A.	GNDI	10.704	1,92
Raia Drogasil S.A.	RADL	10.460	1,87
Banco do Brasil S.A.	BBAS	10.179	1,82

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Companhia	Código*	2021	
		Valor	Part. (%)
Usinas Sid. de Minas Gerais S.A. - Usiminas	USIM	9.970	1,78
Vibra Energia S.A.	VBBR	9.872	1,77
Petro Rio S.A.	PRIO	8.149	1,46
Equatorial Energia S.A.	EQTL	7.120	1,27
Localiza Rent a Car S.A.	RENT	6.760	1,21
Klabin S.A.	KLBN	6.021	1,08
Sendas Distribuidora S.A.	ASAI	5.905	1,06
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ELET	5.766	1,03
Rede DOr São Luiz S.A.	RDOR	5.100	0,91
Banco Inter S.A.	BIDI	4.648	0,83
Banco Santander (Brasil) S.A.	SANB	4.523	0,81
Totvs S.A.	TOTS	3.503	0,63
Cia Saneamento Básico Estado SP	SBSP	3.397	0,61
Rumo S.A.	RAIL	3.366	0,60
Lojas Renner S.A.	LREN	3.338	0,60
Eneva S.A.	ENEV	3.152	0,56
Natura & Co Holding S.A.	NTCO	3.017	0,54
Cosan S.A.	CSAN	3.007	0,54
Brasken S.A.	BRKM	2.889	0,52
Telefônica Brasil S.A.	VIVT	2.328	0,42
Magazine Luiza S.A.	MGLU	2.246	0,40
Hapvida Participações e Investimentos S.A.	HAPV	2.200	0,39
Metalúrgica Gerdau S.A.	GOAU	2.069	0,37
Mafrig Glogal Foods S.A.	MRFG	1.844	0,33
Energisa S.A.	ENGI	1.798	0,32
Cia Siderúrgica Nacional - CSN	CSNA	1.755	0,31
BRF S.A.	BRFS	1.598	0,29
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	CMIG	1.575	0,28
Americanas S.A.	AMER	1.510	0,27
Lojas Americanas S.A.	LAME	1.494	0,27
Cia Locação das Américas	LCAM	1.441	0,26

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Companhia	Código*	2021	
		Valor	Part. (%)
Bradespar S.A.	BRAP	1.248	0,22
Tim S.A.	TIMS	1.228	0,22
Hypermarcas S.A.	HYPE	1.219	0,22
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE	1.215	0,22
Azul S.A.	AZUL	1.208	0,22
Ultrapar Participações S.A.	UGPA	1.110	0,20
Cia Paranaense de Energia - Copel	CPL	1.051	0,19
CCR S.A.	CCRO	1.014	0,18
Demais empresas**		14.757	2,61
Total		558.779	100,00

*Código na Bolsa de Valores (B3).

**Posição individual inferior a 1 milhão de reais.

8.2.3 CRT FIP Multiestratégia ("CRT FIP")

Refere-se à aplicação de recursos, realizada em dezembro de 2003, no fundo de investimento em participações, denominado CRT FIP.

Os recursos aplicados no CRT FIP, cuja participação do Nucleos é de 100%, foram investidos em ações preferenciais da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT" ou "Companhia"). Em 31 de dezembro de 2022, o CRT FIP detinha 9.526 ações preferenciais classe A da empresa investida, correspondendo a 25,28% de ações dessa classe e 11,02% da totalidade das ações da Companhia.

A CRT foi constituída para a operação da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, com prazo de duração deter-

minado, associado ao prazo do contrato de concessão, com término inicialmente previsto para 21 de março de 2021.

Em 18 de março de 2021, foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato, estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022. Com o término da concessão e o encerramento das atividades, a Companhia encontra-se em fase de descontinuidade operacional, mantendo estrutura administrativa mínima para a gestão dos ativos e obrigações remanescentes até o encerramento definitivo das operações.

A participação do CRT FIP na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. foi precificada pelo critério de valor justo com base em avaliação econômico-financeira ("Valuation") da Companhia, realizada pela empresa independente, Meden Consultoria Empresarial

Ltda., CNPJ nº 27.936.447/0001-23, contratada pelo administrador fiduciário do fundo (Oliveira Trust DTVM S.A.).

cessionária Rio-Teresópolis S.A. foi utilizada a seguinte metodologia e premissas gerais, além de análises e projeções macroeconômicas apresentadas no laudo:

Na avaliação econômico-financeira da Con-

Data do laudo de avaliação:	24 de janeiro de 2023
Data-base do estudo:	31 de outubro de 2022
Padrão de valor:	Valor justo
Moeda de projeção:	Reais (R\$) nominal
Metodologia:	Fluxo de Caixa Descontado
Período de projeção:	Horizonte de 3 anos e 2 meses para o encerramento das atividades da Companhia, com o recebimento dos haveres e liquidação das obrigações.
Taxa de desconto:	Selic + 1,0% a.a.
Fontes de informação:	Informações fornecidas pela Companhia CRT.

O impacto da avaliação econômica da CRT no patrimônio do CRT FIP foi negativo em R\$ 12.099, em reflexo à situação de descontinuidade operacional da Companhia e à apuração dos haveres e deveres no processo de encerramento da concessão, principalmente, em relação ao valor presente da indenização devida pela ANTT (poder concedente) à CRT, relativa ao desequilíbrio do contrato de concessão da rodovia, que apresentou redução em relação à avaliação do exercício anterior (parte incontroversa).

Com a extensão do prazo de duração da Companhia, o prazo de duração do CRT FIP também foi estendido e, com isso, o Nucleos continua desenquadrado em relação ao limite de concentração para a aplicação de recursos da Entidade, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, por deter 100% das cotas do CRT FIP, situação que deverá ser regularizada com a extinção

do fundo, após o encerramento definitivo da Companhia.

As ações adotadas na tentativa de enquadramento no limite legal (25% do patrimônio líquido do fundo) foram iniciadas em 2007, que consistiram em ofertas públicas (semestrais até 2012 e trimestrais a partir de 2013), através de leilões eletrônicos em plataforma da Cetip (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), sendo o último leilão realizado em março de 2022, quando foram suspensos, diante da proximidade do término da concessão, em 21 de setembro de 2022. Apesar de ampla divulgação, não houve interessados nas ofertas realizadas. Medidas alternativas aos leilões foram avaliadas pelo Nucleos nesse período, porém nenhuma delas se mostrou viável sob o aspecto legal e financeiro.

Os recursos aplicados no CRT FIP pertencem ao Plano Básico de Benefícios - PBB,

cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 monta a R\$ 17.901 (R\$ 36.918 em 2021).

No exercício de 2022, o Nucleos recebeu R\$ 11.465 do CRT FIP referente a dividendos distribuídos pela Companhia, sendo que R\$ 7.000 integravam a carteira do FIP em dezembro de 2021.

8.2.4 Energia PCH FIP Multiestratégia (“PCH FIP”)

Em agosto de 2004 foram investidos recursos no fundo de investimento em participações Energia PCH FIP, cuja participação do Nucleos no patrimônio do fundo é de aproximadamente 0,73%.

O fundo tem prazo de duração determinado, com término previsto para ocorrer em 15 de setembro de 2024. Em janeiro de 2022, conforme comunicado do administrador, o FIP concluiu a venda do principal ativo da carteira

(Hydria Participações), em um processo de desinvestimentos visando o seu encerramento.

Em 11 de fevereiro de 2022, foi recebido o valor de R\$ 354 a título de distribuição de dividendos aos cotistas e, em 8 de fevereiro de 2022, foi recebido o valor de R\$ 7.493 referente a amortização do investimento.

Os recursos investidos no PCH FIP pertencem ao Plano Básico de Benefícios - PBB, cujo saldo remanescente, em 31 de dezembro de 2022, após o recebimento dos recursos relativos aos desinvestimentos, monta a R\$ 190 (R\$ 7.899 em 2021).

8.2.5 Gestores e administradores dos fundos de investimentos

A identificação dos fundos de investimentos, seus gestores e administradores, posição em 31 de dezembro de 2022, estão listados a seguir:

Fundo de investimento	Gestor	Administrador
Nucleos I - OCCAM Fundo de Investimento Multimercado	OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos II - Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	BEM DTVM Ltda.
Nucleos III - OCCAM Fundo de Investimento em Ações	OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos IV - BNP Paribas Fundo de Investimento em Ações	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos V - Western Asset ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Western Asset Management DTVM Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VII - Vinci Fundo de Investimento em Ações	Vinci Soluções de Investimento Ltda.	BEM DTVM Ltda.
CRT FIP Multiestratégia	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Energia PCH FIP Multiestratégia	Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	Santander Caceis Brasil DTVM S.A.
OCCAM Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Fundo de investimento	Gestor	Administrador
BNP Paribas Small Caps Fundo de Investimento Ações	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Banco BNP Paribas Brasil S.A.
Miles Virtus Nice Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações	Miles Capital Ltda.	Santander Caceis Brasil DTVM S.A.
Moat Capital Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações	Moat Capital Gestão de Recursos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.
Truxt I Valor Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Truxt Investimentos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.
Constância Fundamento Fundo de Investimento de Ações	Constância Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Apex Ações 30 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	Apex Capital Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Ibiuna Equities 30 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Ibiuna Ações Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Oceana Valor 30 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	Oceana Invest. Adm. de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Vinci Mosaico Fundo de Investimento de Ações	Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Neo Navitas Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Neo Navitas Gestão de Recursos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.
N V Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações	Navi Capital – Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Absolute Partners Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Absolute Partners Gestão de Recursos Ltda.	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
CLV V Ações Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	Clave Gestora de Recursos Ltda.	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
MCVP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Moat Capital Gestão de Recursos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.
Ibiuna Hedge STH Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Ibiuna Macro Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
	Ibiuna Equities Gestão de Recursos Ltda.	
Absolute Vertex II Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Absolute Gestão de Investimentos Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Ibiuna Long Short STLS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Ibiuna Ações Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.

Os fundos de investimento Nucleos I, II, III, IV, V, VI e VII são exclusivos. Nesses fundos de investimento o Nucleos é o único cotista.

A empresa BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) Ltda. é uma empresa do Grupo Bradesco (Banco Bradesco S/A).

O Banco Bradesco S.A. é o responsável pelos serviços de custódia e controladoria dos títulos e valores mobiliários da Entidade.

8.2.6 Investimentos por plano de benefícios e PGA

O Nucleos utiliza estrutura compartilhada de investimentos para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios e do PGA, devidamente controlados e segregados, respeitando a autonomia patrimonial dos planos

de benefícios e PGA, sendo que a posição de cada um é movimentada conforme o fluxo e a necessidade de recursos.

A seguir, a composição da carteira dos fundos de investimento, por plano de benefícios e PGA, em 31 de dezembro:

Descrição	2022					
	Consolidado	PBB	CD- INB	CD- Eletronuclear	CD- Nuclep	PGA
Títulos públicos federais	1.859.692	1.838.556	937	1.354	714	18.131
NTN-B	1.617.605	1.617.465	50	56	34	-
LFT	182.313	164.591	752	1.099	576	15.295
Compromissadas	59.774	56.500	135	199	104	2.836
Ações	541.209	541.039	61	68	41	-
Cotas de fundos de índice (ETF ações)	43.555	43.555	-	-	-	-
Cotas de fundos de ações	390.381	390.336	16	18	11	-
Occam FIC FIA	17.518	17.473	16	18	11	-
Demais fundos	372.863	372.863	-	-	-	-
Cotas de fundos multimercado estruturado	523.077	523.077	-	-	-	-
Fundos de investimentos em participações	18.091	18.091	-	-	-	-
Instrumentos derivativos	678	678	-	-	-	-
Tesouraria/contas a receber e a pagar	88.438	88.433	2	3	1	(1)
Total	3.465.121	3.443.765	1.016	1.443	767	18.130

2021						
Descrição	Consolidado	PBB	CD- INB	CD- Eletronuclear	CD- Nuclep	PGA
Títulos públicos federais	1.787.590	1.771.747	93	104	63	15.583
NTN-B	842.555	842.555	-	-	-	-
LFT	632.966	621.443	82	91	55	11.295
Compromissadas	312.069	307.749	11	13	8	4.288
Ações	558.779	558.664	41	46	28	-
Cotas de fundos de índice (ETF ações)	40.210	40.210	-	-	-	-
Cotas de fundos de ações	506.849	506.821	10	11	7	-
Occam FIC FIA	22.584	22.556	10	11	7	-
Demais fundos	484.265	484.265	-	-	-	-
Cotas de fundos multimercado estruturado	422.637	422.637	-	-	-	-
Fundos de investimentos em participações	44.817	44.817	-	-	-	-
Instrumentos derivativos	634	634	-	-	-	-
Tesouraria/contas a receber e a pagar	10.696	10.705	(2)	(3)	(3)	(1)
Total	3.372.212	3.356.235	142	158	95	15.582

8.3 Investimentos em imóveis

Os investimentos em imóveis pertencem ao Plano Básico de Benefícios - PBB. A composição em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

Descrição	2022	2021
Uso próprio (i)	4.675	4.674
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul	4.675	4.674
Locados a patrocinadores (ii)	19.873	18.844
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	19.873	18.844
Locados a terceiros (iii)	24.459	24.276
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	9.243	9.223
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502	3.201	3.041
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	8.345	8.343
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Norte	3.670	3.669
Valores a receber (iv)	188	124
Aluguéis e encargos locatícios	187	122
Despesas antecipadas	1	2
Total	49.195	47.918

(i) Imóvel ocupado pela estrutura administrativa do Nucleos, sendo que o Plano de Gestão Administrativa - PGA remunera mensalmente os investimentos do Plano Básico de Benefícios - PBB pela ocupação, em valor compatível com o mercado.

(ii) Imóvel locado à patrocinadora Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB.

(iii) Imóveis alugados a terceiros (não patrocinadores) ou colocados à disposição para locação.

(iv) Aluguéis e despesas de locação do mês de encerramento dos balanços, recebidos regularmente no mês seguinte ao de referência e despesas relativas a períodos subseqüentes, pagas antecipadamente (seguro de imóveis vagos).

Em conformidade com a Resolução CMN no 4.994, de 24 de março de 2022, a Entidade, no prazo máximo de 12 (doze) anos, a contar de 29 de maio de 2018, deverá promover a alienação do estoque em carteira própria ou transferi-los para um fundo de investimento imobiliário (FII) constituído para receber esses ativos.

8.3.1 Avaliação dos investimentos em imóveis

Para o encerramento do exercício de 2022, os imóveis foram avaliados pela Framar Patrimonial Ltda., CNPJ no 10.939.406/0001-98, empresa especializada em avaliações patrimoniais, cuja avaliação está baseada em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. O valor de mercado determinado pela avaliação e o efeito no resultado dos investimentos em imóveis estão demonstrados a seguir:

Imóvel	Data	Valor Avaliado	Valor Contábil	Resultado
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	dez/2022	9.243	9.223	20
Rua Victor Civita, 66 - bl.01 - sala 502	dez/2022	3.201	3.041	160
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	dez/2022	8.345	8.343	2
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	dez/2022	8.345	8.343	2
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	dez/2022	19.873	18.844	1.029
Total		49.007	47.794	1.213

O resultado positivo da avaliação dos ativos imobiliários foi registrado em dezembro de 2022, no valor de R\$ 1.213 (em 2021, resultado negativo de R\$ 5.592). O resultado reflete uma melhora no mercado imobiliário corporativo na Cidade do Rio de Janeiro que há anos vem enfrentando dificuldades, com oferta elevada e alto nível de vacância.

8.4 Operações com participantes

Representam os saldos dos empréstimos concedidos aos participantes do Plano Básico de Benefícios - PBB, os quais são corrigidos pela variação do INPC (IBGE), acrescida de juros de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de juros de 7% ao ano, para os contratos assinados a partir de março de 2010. A posição da carteira em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2022	2021
Principal e encargos contratuais	17.280	16.241
(-) Provisão para perdas	(1.419)	(1.302)
Total	15.861	14.939

8.4.1 Provisão para perdas

A provisão para perdas nas operações com participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução Previc nº 31/2020, que determina percentuais mínimos a serem adotados sobre os valores vencidos e vincendos para o provisionamento de direitos creditórios de liquidação duvidosa. O valor provisionado para perdas, por faixa de tempo de inadimplência do mutuário, em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

Dias de atraso	% de Provisão	2022	2021
91 a 120	10%	1	8
121 a 180	25%	32	38
181 a 240	50%	20	1
241 a 360	75%	229	12
acima de 360	100%	1.137	1.243
Total		1.419	1.302

A administração da Entidade adota medidas administrativas e judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos provisionados para perda da carteira de empréstimos.

8.5 Recursos a receber - precatórios

São recursos a receber da União Federal referente a créditos obtidos por decisão judicial e com precatórios já emitidos. Os recursos pertencem ao Plano Básico de Benefícios - PBB. A composição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2022	2021
Precatório INSS (8.5.1)	-	2.740
Precatório OFND (8.5.2)	36.914	-
Total	36.914	2.740

8.5.1 Precatório INSS

Refere-se ao crédito obtido em processo movido contra o INSS, visando o ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto transitou em julgado.

O precatório foi expedido em junho de 2012 e o depósito ocorreu em outubro de 2013, porém o valor foi bloqueado, face ao pedido de substituição do INSS pela União Federal como devedora do precatório,

em atendimento às disposições da Lei no 11.457/2007. Após a substituição processual, o Nucleos foi intimado da decisão que determinou a expedição do alvará de levantamento do valor depositado e que julgou extinto o processo. Entendendo que a atualização do crédito não seguiu os parâmetros fixados na sentença, o Nucleos interpôs recurso dessa decisão e requereu o levantamento do valor depositado.

Em dezembro de 2017, o precatório foi cancelado e resgatado pelo devedor, sem autorização judicial, por força da Lei no 13.463, de 6 de julho de 2017, que determinou o cancelamento dos precatórios federais de-

positados há mais de dois anos e não levantados pelos credores.

Em maio de 2019, o Ministério Público Federal emitiu parecer opinando pelo conhecimento e provimento do recurso interposto pelo Nucleos, para que seja anulada a sentença e determinado o retorno do processo ao juízo de primeiro grau, visando a manifestação do Contador Judicial sobre as divergências apontadas pelo Nucleos. Aguarda-se o julgamento do recurso do Nucleos.

Em julho de 2020, a União Federal apresentou manifestação concordando com a expedição do precatório referente à parte incontroversa.

Em outubro de 2020, o Juízo determinou a expedição de precatório em nome do Nucleos para pagamento do valor incontroverso. A determinação foi cumprida em março de 2021, porém foi constatada uma incorreção no valor, que foi corrigida com a expedição do precatório em julho de 2021.

O precatório, atualizado pelo IPCA-E (IBGE), foi recebido em setembro de 2022, no valor total de R\$ 2.940 (saldo de R\$ 2.740 em 2021).

8.5.2 *Precatório OFND*

Refere-se a recursos a receber decorrentes de expurgos inflacionários dos títulos denominados Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), adquiridos compulsoriamente no período de dezembro de 1986 a dezembro de 1987, cujo direito (crédito) foi reconhecido em ação judicial movida pela Abrapp em face da União Federal.

O valor do crédito foi determinado em Acordo Judicial celebrado entre a Abrapp, representando as suas associadas, e a União, no

âmbito do processo de liquidação que tramitava na 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

O Acordo foi assinado em 24 de março de 2022 e homologado pelo Juízo da liquidação em 28 de março de 2022. Com isso, o Precatório do Nucleos foi expedido em 30 de março de 2022, no valor de R\$ 36.827, atualizado até dezembro de 2021.

O registro contábil do crédito foi realizado em junho de 2022, no valor atualizado de R\$ 38.887, correspondente ao valor do precatório, atualizado pela Selic de janeiro a abril de 2022 e, pelo IPCA-E de maio a junho de 2022, conforme normas para a correção de precatórios federais.

Em dezembro de 2022, o valor do crédito foi revisto, em atendimento ao Ofício Circular no 19/2022/PREVIC, de 17 de outubro de 2022, que determinou a mensuração pelo valor justo. Com isso, foi adotado o cálculo de valor presente para a determinação do valor justo do crédito, considerando as seguintes premissas: (i) taxa de desconto de 5,77%, equivalente à taxa de desconto do passivo atuarial do plano; (ii) valor do precatório atualizado até dezembro de 2022 pelo IPCA-E; (iii) prazo de recebimento de 12 meses, considerando a inclusão no Orçamento da União de 2023; e (iv) desconsiderada a inflação futura, dada a convergência entre os índices do PBB (INPC) e do precatório (IPCA-E).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor do crédito monta a R\$ 36.914, sendo que os recursos pertencem ao Plano Básico de Benefícios - PBB (vide Nota 11.3 - OFND).

9. Imobilizado e intangível

O imobilizado é composto por bens utiliza-

dos no desempenho das atividades do Núcleos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios, 20% para computadores e periféricos e 10% para aparelhos de som e imagem.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de software e/ou direitos de uso de sistemas

operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve aquisições e baixas com saldo contábil de ativos do imobilizado e intangível. A composição dos saldos em 31 de dezembro, líquidos de depreciação e amortização, são apresentados a seguir:

Descrição	31-dez-2021	Depreciação/ amortização	31-dez-2022
Imobilizado	504	(228)	276
Móveis e utensílios	9	(3)	6
Computadores e periféricos	494	(225)	269
Aparelhos de som e imagem	1	-	1
Intangível	145	(76)	69
Total	649	(304)	345

10 Exigível operacional

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável. A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2022	2021
Gestão previdencial	8.686	7.208
Benefícios a pagar (1)	6.580	5.342
Retenções a recolher	2.105	1.864
Outras exigibilidades	1	2
Gestão administrativa	4.418	3.475
Contas a pagar	1.647	1.610
Retenções a recolher	222	202

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Descrição	2022	2021
Tributos a recolher (2)	2.549	1.600
Outras exigibilidades	-	63
Investimentos	762	601
Ativo financeiro de crédito privado (3)	94	-
Investimentos em imóveis (4)	505	503
Operações com participantes	17	14
Retenções a recolher	15	20
Outras exigibilidades (5)	131	64
Total	13.866	11.284

Os saldos da Gestão Previdencial e Investimentos correspondem a obrigações (exigíveis) do Plano Básico de Benefícios - PBB, exceto R\$ 1 do saldo em 2022 da rubrica "Outras exigibilidades" dos Investimentos, que pertence ao PGA. Os saldos da Gestão Administrativa pertencem ao PGA.

(1) Saldo atualizado de contribuições não resgatadas ("Reservas Não Pagas"), de participantes com inscrição cancelada no Plano Básico de Benefícios - PBB, na forma do Regulamento.

(2) Refere-se a PIS e Cofins, cujo recolhimento está sendo realizado, desde a competência fevereiro de 2020, em conta de depósito judicial vinculada ao processo ajuizado pelo Nucleos em face da União Federal, em que requer o reconhecimento da in-

xigibilidade desses tributos (vide Nota 11.3 - PIS/Cofins). Os depósitos judiciais, realizados conforme o vencimento dos tributos, são registrados em conta do ativo realizável da gestão administrativa (vide Nota 7).

(3) Honorários de êxito sobre parcelas recebidas do Acordo firmado com a Têxtil Renauxview.

(4) Principalmente, depósitos recebidos em garantia de locação de imóveis (depósito caução). O saldo desses depósitos em 31 de dezembro de 2022, monta a R\$ 502 (R\$ 470 em 2021).

(5) Principalmente, serviços de custódia/controladoria de ativos e honorários de êxito relativos ao precatório INSS.

11 Provisões, passivos e ativos contingentes

11.1 Provisões (exigível contingencial)

As provisões para contingências foram registradas para processos administrativos e judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada "provável" pelos escritórios patronos desses processos. O montante estimado de perda registrado em cada gestão, em 31 de dezembro, é como segue:

Descrição	2022	2021
Gestão previdencial	1.141	1.215
Gestão administrativa	49	44
Investimentos	15	8
Total	1.205	1.267

Os processos/ações envolvem litígios de natureza cível, previdenciária e tributária e, com exceção da gestão administrativa (PGA), as demais provisões (gestão previdencial e investimentos) são de responsabilidade do Plano Básico de Benefícios - PBB.

A composição dos valores provisionados por natureza da ação e a gestão envolvida, registrados no exigível contingencial, em 31 de dezembro, é apresentada a seguir:

2022				
Natureza da ação	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	15	-	-	15
Cível-Previdenciária	1.102	1.102	-	-
Trabalhista-Previdenciária	39	39	-	-
Tributária	49	-	49	-
Total	1.205	1.141	49	15

2021				
Natureza da ação	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	8	-	-	8
Cível-Previdenciária	1.176	1.176	-	-
Trabalhista-Previdenciária	39	39	-	-
Tributária	44	-	44	-
Total	1.267	1.215	44	8

As ações de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes assistidos do Plano Básico de Benefícios - PBB, administrado pelo Núcleo.

Há uma ação de natureza tributária com provisão reconhecida e refere-se a honorários de sucumbência em contingência do polo ativo com avaliação de perda provável.

Os depósitos judiciais/recursais vinculados a processos/ações com avaliação de perda provável estão registrados em conta do ativo

realizável da gestão previdencial e investimentos (Plano BD-PBB). No realizável da gestão previdencial, o saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 monta a R\$ 39 (vide Nota 6.3) e, no realizável dos investimentos, o saldo em 31 de dezembro de 2022 monta a R\$ 15 (vide Nota 8).

11.2 Passivos contingentes

O valor estimado e não contabilizado relativo a processos administrativos e judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada “possível” pela administração do

Nucleos, baseada na posição dos escritórios que patrocinam esses processos/ações, em 31 de dezembro de 2022, monta a R\$ 21.448 (R\$ 19.227 em 2021) e está relacionado a processos demandados pelo Plano Básico de Benefícios - PBB.

Não há depósitos judiciais/recursais vinculados a esses processos. A composição dos valores envolvidos, por natureza do litígio e gestão (previdencial e investimentos), em 31 de dezembro, está demonstrada a seguir:

2022			
Natureza da ação	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	19.010	-	19.010
Cível-previdenciária	638	638	-
Tributária	1.800	-	1.800
Total	21.448	638	20.810

2021			
Natureza da ação	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	16.976	-	16.976
Cível-previdenciária	521	521	-
Tributária	1.730	-	1.730
Total	19.227	521	18.706

O valor envolvido na ação de natureza cível refere-se ao litígio envolvendo a empresa adquirente do imóvel situado em Botafogo-RJ, vendido pelo Nucleos em 2011. Nessa ação, cuja citação ocorreu em abril de 2014, a empresa autora cobra a devolução de parte do valor negociado, fruto das relações contratuais que cercaram a operação. A decisão de primeira instância foi favorável ao Nucleos, confirmada pela segunda instância, após julgamento de recurso da empresa autora, ocorrido em janeiro de 2016. Contra essa decisão, a empresa autora interpôs Recurso Especial, a ser julgado pelo

Superior Tribunal de Justiça (STJ), que teve o seguimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por entender que o recurso não preenchia os requisitos necessários à sua admissibilidade. Contra a decisão do TJRJ, a empresa autora interpôs Agravo, o qual foi remetido ao STJ e distribuído ao Ministro Relator que, em decisão ocorrida em 9 de novembro de 2016, determinou a conversão do mesmo em Recurso Especial. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial pelo STJ. Não há depósitos judiciais/recursais vinculados ao processo.

As ações de natureza cível-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes assistidos do Plano Básico de Benefícios - PBB, administrado pelo Nucleos.

Na área tributária, o valor envolvido refere-se a um processo administrativo, com exigibilidade de suspensão, em que se discute o não reconhecimento de créditos oriundos de pagamentos indevidos ou a maior no âmbito do RET - Regime Especial de Tributação, instituído em 2002 (MP 2.222/2001). O processo administrativo refere-se à manifestação de inconformidade apresentada pelo Nucleos em razão de não homologação ou homologação parcial de declarações de compensação apresentadas em 2005, que foi julgada improcedente pela Receita Federal. Contra essa decisão, o Nucleos ingressou com Recurso Voluntário no CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e aguarda julgamento.

11.3 Ativos contingentes

PIS / Cofins

Em junho de 2003 o Nucleos ingressou com ações ordinárias em face da União Federal requerendo a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária quanto às contribuições ao PIS e Cofins exigidos conforme a Lei no 9.718, de 27 de novembro de 1998, e restituição das quantias pagas relativas a esses tributos, recolhidos à Receita Federal até janeiro de 2015. A ação relativa à Cofins está aguardando o exame de admissibilidade do Recurso Extraordinário e Recurso Especial do Nucleos, sendo que o Recurso Especial da União foi inadmitido. Os processos estão suspensos, aguardando o julgamento de Repercussão Geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal.

O valor estimado do crédito envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2022, monta a

R\$ 15.842 (R\$ 15.096 em 2021), correspondente aos valores originais pagos, atualizados pela Selic, sendo referente a PIS a quantia de R\$ 2.528 (R\$ 2.412 em 2021) e R\$ 13.314 (R\$ 12.684 em 2021) referente à Cofins. Não há depósitos judiciais vinculados a essas ações.

Essas ações não alcançam os tributos devidos a partir da competência janeiro de 2015, em virtude da alteração na legislação tributária federal com a publicação da Lei no 12.973/2014. Com isso, o Nucleos ajuizou Mandado de Segurança em face da União Federal requerendo a suspensão da exigibilidade de PIS e Cofins e o reconhecimento definitivo da inexigibilidade desses tributos, com a respectiva restituição dos valores já recolhidos. O processo encontra-se em recurso de Apelação, pendente de julgamento. Os valores devidos, apurados mensalmente, desde a competência fevereiro de 2020, foram recolhidos em conta de depósito judicial vinculado ao processo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2022, monta a R\$ 2.462 (R\$ 1.518 em 2021) (vide Nota 7).

OFND

O Nucleos, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 1986, foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), o que fez entre dezembro de 1986 e dezembro de 1987. Essas obrigações eram atualizadas originalmente pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Todavia, com o advento do Plano Verão, esse índice foi extinto, passando os títulos a serem atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Posteriormente, em 4 de junho de 1990, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) comunicou que as OFND seriam indexadas ao valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Com isso, a Associação Brasileira das Entida-

des Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), representando as suas Associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização, por meio do ajuizamento de ação ordinária, em outubro de 1991, contra a União Federal, requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991. Essa ação transitou em julgado em novembro de 2010, com decisão favorável ao pleito das EFPC.

Em janeiro de 2012 a União Federal ajuizou Ação Rescisória que foi julgada improcedente, em abril de 2013, pela 7ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região. Contra essa decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial, que teve provimento negado, em abril de 2019, em julgamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Recurso Extraordinário, não conhecido pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) por considerá-lo manifestadamente inadmissível, em decisão publicada em maio de 2020. Essa última decisão transitou em julgado em 13 de agosto de 2020, encerrando definitivamente a discussão de mérito.

O processo de liquidação do crédito do Nucleos, em conjunto com outras 6 (seis) entidades, foi distribuído à 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Foi realizada prova pericial, sendo que as partes se manifestaram sobre o laudo pericial, tendo a Abrapp requerido a procedência da liquidação, com a homologação do laudo pelo Juízo.

Embora as discussões de mérito tenham sido encerradas com o trânsito em julgado da ação rescisória, havia questões relevantes levantadas pela União Federal no processo de liquidação do crédito que ainda dependem de decisão e, na opinião dos advogados patronos, podem influenciar na determinação do valor do crédito. Em uma dessas questões, a União sustentava

que as EFPC que não mantiveram a titularidade das OFND até o vencimento não teriam direito ao crédito. O Nucleos se enquadrava nessa situação, uma vez que transferiu à União parte significativa dos títulos na aquisição de participações societárias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Outro tema relevante defendido pela União diz respeito à correção e aos juros de mora considerados pela Abrapp nos cálculos apresentados nos processos de liquidação, cujos critérios foram posteriormente alterados no julgamento, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei 9.494/96, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, com potencial de reduzir consideravelmente o valor do crédito.

Considerando essas questões relevantes e visando o encerramento do litígio, que já durava mais de trinta anos, a Abrapp, com base em recomendação dos advogados que representam as EFPC nos processos de liquidação, propôs a celebração de acordo com a União, por meio da Procuradoria Regional da União da 2ª Região.

No âmbito do Nucleos, a matéria foi levada à apreciação do Conselho Deliberativo, que, na sua 334ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2021, aprovou a apresentação de proposta de acordo pela Abrapp à União, visando o recebimento dos créditos apurados pelo assistente técnico, no valor de R\$ 34.464, através de precatório judicial.

Em 23 de novembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Abrapp, em que foi deliberada pelas entidades associadas a aprovação da proposta de acordo. A proposta foi apresentada pela Abrapp e, seguindo trâmites legais, obteve autorização do Ministério da Economia pela celebração de Acordo Judicial, a fim de encerrar os processos

de liquidação/execução decorrentes da ação ordinária relativa às OFND, conforme Despacho do Ministro de Estado da Economia em 24 de março de 2022.

O Acordo foi assinado em 24 de março de 2022 e homologado pelo Juízo da liquidação (Grupo 11 formado por 7 EFPC), conforme Sentença de 28 de março de 2022, determinado a expedição dos requisitórios (precatórios), dentre eles, o correspondente ao crédito do Nucleos. O Precatório do Nucleos foi expedido em 30 de março de 2022, no valor de R\$ 36.827, atualizado até dezembro de 2021.

Com a celebração do acordo e a expedição do precatório, o crédito foi reconhecido na contabilidade em junho de 2022, integrando o patrimônio do Plano Básico de Benefícios - PBB (vide Nota 8.5.2).

12 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios administrados pela Entidade, em 31 de dezembro, estão apresentadas a seguir:

2022

Descrição	Consolidado	BD-PBB	CD-INB	CD-ETN (*)	CD-Nuclep
Benefícios concedidos	2.701.454	2.701.454	-	-	-
Benefício definido - programado	2.255.411	2.255.411	-	-	-
Benefício definido - não programado	446.043	446.043	-	-	-
Benefícios a conceder	1.887.330	1.884.103	1.017	1.443	767
Contribuição definida	3.351	124	1.017	1.443	767
Benefício definido - programado	1.737.655	1.737.655	-	-	-
Benefício definido - não programado	146.324	146.324	-	-	-
(-) Provisões a constituir	(310.890)	(310.890)	-	-	-
Equacionamento de déficit	(310.890)	(310.890)	-	-	-
Total	4.277.894	4.274.667	1.017	1.443	767

(*) CD-Eletronuclear

2021

Descrição	Consolidado	BD-PBB	CD-INB	CD-ETN (*)	CD-Nuclep
Benefícios concedidos	2.655.416	2.655.416	-	-	-
Benefício definido - programado	2.309.651	2.309.651	-	-	-
Benefício definido - não programado	345.765	345.765	-	-	-
Benefícios a conceder	2.045.375	2.044.980	142	158	95
Contribuição definida	512	117	142	158	95
Benefício definido - programado	1.880.004	1.880.004	-	-	-
Benefício definido - não programado	164.859	164.859	-	-	-
Total	4.700.791	4.700.396	142	158	95

(*) CD-Eletronuclear

12.1 Plano Básico de Benefícios - PBB

12.1.1 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., conforme Parecer Atuarial emitido em 17 de fevereiro de 2023 e em 30 de março de 2022, respectivamente, para o exercício de 2022 e 2021. A posição em 31 de dezembro é como segue:

Descrição	2022	2021
Benefícios concedidos	2.701.454	2.655.416
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	2.701.454	2.655.416
Valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos	2.255.411	2.309.651
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	446.043	345.765
Benefícios a conceder	1.884.103	2.044.980
Contribuição definida	124	117
Saldo de contas - parcela participantes	124	117
Benefício definido	1.883.979	2.044.863
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.737.655	1.880.004
Valor atual dos benefícios futuros programados	2.304.109	2.573.279
(-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(350.152)	(414.688)
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(216.302)	(278.587)
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	146.324	164.859
Valor atual dos benefícios futuros não programados	182.750	213.342
(-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(19.205)	(25.262)
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(17.221)	(23.221)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(310.890)	-
Equacionamento de déficit a integralizar (12.1.2)	(310.890)	-
Patrocinadoras	(149.363)	-
Participantes	(65.963)	-
Assistidos	(95.564)	-
	4.274.667	4.700.396

(a) Premissas atuariais

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2022 e 2021 estão resumidas a seguir:

	2022	2021
Econômicas/Financeiras		
Taxa real de juros	5,77% ao ano	5,23% ao ano
Crescimento real de salários	1,80% ao ano	2,01% ao ano
Fator de capacidade dos salários	0,9800	0,9824
Fator de capacidade dos benefícios	0,9800	0,9824
Atualização dos salários	Conforme índice da patrocinadora	Conforme índice da patrocinadora
Atualização dos benefícios	INPC	INPC
Biométricas		
Mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (-10%), segregada por sexo	MI-2006 (-10%), segregada por sexo
Entrada em invalidez	TASA-1927	TASA-1927
Auxílio-doença	Experiência Nucleos 2021	Experiência Nucleos 2015
Demográficas		
Base de dados	30/06/2022	30/06/2021
Rotatividade (turnover)	Experiência Nucleos 2021	Experiência Nucleos 2018
Composição familiar - Aposentados	Família real	Família real
Composição familiar - Pensionistas	Família real	Família real
Composição familiar - Ativos	Família média estimada por:	Experiência Nucleos 2019 - família média estimada por:
Percentual de casados	Titular masculino: 85%	Titular masculino: 85%
	Titular feminino: 40%	Titular feminino: 35%
Diferença de idade entre titular e dependente vitalício	Titular masculino: -5	Titular masculino: -5
	Titular feminino: +2	Titular feminino: +2

As premissas adotadas na avaliação atuarial de 2022 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 15 de julho de 2022 e em 21 de novembro de 2022.

(b) Taxa real de juros (“taxa de juros”)

A taxa de juros é uma das principais premissas para o cálculo atuarial e corresponde à taxa de desconto utilizada para trazer a valor pre-

sente (data do balanço) os fluxos futuros dos compromissos com os participantes, líquidos de suas contribuições e das patrocinadoras, e que estão registrados no balanço sob o título de provisões matemáticas.

A adoção da taxa de juros pela Entidade deve estar embasada em estudo técnico, elaborado pelo atuário do plano, que demonstre a convergência entre a hipótese

financeira da taxa real anual de juros e a taxa de retorno real anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores do plano de benefícios.

A Previc divulga anualmente a taxa de juros parâmetro e seus limites (intervalo de taxas) que devem ser considerados pela Entidade na definição da taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial, de acordo com a duração do passivo (duration) do plano de benefícios e a rentabilidade futura esperada para os seus investimentos. A duração do passivo (duration) corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições sobre esses benefícios.

Para o exercício de 2022, as taxas parâmetro e seus limites, inferior e superior, foram divulgadas pela Previc, por meio da Portaria no 373, de 27 de abril de 2022 (exercício de 2021 - Portaria no 228, de 20 de abril de 2021). A definição da taxa real de juros a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício atual tem por base a duration apurada na avaliação atuarial do exercício imediatamente anterior.

Com base no estudo técnico de adequação e em conformidade com o art. 39 da Instrução Previc no 33/2020, o Nucleos solicitou autorização à Previc para a adoção de taxa de juros de 5,97% ao ano, fora do intervalo estabelecido no §2º do art. 5º da Resolução CNPC no 30/2018, divulgado pela Portaria Previc no 373/2022, para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022.

Da análise do referido pedido, a Previc concluiu que o limite de aceitação para a taxa real anual de juros é de 5,77% ao ano e, considerando o pedido de reanálise realizado

pelo Nucleos, foi autorizada a utilização da referida taxa na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022, conforme o Ofício nº 3547/2022/PREVIC, de 24 de novembro de 2022.

Dessa forma, foi adotada a premissa de taxa real anual de juros de 5,77% ao ano para o Plano Básico de Benefícios - PBB, de acordo com o estudo técnico de convergência elaborado pelo atuário e compatível com a duration do PBB, de 15,8993 anos, apurada na avaliação atuarial de 2021. Em 2021, foi adotada a taxa de juros de 5,23% ao ano, dentro do intervalo divulgado pela Previc, considerando a duration de 16,11 anos, apurada na avaliação atuarial de 2020.

(c) Plano de custeio

Conforme determina a LC 109/2001, o plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuições necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Atendendo a esse comando normativo, com base na avaliação atuarial anual, o atuário propõe o nível de contribuições indispensável ao equilíbrio e à solvência do Plano, que corresponde ao Plano de Custeio, devendo ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e implementado pela Entidade.

De acordo com o custo atuarial apurado na avaliação de 2022, foram determinadas pelo atuário as seguintes taxas de contribuição, aplicáveis na vigência do Plano de Custeio de 2023, aqui apresentadas comparativamente ao plano de custeio imediatamente anterior:

Plano de Custeio		2023	2022
Participantes Ativos (1)	Percentual geral sobre o Salário de Participação	2,83%	2,83%
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação que excede meio teto do INSS	2,81%	2,81%
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação que excede um teto do INSS	5,70%	5,70%
Participantes Assistidos	Aposentados que recebem Abono de Aposentadoria (2)	8,00%	8,00%
	Aposentados que não recebem Abono de Aposentadoria, Pensionistas e participantes em auxílio-doença (3)	1,20%	1,20%
Participantes optantes pelo BPD	Contribuição destinada ao custeio administrativo - PGA (Taxa Administrativa) (4)	15,00%	15,00%
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de pensão por morte) (5)	0,43%	0,45%
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício por invalidez) (5)	0,37%	0,40%
Patrocinadoras	Contribuição normal (Ativos) (6)	Paritária à dos participantes	Paritária à dos participantes
	Contribuição normal (Assistidos que recebem Abono de Aposentadoria) (7)	Paritária à dos assistidos	Paritária à dos assistidos

(1) 15% (quinze por cento) das contribuições resultantes da aplicação dos percentuais será destinado ao custeio administrativo.

(2) Aplicada sobre o valor total do benefício, sendo que 15% (quinze por cento) das contribuições resultantes da aplicação do percentual será destinado ao custeio administrativo.

(3) Aplicada sobre o valor total do benefício, inclusive sobre o auxílio-doença, sendo que a contribuição resultante será destinada integralmente ao custeio administrativo. O auxílio-doença é um benefício temporário.

(4) Aplicada sobre o valor da contribuição hipotética, caso o participante estivesse na condição de participante ativo vinculado à patrocinadora, sendo que a contribuição resultante será destinada integralmente ao custeio administrativo.

(5) Aplicada sobre o Salário de Participação hipotético, caso o participante estivesse na condição de participante ativo vinculado à patrocinadora.

(6) 15% (quinze por cento) da contribuição total vertida será destinado ao custeio administrativo.

(7) A patrocinadora não verterá contribuição paritária à contribuição dos assistidos destinada ao custeio administrativo. A contribuição paritária da patrocinadora está limitada à contribuição dos assistidos destinada ao custeio de benefícios do Plano, correspondente à taxa líquida de 6,80% do valor total do benefício.

De acordo com o Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, a paridade contributiva entre patrocinadoras e participantes ativos é integral, ou seja, alcança as contribuições destinadas à formação das reservas e ao custeio administrativo. Já em relação aos assistidos, a paridade contributiva está limitada à contribuição destinada ao custeio de benefícios do Plano (6,80% sobre o valor total do benefício). A verificação da paridade contributiva estabelecida no Plano de Custeio será realizada mensalmente e na sua vigência, em conformidade com as normas internas do Nucleos.

O custo total estimado para as patrocinadoras, na vigência do Plano de Custeio, obtido a partir do montante de contribuição dos participantes, calculada individualmente, considerando-se os salários de participação na data da avaliação atuarial, é representado pelas seguintes taxas (taxas médias):

Descrição	Taxa de Contribuição (%)	
	2023	2022
Patrocinadoras	10,63	10,60
Custo normal - participantes ativos (*)	7,17	7,62
Custo normal - participantes assistidos (*)	3,46	2,98

(*) Sujeito à verificação da paridade contributiva na forma do Plano de Custeio.

O Plano de Custeio de 2023 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos em 16 de fevereiro de 2023 e tem vigência no período de 1o de abril de 2023 a 31 de março de 2024.

O Plano de Custeio de 2022 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 10 de fevereiro de 2022 e tem vigência no período de 1o de abril de 2022 a 31 de março de 2023. Até o fechamento destas demonstrações contábeis, foi cumprido regularmente pelas patrocinadoras, participantes e assistidos. A paridade contributiva, na forma do plano de custeio, foi verificada por cada patrocinadora e os eventuais ajustes (excesso ou insuficiência de contribuições) foram realizados no momento do aporte dos valores devidos ao Nucleos, procedimento este conferido e validado pelo Nucleos.

12.1.2 Equacionamento de déficit a integralizar (PED-2021)

Refere-se às contribuições extraordinárias futuras previstas no Plano de Equacionamento de Déficit do exercício de 2021 (“PED-2021”) elaborado pelo atuário do PBB e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos.

Após a aprovação pelo Nucleos, o PED-2021 foi apreciado e aprovado pela governança das patrocinadoras e, em atendimento à Resolução CNPC no 30/2018, foi encaminhado para a manifestação da SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

O PED-2021 refere-se ao valor mínimo a equacionar apurado no exercício de 2021 (excedente ao limite de solvência previsto no

art. 29 da Resolução CNPC no 30/2018), que será equacionado pelas patrocinadoras, participantes e assistidos, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que foi apurado o resultado deficitário.

O rateio do déficit a equacionar de responsabilidade das patrocinadoras foi realizado com base nas reservas matemáticas atribuídas a cada uma delas. Em relação aos participantes ativos e assistidos, a divisão do déficit a equacionar foi apurada conforme a proporção das reservas matemáticas atribuídas a cada grupo.

O Nucleos, em atendimento a Resolução CNPC nº42/2021, deverá formalizar junto às patrocinadoras, individualmente, por meio de instrumento contratual de confissão de dívida, a contratação da obrigação assumida relativa ao equacionamento de déficit de responsabilidade de cada uma delas. Após a formalização do contrato, os valores serão reclassificados para o Ativo Realizável da Gestão Previdencial, em conformidade com a normas de procedi-

mentos contábeis aplicáveis às EFPC.

Os percentuais de contribuição extraordinária aprovados no plano de equacionamento para os participantes ativos (1,16%) e assistidos (3,58%) foram definidos por critério atuarial, considerando as hipóteses vigentes e aplicáveis ao plano de benefícios no encerramento do exercício de 2021.

O PED-2021 prevê o equacionamento do déficit em até 286 meses, considerando 13 parcelas anuais, com início em abril de 2023.

Para os participantes e assistidos, o equacionamento do déficit foi determinado pelo critério atuarial e, por isso, foi recalculado em dezembro de 2022. Em relação às patrocinadoras, em que o equacionamento foi definido pelo critério financeiro, o déficit foi atualizado pela variação do INPC e juros de 5,23% ao ano (juros da meta atuarial do PBB em 2021). Os valores totais a equacionar em 31 de dezembro de 2022 e na data da apuração do déficit são apresentados a seguir:

Descrição	31-dez-2022	31-dez-2021
Patrocinadoras	149.363	133.937
INB	45.510	40.810
Eletronuclear	68.837	61.728
Nuclep	33.711	30.229
Nucleos	1.305	1.170
Participantes	161.527	155.364
Ativos	65.963	67.591
Assistidos	95.564	87.773
	310.890	289.301

12.2 Planos de contribuição definida (CD)

O saldo acumulado de recursos nos planos de benefícios de contribuição definida (Planos CD), posição em 31 de dezembro, está apresentado a seguir:

Descrição	CD-INB		CD-Eletronuclear		CD-Nuclep	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contribuição definida						
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	492	69	680	76	368	45
Saldo de contas - parcela participantes	525	73	763	82	399	50
Benefícios a conceder	1.017	142	1.443	158	767	95

13 Equilíbrio técnico

13.1 Plano Básico de Benefícios - PBB

O resultado acumulado do PBB apresenta a seguinte evolução em cada exercício:

Descrição	2022	2021
Déficit acumulado - início do exercício	(848.601)	(64.295)
Resultado do exercício [déficit]	559.786	(784.306)
Déficit acumulado - final do exercício	(288.815)	(848.601)

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 apresentou superávit no período de R\$ 559.786 e déficit acumulado de R\$ 288.815, equivalente a 6,76% das provisões matemáticas (Em 2021, déficit acumulado de R\$ 848.601, equivalente a 18,05% das provisões matemáticas).

A redução do déficit ocorreu, principalmente, pelo plano de equacionamento de déficit de 2021, pelo resultado positivo dos investimentos e pela adequação das premissas atuariais aos estudos de aderência.

A rentabilidade dos investimentos no ano de 2022 foi de 5,39%, inferior à meta atuarial de 11,47% (INPC + 5,23% a.a.).

O déficit acumulado em 31 de dezembro de 2022 ficou abaixo do limite de solvência estabelecido pela Resolução CNPC no 30, de 10 de outubro de 2018, não havendo a obrigatoriedade de elaboração de novo plano de equacionamento de déficit.

O limite de déficit (solvência) é apurado em função da duração do passivo (duration), pela

seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática (benefício definido). A duração do PBB apurada na avaliação atuarial de 2022 foi de 15,0453 anos.

Assim, o limite de déficit permitido para o exercício de 2022 (solvência) é de R\$ 472.136, correspondente a 11,0453% das provisões

matemáticas de benefício definido, sendo que o déficit acumulado ao final do exercício monta a R\$ 288.815, correspondente a 6,76% das provisões matemáticas.

14 Fundos

Os fundos constituídos apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

Descrição	2022	2021
Fundos administrativos (14.1)	17.571	15.395
Fundo administrativo com participação dos planos	17.340	15.026
Fundo administrativo compartilhado	231	369
Fundos para garantia das operações com participantes (14.2)	4.726	4.231
Total	22.297	19.626

14.1 Fundos administrativos

O fundo administrativo foi constituído ou revertido pelo resultado (excedente ou insuficiência) apurado na gestão administrativa e o saldo disponível tem por finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas do Instituto ou em gastos específicos, em conformidade com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os recursos são aplicados em investimentos de renda fixa de baixo risco, em conformidade com a Política de Investimentos do PGA, e os respectivos rendimentos foram contabilizados mensalmente e incorporados ao patrimônio do fundo.

Os recursos do fundo administrativo compartilhado são destinados ao custeio de gastos

parciais de funcionamento dos Planos CD, conforme aprovado pelas patrocinadoras e pelo Conselho Deliberativo do Nucleos e de acordo com as disposições do Regulamento do PGA e da Resolução CNPC no 43/2021. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o fundo recebeu rendimentos de R\$ 36 (R\$ 2 em 2021) e foram utilizados R\$ 174 (R\$ 33 em 2021) para complemento dos recursos necessários ao custeio de despesas dos Planos CD. Os recursos utilizados serão devolvidos ao fundo administrativo tão logo os Planos CD disponham de recursos suficientes para a manutenção do custeio mensal.

14.2 Fundos para garantia das operações com participantes

Referem-se a fundos constituídos para a cobertura de perdas na carteira de empréstimos, na ocorrência de morte ou inadimplência dos participantes mutuários. O saldo é

composto pelo Fundo de Quitação por Morte (FQM) e pelo Fundo de Quitação por Inadimplência (FQI).

O FQM tem por objetivo a quitação de saldos devedores de empréstimo de mutuários que venham a falecer e o FQI em por finalidade a quitação de saldos devedores de empréstimo de mutuários inadimplentes.

Os fundos são formados com recursos provenientes de taxas cobradas sobre os empréstimos e são utilizados na forma e condições estabelecidas em regulamento próprio. Os recursos estão aplicados em investimentos de renda fixa de baixo risco e os respectivos rendimentos contabilizados e incorporados mensalmente ao patrimônio desses fundos.

15 Ajustes e eliminações de consolidação

Os ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das demonstrações contábeis são referentes a valores a receber e a pagar entre os planos e PGA e à participação do PBB no PGA e no Fundo Administrativo do PGA. A posição em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

2022					
Descrição	PBB	Planos CD	PGA	Ajustes/ (i) Eliminações	Consolidado
Ativo	4.019.393	3.227	22.039	(18.212)	4.026.447
Disponível	3.350	1	13	-	3.364
Realizável	4.016.043	3.226	21.681	(18.212)	4.022.738
Gestão previdencial	452.608	-	-	-	452.608
Gestão administrativa	17.340	-	3.551	(18.212)	2.679
Investimentos	3.546.095	3.226	18.130	-	3.567.451
Imobilizado e intangível	-	-	345	-	345
Passivo	4.019.393	3.227	22.039	(18.212)	4.026.447
Exigível operacional	10.319	-	4.419	(872)	13.866
Exigível contingencial	1.156	-	49	-	1.205
Patrimônio social	4.007.918	3.227	17.571	(17.340)	4.011.376
Patrimônio de cobertura do plano	3.985.852	3.227	-	-	3.989.079
Provisões matemáticas	4.274.667	3.227	-	-	4.277.894
Equilíbrio técnico	(288.815)	-	-	-	(288.815)
Fundos	22.066	-	17.571	(17.340)	22.297
Fundos administrativos	17.340	-	17.571	(17.340)	17.571
Fundos para garantia das operações com participantes	4.726	-	-	-	4.726

(i) Fundo administrativo no PBB (R\$ 17.340) e contas a receber no PGA e a pagar no PBB, referente custeio administrativo (R\$ 872).

Descrição	2021				Consolidado
	PBB	Planos CD	PGA	Ajustes/ (i) Eliminações	
Ativo	3.880.898	395	18.914	(15.840)	3.884.367
Disponível	41	-	14	-	55
Realizável	3.880.857	395	18.251	(15.840)	3.883.663
Gestão previdencial	443.999	-	-	-	443.999
Gestão administrativa	15.026	-	2.669	(15.840)	1.855
Investimentos	3.421.832	395	15.582	-	3.437.809
Imobilizado e intangível	-	-	649	-	649
Passivo	3.880.898	395	18.914	(15.840)	3.884.367
Exigível operacional	8.623	-	3.475	(814)	11.284
Exigível contingencial	1.223	-	44	-	1.267
Patrimônio social	3.871.052	395	15.395	(15.026)	3.871.816
Patrimônio de cobertura do plano	3.851.795	395	-	-	3.852.190
Provisões matemáticas	4.700.396	395	-	-	4.700.791
Equilíbrio técnico	(848.601)	-	-	-	(848.601)
Fundos	19.257	-	15.395	(15.026)	19.626
Fundos administrativos	15.026	-	15.395	(15.026)	15.395
Fundos para garantia das operações com participantes	4.231	-	-	-	4.231

(i) Fundo administrativo no PBB (R\$ 15.026) e contas a receber no PGA e a pagar no PBB, referente custeio administrativo (R\$ 814).

16 Resultados

16.1 Gestão previdencial

(a) Plano Básico de Benefícios - PBB

O resultado realizado em cada exercício é apresentado a seguir:

Descrição	2022	2021
Adições	152.999	163.771
Contribuições previdenciais	100.635	96.035
Patrocinadoras	46.589	44.454
Participantes ativos	37.804	36.841
Participantes assistidos	15.976	14.433
Participantes autopatrocinados	257	293
Participantes em BPD	9	14
Remuneração das contribuições em atraso	6	13
Remuneração das contribuições contratadas	52.109	67.494
INB	23.408	31.119
Nuclep	28.701	36.375
Portabilidade	-	228
Outras adições	249	1
Deduções	(228.136)	(202.640)
Benefícios de prestação continuada	(224.938)	(200.917)
Aposentadoria programada	(185.456)	(168.077)
Invalidez	(7.022)	(6.053)
Pensão por morte	(24.266)	(19.369)
Auxílio-doença	(8.194)	(7.418)
Institutos	(3.191)	(1.722)
Resgate	(1.953)	(916)
Reserva não paga (i)	(1.238)	(806)
Provisão para perdas estimadas	(7)	(1)
Constituição/reversão de contingências	74	(224)
Custeio administrativo previdencial	(13.633)	(13.055)
Resultado líquido dos investimentos	222.753	(238.114)
Constituição/reversão das provisões matemáticas	425.729	(494.044)
Resultado do exercício [superávit / (déficit)]	559.786	(784.306)

(i) Refere-se a contribuições não resgatadas de participantes com inscrição cancelada no plano de benefícios, na forma do Regulamento, registradas em cada exercício.

(b) Planos de contribuição definida (CD)

O resultado realizado em cada exercício está demonstrado a seguir:

Descrição	CD-INB		CD-Eletronuclear		CD-Nuclep	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contribuições previdenciais	840	145	1.247	162	648	98
Contribuição básica - Patrocinador	407	70	586	78	312	46
Contribuição básica - Participante	423	74	615	80	332	52
Contribuição adicional - Participante	9	1	46	4	4	-
Contribuição voluntária - Participante	1	-	-	-	-	-
Custeio administrativo previdencial	(25)	(4)	(37)	(5)	(20)	(3)
Resultado líquido dos investimentos	60	1	75	1	44	-
Acréscimo no patrimônio	875	142	1.285	158	672	95

16.2 Gestão administrativa

O resultado da gestão administrativa, em cada exercício, é apresentado como segue:

Descrição	2022	2021
Receitas	18.425	17.989
Custeio administrativo previdencial	13.715	13.067
Custeio administrativo dos investimentos	4.601	4.755
Taxa de administração de empréstimos	45	45
Receitas diretas/outras receitas	64	122
Despesas	(18.239)	(17.452)
Administração dos planos previdenciais	(18.239)	(17.434)
Pessoal e encargos	(12.553)	(12.137)
Treinamentos/congressos e seminários	(67)	(68)
Viagens e estadias	(28)	(1)
Serviços de terceiros	(2.995)	(2.782)
Despesas gerais	(1.061)	(999)
Depreciação/amortização	(304)	(304)
Tributos	(1.231)	(1.143)
Despesas com fomento (i)	-	(18)

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Descrição	2022	2021
Constituição de contingências	(5)	(4)
Resultado líquido dos investimentos	1.995	661
Constituição do fundo administrativo	2.176	1.194

(i) Despesas específicas na implantação dos Planos CD.

16.3 Investimentos

O resultado dos investimentos em cada exercício, posição consolidada, é apresentado como segue:

Descrição	2022	2021
Rendas/variações líquidas	230.075	(233.116)
Ativo financeiro de crédito privado	1.432	(22)
Fundos de investimentos	187.498	(230.198)
Renda fixa	45.700	(43.179)
Ações	20.545	(171.867)
Multimercado	128.667	44.104
Participações	(7.414)	(59.256)
Investimentos em imóveis	2.681	(5.270)
Aluguel e renda - líquido dos custos	1.468	322
Resultado de avaliação	1.213	(5.592)
Operações com participantes (empréstimos)	2.238	2.905
Precatórios e outros realizáveis/obrigações	36.226	(531)
Constituição de contingências	(7)	(8)
Custeio administrativo dos investimentos	(4.646)	(4.800)
Constituição/reversão de fundos p/ garantia de empréstimos	(495)	473
Resultado líquido dos investimentos (Consolidado)	224.927	(237.451)

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Descrição	2022	2021
Resultado dos investimentos por Plano		
Plano Básico de Benefícios - PBB	222.753	(238.114)
Plano CD-INB	60	1
Plano CD-Eletronuclear	75	1
Plano CD-Nuclep (i)	44	-
Plano de Gestão Administrativa - PGA	1.995	661

(i) Em 2021, resultado positivo, mas inferior a mil reais, padrão de apresentação das demonstrações contábeis.

17 Partes relacionadas - patrocinadoras

As transações com as patrocinadoras estão relacionadas aos Convênio de Adesão e ao patrocínio dos planos de benefícios administrados pela Entidade, além de convênios firmados para descontos em folha de benefícios. Essas operações envolvem o recebimento de con-

tribuições estabelecidas no plano de custeio atuarial e administrativo, o repasse de consignação de empréstimos de participantes empregados, o repasse de valores descontados em folha de benefícios e o recebimento de contribuições em atraso contratadas (contratos de dívida). Os saldos a receber em 31 de dezembro estão totalizados e apresentados a seguir:

Descrição	2022	2021
Contribuições normais (6.1) *	6.739	6.262
INB	1.983	1.811
Eletronuclear	3.384	3.156
Nuclep	1.372	1.295
Contribuições em atraso contratadas (6.2)	445.744	437.658
INB	198.647	196.430
Nuclep	247.097	241.228
Imóvel locado a patrocinador	87	30
INB	87	30
Déficit equacionado a integralizar	149.363	-
INB	45.510	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Descrição	2022	2021
Eletronuclear	68.837	-
Nuclep	33.711	
Nucleos	1.305	-
Total de recebíveis	601.933	443.950
Ativo total do Plano Básico de Benefícios - PBB	4.019.393	3.880.898
% Recebíveis s/ Ativo total do PBB	14,98%	11,44%

Em relação às obrigações (contas a pagar), o Nucleos reembolsa mensalmente os custos de pessoal cedido, referentes aos membros da Diretoria Executiva. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022, registrado no PGA, monta a R\$ 85, sendo INB R\$ 48 e Nuclep R\$ 37 (R\$ 56 em 2021, sendo INB R\$ 23 e Nuclep R\$ 33). Além disso, em 31 de dezembro de 2022, há saldo atualizado de R\$ 260 (R\$ 245 em 2021) em conta do exigível operacional de investimentos em imóveis (PBB), referente depósito recebido da patrocinadora INB em garantia pela locação de imóvel (depósito caução).

Não há transações com ativos financeiros de emissão das patrocinadoras (investimentos), assim como não há saldos de transações referentes aos Planos CD.

18 Custeio administrativo

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores dos planos de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021.

Os recursos garantidores do plano de benefícios são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, conforme Resolução CMN no 4.994/2022.

O custeio da estrutura administrativa da Entidade é realizado com recursos das fontes de custeio definidas no Regulamento do PGA e no Orçamento Anual, quais sejam: (i) contribuições aportadas por patrocinadores e participantes ativos e assistidos destinadas ao custeio administrativo (taxa de carregamento); (ii) receitas administrativas registradas diretamente no PGA; (iii) recursos do resultado dos investimentos dos planos de benefícios (taxa de administração); e (iv) fundos administrativos.

No caso do Plano Básico de Benefícios - PBB, o custeio administrativo previdencial (recursos da aplicação de taxa de carregamento) corresponde a 15% das contribuições vertidas por patrocinadores e participantes ativos e 1,2% do benefício pago aos assistidos, conforme definido no plano de custeio elaborado pelo atuário e aprovado pelo Instituto. O custeio administrativo dos investimentos complementa os recursos necessários para a cobertura das despesas administrativas mensais alocados no PBB.

Para os Planos CD, foi estabelecida taxa de carregamento de 3% (aplicada sobre as contribuições recebidas) e taxa de administração de 0,5% ao ano (aplicada sobre os recursos garantidores) para a transferência de recursos destinados ao custeio administrativo das despesas alocadas nesses planos.

O montante de recursos transferidos dos planos de benefícios para o PGA forma o custeio

administrativo total que é utilizado na verificação do limite anual de custeio (taxa de administração de que trata a Resolução CNPC no 48/2021).

No quadro a seguir apresentamos a relação percentual entre o custeio administrativo e as despesas administrativas com os recursos garantidores dos planos de benefícios e com o Ativo total do Instituto.

Descrição	2022	2021
Percentual em relação aos recursos garantidores		
Custeio administrativo	0,52%	0,52%
Despesas administrativas	0,51%	0,51%
Percentual em relação ao ativo total		
Custeio administrativo	0,46%	0,46%
Despesas administrativas	0,45%	0,45%
Custeio administrativo total	18.361	17.867
Despesas administrativas totais	18.239	17.452
Recursos garantidores dos planos de benefícios	3.551.896	3.421.658
Ativo total do Nucleos	4.026.447	3.884.367

A diferença entre o custeio e as despesas administrativas refere-se à cobertura das contingências e à constituição de fundo administrativo.

As despesas administrativas específicas, identificáveis, foram alocadas diretamente no plano de benefícios demandante e as despesas administrativas comuns foram rateadas e alocadas nos planos de benefícios com base na posição dos recursos garantidores ao final de cada mês, observando-se as disposições do Regulamento do PGA.

* * * * *

Armando D'Ascensão Silva
Presidente
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04



06 PARECERES



19. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes, Assistidos e Patrocinadoras NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano gestão administrativa consolidada, do ativo líquido por plano de benefícios, da mutação do ativo líquido por plano de benefícios e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de

2022 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Equacionamento do déficit técnico

Plano de Equacionamento de Déficit

Plano de Equacionamento de Déficit

Chamamos a atenção para a Nota 12.1.2 às demonstrações contábeis, que descreve o Plano de Equacionamento de Déficit do exercício de 2021 (“PED-2021”), aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. O PED-2021 refere-se ao valor mínimo a equacionar apurado no exercício de 2021, nos termos da Resolução CNPC no 30/2018, e prevê o equacionamento do déficit pelas patrocinadoras, participantes e assistidos em até 286 meses, com início em abril de 2023. Presentemente, a Entidade aguarda a manifestação da SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais sobre o PED-2021 para seguir com a formalização, por meio de instrumento contratual de confissão de dívida, da obrigação assumida pelas patrocinadoras em relação ao equacionamento de déficit de responsabilidade de cada uma delas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continui-

dade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-4



20. Parecer Atuarial do Plano de Benefício Definido - PBB

Resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022 do Plano Básico de Benefício (PBB)

1 OBJETIVO

Este documento tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2022 do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pelo Núcleos – Instituto de Seguridade Social.

O PBB é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) com o nº 1979.0022-74 e estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no inciso I, art. 2º da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e es-

tabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de ativos, assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em Reunião Extraordinária datada em 15/07/2022, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

A Avaliação Atuarial do PBB foi procedida pela Mirador considerando o disposto no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do plano, tendo como data-base da avaliação 31/12/2022 e data-base do cadastro 30/06/2022.

2 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

Evolução do Quantitativo de Participantes		
Participantes	2021	2022
Ativos	2.803	2.744
Participantes em BPD	4	3
Assistidos	1.967	1.984
Aposentados	1.448	1.422
Aposentados por Invalidez	139	149
Pensionistas	380	413
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
Total	4.752	4.731

Idade Média dos Participantes		
Participantes	2021	2022
Ativos	44,19	45,15
Participantes em BPD	54,25	45,00
Aposentados	68,62	69,35
Aposentados por Invalidez	60,58	59,72
Pensionistas	65,31	65,68
Outros (cancelados, afastados, etc.)	-	-
Total	53,78	54,68

3 PREMISSAS E MÉTODOS EMPREGADOS

Premissa	2021	2022
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	5,23%	5,77%
Fator de Capacidade	98,24%	98,00%
Crescimento Real Salarial	2,01%	1,80%
Taxa de Carregamento	15,00%	15,00%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Premissa	2021	2022
Biométricas		
Biométricas	AT-2000 (Suavizada em 10%) M&F	AT-2000 (Suavizada em 10%) M&F
Mortalidade Geral	TASA - 1927	TASA - 1927
Entrada em Invalidez	GAMA_EXP NUCLEOS 2015	Exp. Nucleos Auxílio-Doença 2021
Entrada em Auxílio-Doença	MI-2006 (-10%) por sexo	MI-2006 (-10%) por sexo
Demográficas		
Rotatividade (<i>Turnover</i>)	Exp - NUCLEOS 2018	Exp - NUCLEOS 2021
Estrutura Familiar	<u>Benefícios Concedidos:</u> família real <u>Benefícios a Conceder:</u> família média estimada por	<u>Benefícios Concedidos:</u> família real <u>Benefícios a Conceder:</u> família média estimada por
Percentual de casados	Titular masculino: 85%; Titular feminino: 35%.	Titular masculino: 85%; Titular feminino: 40%.
Diferença de idade entre titular e dependente vitalício	Titular masculino: -5; Titular feminino: +2.	Titular masculino: -5; Titular feminino: +2.

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Suplementação da Aposentadoria por Idade*	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria Especial	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição*	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez*	Capitalização	Agregado
Suplementação da Pensão	Capitalização	Agregado
Suplementação do Auxílio-Reclusão	Capitalização	Agregado
Suplementação da Auxílio-Doença	Capitalização	Agregado
BPD - Benefício Proporcional Diferido	Capitalização	Agregado
Suplementação do Abono Anual	Capitalização	Agregado

* Inclui o custo da reversão do benefício de aposentadoria em pensão aos beneficiários do assistido aposentado na data do óbito.

Cumpra salientar que o Nucleos solicitou ao órgão de fiscalização (Previc) autorização para utilização de taxa real de juros anual acima do limite máximo estabelecido pela legislação, que em 31/12/2022 resultou em 5,08% a.a. A Precvic, por meio do

Ofício nº 3547/2022/Previc, datado em 24 de novembro de 2022, considerou procedente a solicitação da entidade, sendo a taxa real de juros adotada de 5,77% a.a., conforme tabela com o rol de premissas apresentada acima.

4 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

4.1 Situação Patrimonial do Plano

Conforme valores constantes no balancete de 31/12/2022, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do PBB.

(em R\$)

Patrimônio de Cobertura	
Ativo Total	4.019.392.919,84
(-) Exigível Operacional	10.318.548,50
Gestão Previdencial	9.557.510,79
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	761.037,71
(-) Exigível Contingencial	1.156.445,65
Gestão Previdencial	1.141.015,33
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	15.430,32
(=) Patrimônio Social	4.007.917.925,69
(-) Fundos	22.065.912,64
Previdenciais	0,00
Administrativos	17.339.888,66
Dos investimentos	4.726.023,98
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	3.985.852.013,05

4.2 Resultado Técnico e Análise de Solvência

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, apresentamos os resultados da avaliação atuarial realizada para o PBB.

(em R\$)

Passivo Atuarial	
PMBC	2.701.453.750,38
Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
VABF - Programados	2.255.410.842,56
VABF - Não-Programados	446.042.907,82
VACF Participantes	0,00
VACF Patrocinadores	0,00
PMBaC	1.884.102.845,76
Saldo de contas - parcela partic. portada de EFPC	123.893,34
VABF - Programados	2.304.108.656,40
VABF - Não-Programados	182.750.361,73
VACF Participantes	(233.523.373,01)
VACF Patrocinadores	(369.356.692,70)
(=) Passivo Atuarial	4.585.556.596,14

(em R\$)

Provisões Matemáticas a Constituir	
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	(310.890.003,18)
Patrocinador(es)	(149.362.694,79)
Participantes	(65.963.360,85)
Assistidos	(95.563.947,54)
(=) Provisões Matemáticas a Constituir	(310.890.003,18)

(em R\$)

Resultado Técnico	
Patrimônio de Cobertura	3.985.852.013,05
Provisões Matemáticas	4.274.666.592,96
(+) Passivo Atuarial	4.585.556.596,14
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(310.890.003,18)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(288.814.579,91)

(em R\$)

Resultado Técnico (Ajustado)	
Patrimônio de Cobertura	3.985.852.013,05
Provisões Matemáticas	4.274.666.592,96
(+) Passivo Atuarial	4.585.556.596,14
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(310.890.003,18)
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(288.814.579,91)
(+/-) Ajuste Precificação	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	(288.814.579,91)

4.2.1 Plano de Equacionamento do Déficit de 31/12/2021

No encerramento do exercício de 2021 o PBB apresentou resultado técnico deficitário acima dos limites legalmente estabelecidos. Nesse sentido, conforme disposto na Resolução CNPC N° 30/2018, para fins de tratamento deste resultado deficitário com vistas ao reestabelecimento do equilíbrio técnico atuarial do Plano, foi necessário a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit (PED).

Portanto, o referido PED foi elaborado ao longo do exercício de 2022, tendo sido apresentado no relatório MiradorR 1096/2022, datado em julho de 2022, alguns cenários contendo distintos critérios para o Plano de Equacionamento de Déficit do PBB, referente aos resultados apurados no encerramento do exercício

de 2021. Após apreciação do relatório supracitado pela Diretoria e Conselho Deliberativo do Nucleos durante o mês setembro de 2022, a entidade optou pelo Cenário 2.

A partir disso, foi emitido um novo documento por esta consultoria, o relatório Mirador 1655/2022, datado em outubro de 2022, contendo o detalhamento do Plano de Equacionamento de Déficit do PBB, considerando o cenário escolhido, para o qual enumeramos alguns pontos relevantes:

- Equacionamento do valor mínimo a ser equacionado apurado em 31/12/2021;
- Prazo máximo de equacionamento permitido pela legislação (para PED da parcela mínima do ETA):

* Duration do Passivo do Plano (15,8993 anos) x 1,5 = 24 anos (286 meses);

- Objetivo do PED: equacionamento do valor mínimo permitido pela legislação aplicável. Ressalta-se que o Plano PBB administrado pelo Nucleos, mesmo com o equacionamento da parcela mínima do déficit, permanecerá apresentando resultado negativo de Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA);
- O referido Plano de Equacionamento foi concebido por meio de critério atuarial para Ativos e Assistidos e financeiro para os Patrocinadores.

Cumpramos ressaltar que os estudos apresentados nos relatórios supramencionados foram elaborados em valores de 31/12/2021. Por este motivo, para a parcela a ser equacionada por participantes e assistidos, cuja concepção utiliza o critério atuarial, o valor da PMAc (equivalente ao valor atual das contribuições extraordinárias futuras) foi recalculado em dezembro/2022 e, posteriormente, via recorrência para a posição de abril/2023 (início de vigência do plano de custeio). Por outro lado, a parcela a ser equacionada pelos patrocinadores, cuja concepção utiliza o critério financeiro, o montante a ser objeto de instrumento específico de confissão de dívida, e por consequência os valores das prestações mensais, foram atualizados financeiramente até 31/12/2022, mediante a aplicação da taxa de juros e o índice de atualização monetária (INPC/IBGE), que serão definidos contratualmente, considerando que, após o início de pagamento das parcelas do contrato, o valor devido de prestação permanecerá sendo atualizada mensalmente mediante a aplicação do índice de atualização monetária (INPC/IBGE).

Por fim, cabe salientar que o plano de custeio extraordinário entra em vigor a partir de 01/04/2023.

4.2.1 Solvência

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2022, um déficit técnico acumulado de R\$ 288.814.579,91, equivalente a 6,76% das provisões matemáticas do plano.

Conforme informado pelo Nucleos, considerando que o plano não possui ajuste de precificação, o resultado técnico ajustado (ETA) do plano fica deficitário em R\$ 288.814.579,91.

Tomando como referência o valor de Duration apurado para o PBB, de 15,0453 anos em 31/12/2022, apresentamos a seguinte demonstração de resultado:

- Situação: Deficitário
- Resultado Técnico Acumulado:
R\$ (288.814.579,91)
- Duration do Passivo: 15,0453 anos
- Limite de ETA deficitário (em %):
= (Duration - 4) * 1% = 11,0453%
- Limite de ETA deficitário (em R\$):
= R\$ (472.136.064,80)

Conclusão: o plano apresenta ETA negativo, porém dentro dos limites estabelecidos pelas regras vigentes. Desta forma, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o plano de benefícios se encontra equilibrado sob o ponto de vista de análise de solvência, não havendo obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento do déficit registrado em 31/12/2022 ao longo do exercício de 2023.

5 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O PBB não apresenta Fundos Previdenciais.

6 RENTABILIDADE DO EXERCÍCIO

A rentabilidade nominal líquida, obtida pelo Nucleos na aplicação dos investimentos deste Plano, ao longo de 2022, foi de 5,39% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,47% (equivalente a uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,23% ao ano estabelecida para 2022, acrescida do INPC acumulado durante esse mesmo exercício).

Sendo assim, pode-se dizer que os investimentos do plano obtiveram uma perda financeira nominal de -5,46% em comparação com a meta atuarial do exercício de 2022 (11,47%).

7 PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Para o exercício de 2023 indica-se a manutenção do Plano de Custeio vigente em 2022.

Plano de Custeio - Custeio Previdenciário			
Participantes Ativos ¹	Percentual geral sobre o Salário de participação	2,83%	
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto do INSS	2,81%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede um Teto do INSS	5,70%	
Patrocinadoras ¹	Contribuição normal (ativos)	Paritária à dos participantes	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Contribuição normal (assistidos que recebem Abono de Aposentadoria)	Paritária à contribuição líquida (6,80% do valor do benefício, destinada ao PBB)	Sobre esta contribuição da patrocinadora não haverá taxa de carregamento.
Assistidos ²	Aposentados com Abono de Aposentadoria ³	8,00%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Aposentados sem Abono de Aposentadoria, Auxílio-doença e Pensionistas	1,20%	100% destinado ao custeio administrativo
Participantes optantes pelo BPD	Contribuição destinada ao custeio administrativo - PGA (Taxa Administrativa)	15,00%	Incidente sobre o valor da contribuição hipotética, caso estivesse na condição de Ativo
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de pensão por morte)	0,43%	
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de invalidez)	0,37%	Incidente sobre o Salário de Participação hipotético, caso estivesse na condição de Ativo

¹ Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração de 15% sobre a contribuição previdenciária. Na execução do plano de custeio a verificação da paridade com a patrocinadora se dará de acordo com a Instrução Normativa Nucleos nº 1, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

² Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

³ Percentual de Contribuição incidente sobre o valor do Benefício dos Aposentados que possuem Abono de Aposentadoria, conforme previsto no Plano de Custeio desde a implantação do PBB, informado pelo Nucleos.

Taxas Médias	2022	2021
1) Patrocinadora (sobre os salários)	10,63%	10,60%
1.1) Custo Normal - Participantes Ativos (Paridade)	7,17%	7,62%
1.2) Custo Normal - Participantes Assistidos (Paridade)	3,46%	2,98%
2) Participantes Ativos (sobre os salários)	7,17%	7,62%
3) Participantes Assistidos (sobre os benefícios)	8,00%	8,00%

Os percentuais acima foram apurados brutos da taxa de carregamento.

8 PLANO DE CUSTEIO EXTRAORDINÁRIO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Conforme detalhado no item 4.2.1 deste parecer, durante o exercício de 2022 foi elaborado e aprovado o Plano de Equacionamento do Déficit registrado em 31/12/2021.

Portanto, a tabela a seguir apresenta o plano de custeio extraordinário que terá início em 01/04/2023.

Alíquota CE participantes, % Salários	Alíquota CE assistidos, % Benefícios	INB	Eletronuclear	Nuclep	Nucleos
1,16%	3,58%	Saldo inicial déficit: R\$ 45.509.690,48 Parcela mensal: R\$ 255.100,81	Saldo inicial déficit: R\$ 68.837.415,16 Parcela mensal: R\$ 385.862,45	Saldo inicial déficit: R\$ 33.711.073,64 Parcela mensal: R\$ 188.964,64	Saldo inicial déficit: R\$ 1.304.515,51 Parcela mensal: R\$ 7.312,35

* Valores em 31/12/2022.

* Prazo de 24 anos (286 meses) a contar da data de início do pagamento (abril/2023).

9 CONCLUSÃO

Para fins da avaliação atuarial do Plano Básico de Benefícios, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/06/2022 e posicionado em 31/12/2022. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção das premissas financeiras “Taxa Real de Juros” que foi aumentada de 5,23% a.a. para 5,77% a.a., “Fator de Capacidade” que foi reduzido de 98,24% para 98,00%, “Crescimento Real Salarial” que foi reduzido de 2,01% para 1,80%, a premissa biométrica de “Entrada em Auxílio-Doença” que foi alterada da “Experiência Nucleos 2015” para “Exp. Nucleos Auxílio-Doença 2021” e a premissa demográfica de “Rotatividade” que foi alterada da “Experiência Nucleos 2018” para “Exp. Nucleos Rotatividade 2021”, e atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30, de 10/10/2018. Cumpre salientar que o impacto decorrente da alteração destas premissas foi detalhado no Relatório de Avaliação Atuarial

(documento Mirador 0183/2023, datado em 8 de fevereiro de 2023.

O plano de benefícios aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 288.814.579,91, equivalente a 6,76% das provisões matemáticas do plano. Conforme informado pelo Nucleos, o plano não apresenta ajuste de precificação de seus títulos financeiros. Importante ressaltar que o valor do ETA apurado em 31/12/2022 encontra-se abaixo do limite de déficit permitido pela legislação aplicável, de R\$ 472.136.064,80.

Face ao exposto neste relatório, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano Básico de Benefícios, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta, em 31/12/2022, situação de ETA deficitário dentro dos limites estabelecidos pelas regras de solvência vigentes, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2023.

Colocamo-nos ao inteiro dispor para maiores esclarecimentos e aproveitamos para renovar nossos votos de estima e consideração.



21. Parecer Atuarial do Plano de Contribuição Definida - INB

Resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022 do Plano CD – INB

1 OBJETIVO

Este documento tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da Mirador relativo aos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022 do Plano CD – INB, administrado pelo Nucleos – Instituto de Seguridade Social e patrocinado pela Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB.

O Plano CD – INB é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) com o nº 2021-0018-65 e estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021, oferecido a todos os empregados da patrocinadora.

dos da patrocinadora.

O Regulamento do Plano CD – INB foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc no dia 28 de julho de 2021.

A avaliação atuarial, conforme disposto no Art. 2º da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e de estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos pre-

videnciais. Para tanto, o estudo técnico deve considerar a base cadastral do grupo de participantes, assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

A Mirador realizou a avaliação atuarial do Pla-

no CD – INB considerando o disposto no seu respectivo Regulamento e Nota Técnica Atuarial, os princípios atuariais aceitos internacionalmente e os Pronunciamentos Atuariais publicados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, entre os quais destacam-se o CPA 001 – Princípios Atuariais e o CPA 003 – Classificação de Hipóteses Atuariais.

2 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD – INB, foi utilizado a base cadastral dos participantes fornecido pelo Nucleos, com data-base em 31/12/2022. A Mirador realizou diversos testes de consistência na base cadastral, confirmando as estatísticas recebidas e informando ao Nucleos qualquer inconsistência identificada, visando garantir a exatidão dos dados

e informações utilizadas no presente trabalho. Após tal procedimento operacional realizado junto à entidade, a qualidade e atualização da base cadastral foi considerada adequada para fins de realização da avaliação atuarial.

O quadro abaixo apresenta as estatísticas cadastrais do Plano CD – INB.

Participantes Ativos	31/12/2022
Ativo	53
Frequência A CONCEDER	53
Idade Média (em anos)	48
Tempo Médio de Empresa (em meses)	97
Tempo Médio de Plano (em meses)	9
Folha de Salários Mensal (em R\$)	669.706,02
Salário Médio Mensal (em R\$)	12.635,96

3 HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Conforme CPA 003, as hipóteses (ou premissas) atuariais representam o conjunto de parâmetros definidos para desenvolvimento de avaliação atuarial do compromisso dos planos de benefícios para com os seus participantes e assistidos e definição do plano de custeio.

No caso do Plano CD – INB, as Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder correspondem aos saldos de conta gerados pelas contribuições, acrescidas do retorno dos investimentos.

Premissa	
Econômica	
Indexador do Plano	Cota Patrimonial

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte Antes da Aposentadoria	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte Após a Aposentadoria	Capitalização	Capitalização Financeira

4 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

4.1 Situação Patrimonial do Plano

Conforme valores constantes no balancete de 31/12/2022, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do Plano CD – INB.

	(em R\$)
Ativo Total	1.017.203,45
(-) Exigível Operacional	23,77
Gestão Previdencial	0,00
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	23,77
(-) Exigível Contingencial	0,00
Gestão Previdencial	0,00
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	0,00
(=) Patrimônio Social	1.017.179,68
(-) Fundos	0,00
Previdenciais	0,00
Administrativos	0,00
Garantia das operações com participantes	0,00
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.017.179,68

4.2 Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, apresentamos os resultados da avaliação atuarial realizada para o Plano CD – INB.

(em R\$)	
Balanço Atuarial (em R\$)	
a) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	0,00
b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	1.017.179,68
c) Provisão Matemática Total (a + b)	1.017.179,68
d) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.017.179,68
e) Resultado Técnico (d – c) ¹	0,00

¹ Se positivo, é superávit técnico. Se negativo, é déficit técnico.

4.2.1 Solvência

As Provisões (Reservas) Matemáticas do Plano CD – INB correspondem aos saldos de conta gerados pelas contribuições acrescidas do retorno dos investimentos deste plano. Sendo assim, correspondem ao patrimônio de cobertura do plano, não existindo Superávit ou Déficit Técnico a ser registrado.

5 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Plano CD – INB não apresenta Fundos Previdenciais.

6 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio Normal, com início de vigência a partir de 1º de abril de 2023, será o

seguinte.

6.1 Participantes Ativos e Autopatrocinados

- **Contribuição Básica:** o Participante contribuirá 13 (treze) vezes ao ano com um valor que corresponderá a 2% (dois por cento) do seu Salário-Base limitado a 10 (dez) Unidades de Referência, acrescido de um percentual à sua escolha, entre 6% (seis por cento) e 12% (doze por cento), sobre o excesso do Salário-Base em relação a 10 (dez) Unidades de Referência;
- **Contribuição Adicional:** o Participante, a seu critério, contribuirá, facultativamente, 13 (treze) vezes ao ano com um percentual compreendido no intervalo de 0% (zero por cento) a 10% (dez por cento) do Salário-Base;

- **Contribuição Voluntária:** o Participante poderá contribuir com um valor livremente escolhido, a seu critério, esporádica e facultativamente, observando o valor mínimo de 1 (uma) Unidade de Referência.

6.2 Patrocinadora

- **Contribuição Básica:** a contribuição de Patrocinadora será efetuada 13 (treze) vezes ao ano com um valor igual a 100% (cem por cento) da Contribuição Básica do Participante Ativo, de acordo com o item 6.1.1, limitada a 8,5% (oito e meio por cento) do Salário-Base.

6.3 Custeio Administrativo

- **Taxa de Carregamento:** percentual incidente sobre o valor das contribuições básicas e adicionais de participantes, sobre a contribuição da patrocinadora e sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano CD – INB, com a finalidade de custear as despesas administrativas incorridas pelo Plano.
- **Taxa de Administração:** percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano CD – INB, com a finalidade de custear as despesas administrativas incorridas pelo Plano.

Conforme disposto na Ata da 207ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Núcleos, realizada no dia 12 de dezembro de 2022, foi aprovado o Plano de Custeio Administrativo prevendo a adoção de uma Taxa de Administração de 0,50% a.a. aplicada mensalmente sobre os Recursos Garantidores, na proporção de 1/12 (um doze avos), combinada com uma Taxa de Carregamento de 3,00% aplicada sobre o valor das contribuições básicas/adicionais dos participantes e contribuições da patrocinadora. Para o caso

de assistidos, será adotada uma Taxa de Carregamento de 1,2% sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano.

7 CONCLUSÃO

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD – INB, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade, com data-base em 31/12/2022, estando os resultados apresentados neste parecer posicionados nesta mesma data de referência. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da legislação vigente.

O Plano CD-INB é um plano de benefícios da modalidade de Contribuição Definida, conforme normatizado na Resolução CNPC Nº 41, de 9 de junho de 2021. Desta forma, seus benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Cumpramos ressaltar que o Regulamento do Plano CD – INB foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc no dia 28 de julho de 2021.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular dos planos administrados pelo Núcleos, informamos que o plano se encontra equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.



21. Parecer Atuarial do Plano de Contribuição Definida - Eletronuclear

Resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022 do Plano CD – Eletronuclear

1 OBJETIVO

Este documento tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da Mirador relativo aos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022 do Plano CD – Eletronuclear, administrado pelo Nucleos – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pela Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear e pelo próprio Nucleos.

O Plano CD – Eletronuclear é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) com o nº 2021-0004-19 e estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021, oferecido a todos os empregados da patrocinadora.

O Regulamento do Plano CD – Eletronuclear foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc no dia 11 de fevereiro de 2021.

A avaliação atuarial, conforme disposto no Art. 2º da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e de estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais. Para tanto, o estudo técnico deve considerar a base cadastral do grupo de participantes, assistidos e beneficiá-

rios do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

A Mirador realizou a avaliação atuarial do Plano CD – Eletronuclear considerando o disposto no seu respectivo Regulamento e Nota Técnica

Atuarial, os princípios atuariais aceitos internacionalmente e os Pronunciamentos Atuariais publicados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, entre os quais destacam-se o CPA 001 – Princípios Atuariais e o CPA 003 – Classificação de Hipóteses Atuariais.

2 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD – EletronuclearR, foi utilizado a base cadastral dos participantes fornecido pelo Nucleos, com data-base em 31/12/2022. A Mirador realizou diversos testes de consistência na base cadastral, confirmando as estatísticas recebidas e informando ao Nucleos qualquer inconsistência identificada, visando garantir a exatidão dos dados e informações utilizadas no presente traba-

lho. Após tal procedimento operacional realizado junto à entidade, a qualidade e atualização da base cadastral foi considerada adequada para fins de realização da avaliação atuarial.

O quadro abaixo apresenta as estatísticas cadastrais do Plano CD – Eletronuclear, sendo o quantitativo de participantes segregado por patrocinador.

Participantes Ativos	31/12/2022
Eletronuclear	72
Nucleos	5
Frequência A CONCEDER	77
Idade Média (em anos)	42
Tempo Médio de Empresa (em meses)	78
Tempo Médio de Plano (em meses)	6
Folha de Salários Mensal (em R\$)	1.223.483,76
Salário Médio Mensal (em R\$)	15.889,40

3 HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Conforme CPA 003, as hipóteses (ou premissas) atuariais representam o conjunto de parâmetros definidos para desenvolvimento de avaliação atuarial do compromisso dos planos de benefícios para com os seus participantes e assistidos e definição do plano de custeio.

No caso do Plano CD – Eletronuclear, as Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder correspondem aos saldos de conta gerados pelas contribuições, acrescidas do retorno dos investimentos.

Premissa	
Econômica	
Indexador do Plano	Cota Patrimonial

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte Antes da Aposentadoria	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte Após a Aposentadoria	Capitalização	Capitalização Financeira

4 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

4.1 Situação Patrimonial do Plano

Conforme valores constantes no balancete de 31/12/2022, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do Plano CD – Eletronuclear.

	(em R\$)
Ativo Total	1.442.649,42
(-) Exigível Operacional	30,64
Gestão Previdencial	0,00
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	30,64
(-) Exigível Contingencial	0,00
Gestão Previdencial	0,00
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	0,00
(=) Patrimônio Social	1.442.618,78
(-) Fundos	0,00
Previdenciais	0,00
Administrativos	0,00
Garantia das operações com participantes	0,00
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.442.618,78

4.2 Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, apresentamos os resultados da avaliação atuarial realizada para o Plano CD – Eletronuclear.

	(em R\$)
Balço Atuarial (em R\$)	
a) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	0,00
b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	1.442.618,78
c) Provisão Matemática Total (a + b)	1.442.618,78
d) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.442.618,78
e) Resultado Técnico (d – c) ¹	0,00

¹ Se positivo, é superávit técnico. Se negativo, é déficit técnico.

4.2.1 Solvência

As Provisões (Reservas) Matemáticas do Plano CD – Eletronuclear correspondem aos saldos de conta gerados pelas contribuições acrescidas do retorno dos investimentos deste plano. Sendo assim, correspondem ao patrimônio de cobertura do plano, não existindo Superávit ou Déficit Técnico a ser registrado.

5 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Plano CD – Eletronuclear não apresenta Fundos Previdenciais.

6 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio Normal, com início de vigência a partir de 01 de abril de 2023, será o seguinte.

6.1 Participantes Ativos e Autopatrocinados

- **Contribuição Básica:** o Participante contribuirá 13 (treze) vezes ao ano com um valor que corresponderá a 2% (dois por cento) do seu Salário-Base limitado a 10 (dez) Unidades de Referência, acrescido de um percentual à sua escolha, entre 6% (seis por cento) e 12% (doze por cento), sobre o excesso do Salário-Base em relação a 10 (dez) Unidades de Referência;
- **Contribuição Adicional:** o Participante, a seu critério, contribuirá, facultativamente, 13 (treze) vezes ao ano com um percentual compreendido no intervalo de 0% (zero por cento) a 10% (dez por cento) do Salário-Base;
- **Contribuição Voluntária:** o Participante poderá contribuir com um valor livremente escolhido, a seu critério, esporádica e facultativamente, observando o valor mínimo de 1 (uma) Unidade de Referência.

6.2 Patrocinadora

- Contribuição Básica: a contribuição de Patrocinadora será efetuada 13 (treze) vezes ao ano com um valor igual a 100% (cem por cento) da Contribuição Básica do Participante Ativo, limitada a 8,5% (oito e meio por cento) do Salário-Base.

6.3 Custeio Administrativo

- Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre o valor das contribuições básicas e adicionais de participantes, sobre a contribuição da patrocinadora e sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano CD – Eletronuclear, com a finalidade de custear as despesas administrativas incorridas pelo Plano.

- Taxa de Administração: percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano CD – Eletronuclear, com a finalidade de custear as despesas administrativas incorridas pelo Plano.

Conforme disposto na Ata da 207ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Nucleos, realizada no dia 12 de dezembro de 2022, foi aprovado o Plano de Custeio Administrativo prevendo a adoção de uma Taxa de Administração de 0,50% a.a. aplicada mensalmente sobre os Recursos Garantidores, na proporção de 1/12 (um doze avos), combinada com uma Taxa de Carregamento de 3,00% aplicada sobre o valor das contribuições básicas/adicionais dos participantes e contribuições da patrocinadora. Para o caso de assistidos, será adotada uma Taxa de Carregamento de 1,2% sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano.

7 CONCLUSÃO

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD – Eletronuclear, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade, com data-base em 31/12/2022, estando os resultados apresentados neste parecer posicionados nesta mesma data de referência. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da legislação vigente.

O Plano CD – Eletronuclear é um plano de benefícios da modalidade de Contribuição Definida, conforme normatizado na Resolução CNPC Nº 41, de 9 de junho de 2021. Desta forma, seus benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Cumprido ressaltar que o Regulamento do Plano CD – Eletronuclear foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc no dia 11 de fevereiro de 2021.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular dos planos administrados pelo Nucleos, informamos que o plano se encontra equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.



21. Parecer Atuarial do Plano de Contribuição Definida - Nuclep

Resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano CD – Nuclep

1 OBJETIVO

Este documento tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da Mirador relativo aos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022 do Plano CD – Nuclep, administrado pelo Nucleos – Instituto de Seguridade Social e patrocinado pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep.

O Plano CD – Nuclep é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) com o nº 2021-0003-38 e estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021, oferecido a todos os empregados da patrocinadora.

O Regulamento do Plano CD – Nuclep foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc no dia 11 de fevereiro de 2021.

A avaliação atuarial, conforme disposto no Art. 2º da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e de estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais. Para tanto, o estudo técnico deve considerar a base cadastral do grupo de par-

participantes, assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

A Mirador realizou a avaliação atuarial do Plano CD – Nuclep considerando o disposto no

seu respectivo Regulamento e Nota Técnica Atuarial, os princípios atuariais aceitos internacionalmente e os Pronunciamentos Atuariais publicados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, entre os quais destacam-se o CPA 001 – Princípios Atuariais e o CPA 003 – Classificação de Hipóteses Atuariais.

2 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD – Nuclep, foi utilizado a base cadastral dos participantes fornecido pelo NUCLEOS, com data-base em 31/12/2022. A Mirador realizou diversos testes de consistência na base cadastral, confirmando as estatísticas recebidas e informando ao Nucleos qualquer inconsistência identificada, visando garantir a exatidão dos da-

dos e informações utilizadas no presente trabalho. Após tal procedimento operacional realizado junto à entidade, a qualidade e atualização da base cadastral foi considerada adequada para fins de realização da avaliação atuarial.

O quadro abaixo apresenta as estatísticas cadastrais do Plano CD – Nuclep.

Participantes Ativos	31/12/2022
Ativo	16
Frequência A CONCEDER	16
Idade Média (em anos)	47
Tempo Médio de Empresa (em meses)	104
Tempo Médio de Plano (em meses)	11
Folha de Salários Mensal (em R\$)	390.479,18
Salário Médio Mensal (em R\$)	24.404,95

3 HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Conforme CPA 003, as hipóteses (ou premissas) atuariais representam o conjunto de parâmetros definidos para desenvolvimento de avaliação atuarial do compromisso dos planos de benefícios para com os seus participantes e assistidos e definição do plano de custeio.

No caso do Plano CD – Nuclep, as Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder correspondem aos saldos de conta gerados pelas contribuições, acrescidas do retorno dos investimentos.

Premissa	
Econômica	
Indexador do Plano	Cota Patrimonial

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte Antes da Aposentadoria	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte Após a Aposentadoria	Capitalização	Capitalização Financeira

4 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

4.1 Situação Patrimonial do Plano

Conforme valores constantes no balancete de 31/12/2022, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do Plano CD – Nuclep.

	(em R\$)
Ativo Total	767.501,42
(-) Exigível Operacional	17,80
Gestão Previdencial	0,13
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	17,67
(-) Exigível Contingencial	0,00
Gestão Previdencial	0,00
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	0,00
(=) Patrimônio Social	767.483,62
(-) Fundos	0,00
Previdenciais	0,00
Administrativos	0,00
Garantia das operações com participantes	0,00
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	767.483,62

4.2 Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, apresentamos os resultados da avaliação atuarial realizada para o Plano CD – Nuclep.

	(em R\$)
Balanço Atuarial (em R\$)	
a) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	0,00
b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	767.483,62
c) Provisão Matemática Total (a + b)	767.483,62
d) Patrimônio de Cobertura do Plano	767.483,62
e) Resultado Técnico (d – c) ¹	0,00

¹ Se positivo, é superávit técnico. Se negativo, é déficit técnico.

4.2.1 Solvência

As Provisões (Reservas) Matemáticas do Plano CD – Nuclep correspondem aos saldos de conta gerados pelas contribuições acrescidas do retorno dos investimentos deste plano. Sendo assim, correspondem ao patrimônio de cobertura do plano, não existindo Superávit ou Déficit Técnico a ser registrado.

5 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Plano CD – Nuclep não apresenta Fundos Previdenciais.

6 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio Normal, com início de vigência a partir de 1º de abril de 2023, será o seguinte.

6.1 Participantes Ativos e Autopatrocinados

- **Contribuição Básica:** o Participante contribuirá 13 (treze) vezes ao ano com um valor que

corresponderá a 2% (dois por cento) do seu Salário-Base limitado a 10 (dez) Unidades de Referência, acrescido de um percentual à sua escolha, entre 6% (seis por cento) e 12% (doze por cento), sobre o excesso do Salário-Base em relação a 10 (dez) Unidades de Referência;

- **Contribuição Adicional:** o Participante, a seu critério, contribuirá, facultativamente, 13 (treze) vezes ao ano com um percentual compreendido no intervalo de 0% (zero por cento) a 10% (dez por cento) do Salário-Base;
- **Contribuição Voluntária:** o Participante poderá contribuir com um valor livremente escolhido, a seu critério, esporádica e facultativamente, observando o valor mínimo de 1 (uma) Unidade de Referência.

6.2 Patrocinadora

- **Contribuição Básica:** a contribuição de Patrocinadora será efetuada 13 (treze) vezes ao ano com um valor igual a 100% (cem por cento) da Contribuição Básica do Participante Ativo, limitada a 8,5% (oito e meio por cento) do Salário-Base.

6.3 Custeio Administrativo

- Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre o valor das contribuições básicas e adicionais de participantes, sobre a contribuição da patrocinadora e sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano CD – Nuclep, com a finalidade de custear as despesas administrativas incorridas pelo Plano.
- Taxa de Administração: percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano CD – Nuclep, com a finalidade de custear as despesas administrativas incorridas pelo Plano.

Conforme disposto na Ata da 207ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Nucleos, realizada no dia 12 de dezembro de 2022, foi aprovado o Plano de Custeio Administrativo prevendo a adoção de uma Taxa de Administração de 0,50% a.a. aplicada mensalmente sobre os Recursos Garantidores, na proporção de 1/12 (um doze avos), combinada com uma Taxa de Carregamento de 3,00% aplicada sobre o valor das contribuições básicas/adicionais dos participantes e contribuições da patrocinadora. Para o caso de assistidos, será adotada uma Taxa de Carregamento de 1,2% sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano.

7 CONCLUSÃO

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD –

Nuclep, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade, com data-base em 31/12/2022, estando os resultados apresentados neste parecer posicionados nesta mesma data de referência. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da legislação vigente.

O Plano CD – Nuclep é um plano de benefícios da modalidade de Contribuição Definida, conforme normatizado na Resolução CNPC Nº 41, de 9 de junho de 2021. Desta forma, seus benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Cumpramos ressaltar que o Regulamento do Plano CD – Nuclep foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc no dia 11 de fevereiro de 2021.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular dos planos administrados pelo Nucleos, informamos que o plano se encontra equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.



22. Parecer do Conselho Fiscal

**Emitido na 202ª Reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 9 de março de 2023**

Os membros do Conselho Fiscal do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço Patrimonial – consolidado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – consolidada, as Demonstrações por Plano de Benefícios, do Ativo Líquido, da Mutações do Ativo Líquido e das Provisões Técnicas, do Plano Básico de Benefícios – PBB, do Plano CD-INB, do Plano CD-Eletronuclear e do Plano CD-Nuclep, e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Na opinião dos

membros do Colegiado, baseada nas análises e conferências realizadas, nas informações e documentos fornecidos pela entidade, nos estudos de aderência, no relatório da avaliação atuarial e Pareceres Atuariais emitidos pela Mirador Assessoria Atuarial e no Relatório do Auditor Independente emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes – PwC em 09/03/2023, as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos – Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2022 e o resultado de suas operações para o exercício findo nessa data, motivo pelo qual recomendam a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo do Nucleos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2023.

Eduardo Henrique Poblete Vidal
Presidente do Conselho Fiscal

Wilmo Matola Erbiste
Conselheiro Titular

Luciano Destefane Salvador
Conselheiro Titular

Thiago Almeida Ferreira
Conselheiro Titular



23. Manifestação do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, em sua 209ª Reunião Ordinária, realizada em 09/03/2023, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compostas por: Balanço Patrimonial – consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada, Demonstrações por Plano de Benefícios, do Ativo Líquido, da Mutação do Ativo Líquido e das Provisões Técnicas, do Plano Básico de Benefícios – PBB, do Plano CD-INB, do Plano CD-Eletronuclear e do Plano CD-Nuclep, e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Com base no Relatório do Auditor Independente emitido pela PricewaterhouseCoopers – PwC em 09/03/2023, nos Pareceres Atuariais emitidos pela Mirador Assessoria Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal emitido em 09/03/2023 e nas informações e esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, os membros do Colegiado, por unanimidade, aprovaram as referidas demonstrações contábeis por considerar que as mesmas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos – Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2022 e o resultado de suas operações para o exercício encerrado nessa data.

Rio de Janeiro, 9 de març o de 2023.

André Ribeiro Mignani

Presidente do Conselho Deliberativo

Maristela Aguiar de Souza

Conselheira Titular

Daniel Moraes da Costa

Conselheiro Titular

Rosângela Vieira Paes da Silva

Conselheira Titular

Fernando Cesar Braz Teixeira

Conselheiro Titular

Eduardo Zaroni

Conselheiro Titular



Nucleos
Instituto de Seguridade Social

Av. República do Chile, 230
15º andar - Ala Sul - Centro
CEP: 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ
www.nucleos.com.br